



Universidade de Brasília

Faculdade de Informação e Comunicação – FCI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF

CALÍOPE VICTOR SPÍNDOLA DE MIRANDA DIAS

**DIMENSÕES ANALÍTICAS PARA UMA POLÍTICA DE ACERVOS CULTURAIS EM
REDE**

Brasília
2020

CALÍOPE VICTOR SPÍNDOLA DE MIRANDA DIAS

DIMENSÕES ANALÍTICAS PARA UMA POLÍTICA DE ACERVOS CULTURAIS EM REDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Dalton Lopes Martins

Brasília
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Dimensões analíticas para uma política de acervos culturais em rede”

Autor (a): Calíope Victor Spíndola de Miranda Dias

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Comunicação e Mediação da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada remotamente em: 28 de agosto 2020.

Presidente (UnB/PPGCINF): Dr. Dalton Lopes Martins

Membro Externo (UFPE): Dr. Marcos Galindo Lima

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Dr. Fernando César Lima Leite

Suplente (UnB/PPGCINF)): Dr. João de Melo Maricato

Em 05/02/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Lopes Martins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 31/08/2020, às 22:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Lima Leite, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 02/09/2020, às 23:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS GALINDO LIMA, Usuário Externo**, em 19/09/2020, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4957700** e o código CRC **532A6218**.

Vd

Victor Spíndola de Miranda Dias, Calíope
Dimensões Analíticas para uma Política de Acervos
Culturais em Rede / Calíope Victor Spíndola de Miranda Dias;
orientador Dalton Lopes Martins. -- Brasília, 2020.
128 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. Acervos digitais. 2. Acervos em rede. 3. Políticas
para acervos digitais. 4. Instituições de memória. I. Lopes
Martins, Dalton, orient. II. Título.

RESUMO

A partir da compreensão acerca das transformações sociais, consequência das novas possibilidades recorrentes da popularização da internet, percebe-se por parte das instituições de memória a necessidade de reestruturação de seus processos de representação e apropriação cultural. Apresentando a ideia de concepção de acervos culturais digitais pela perspectiva do fenômeno rede, compreende-se, a partir de literatura revisada, a importância e necessidade de se pensar políticas para o setor. Utilizando-se como instrumento analítico o *Institutional Analysis and Development Framework – IAD* aplicado ao contexto dos acervos culturais, aponta dimensões analíticas pertinentes ao desenvolvimento de uma política para construção de uma rede de acervos digitais culturais. Como perspectiva metodológica, têm-se uma abordagem qualitativa, abrangendo a pesquisa descritiva e se desenvolve a partir de pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Acervos digitais. Acervos em rede. Políticas para acervos digitais. Instituições de memória.

ABSTRACT

From the understanding of social transformations, a consequence of the new recurrent possibilities of the popularization of the Internet, is perceived by memory institutions, as a need to restructure its processes of representation and cultural appropriation. Presenting the idea of conceiving digital cultural collections from the perspective of the network phenomenon, it is understood, from the revised literature, the importance and need to think about policies for the sector. Using the Institutional Analysis and Development Framework - IAD as an analytical tool applied to the context of cultural collections, points out analytical dimensions relevant to the development of a policy for building a network of digital cultural collections. As a methodological perspective, there is a qualitative approach, covering descriptive research and it is developed from documentary and bibliographic research.

Keywords: Digital collections. Collection network. Policies for digital collections. Institutions of memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese da proposta de pesquisa	17
Figura 2 - Institutional Analysis and Development Framework - IAD.....	89
Figura 3 -Dimensões analíticas identificadas a partir da aplicação do IAD	101
Figura 4 - Padrão de interação identificado a partir da aplicação do IAD no contexto dos acervos digitais em rede.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Equipamentos culturais, por posse, digitalização e disponibilização de acervo digitalizado para o público	37
Gráfico 2 - Equipamentos culturais, por forma de disponibilização de acervo digitalizado para o público.....	39
Gráfico 3 - Tipo de acervo por equipamento cultural	41
Gráfico 4 - Projetos por faixa de valor	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Equipamentos culturais, por dificuldades para o uso de computador e internet	38
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação.....	27
Quadro 2 - Síntese de documentos normativos.....	28
Quadro 3 - Elementos para uma política de acesso integrado a acervos digitais.....	30
Quadro 4 - Algumas funções do acervo digital.....	35
Quadro 5 - Princípios para uma política pública de digitalização.....	62
Quadro 6 - Responsabilidades do CODAC-BR.....	67
Quadro 7 - Práticas recomendadas para a execução de um plano de digitalização e acesso.....	70
Quadro 8 - Elementos de estruturação para uma política nacional de acervos digitais em rede.....	84
Quadro 9 - Síntese das características biofísicas e referências relacionadas.....	94
Quadro 10 - Síntese dos atributos da comunidade e referências relacionadas	96
Quadro 11 - Síntese das regras de uso e referências relacionadas.....	99

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

Brapi – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CODAC – Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento

CTS – Centro de Tecnologia e Sociedade

DPLA – *Digital Public Library of America*

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNARTE – Fundação Nacional das Artes

IAD - *Institutional Analysis and Development Framework*

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus

IN – Instrução Normativa

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

L3P – Laboratório de Políticas Públicas Participativas

MinC – Ministério da Cultura

OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

ONU – Organização das Nações Unidas

PNC – Plano Nacional de Cultura

PNDAC – Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade do Piauí

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
2.1 Olhar Reflexivo a partir das Perspectivas Patrimoniais e Informativas	19
2.2 Política de Informação	23
2.3 Cultura Digital.....	31
2.4 Acervos Digitais em Rede	33
2.4.1 Interoperabilidade	41
2.5 Histórico das Iniciativas Brasileiras em Torno da Construção de uma Política Informativa para Acervos Digitais.....	45
2.6 Análise preliminar da revisão de literatura	82
3. METODOLOGIA	85
3.1 Estrutura	85
3.2 Caracterização.....	86
3.3 Instrumento Analítico	87
4. O FRAMEWORK NO CONTEXTO DOS ACERVOS DIGITAIS	91
4.1 Identificando parâmetros de interação	100
4.1.1 Características biofísicas	102
1) Ideias	102
a) Paradigma custodial e pós-custodial.....	102
b) Ciência aberta.....	102
c) Difusão da informação	102
d) Dados abertos ligados e interoperabilidade.....	103
e) Cultura digital e internet livre.....	103
f) Reuso de objetos digitais.....	104
g) Gestão de riscos	104
4.1.2 Artefatos.....	104
1) Acervos	104
2) Ferramentas de apoio à gestão da informação	105

3) Hardware	105
4.1.3 Recursos	105
1) Fontes de financiamento	105
2) Formação de recursos humanos	105
3) Logística de equipamentos e acervos	106
4) Suporte técnico (serviços especializados, manutenção técnicas)	106
4.1.4 Atributos da comunidade	106
1) Usuários	106
a) Gestores e trabalhadores de equipamentos culturais	106
b) Turistas	107
c) Indústria criativa	107
d) Educação cultural – ensino e pesquisa	107
2) Fornecedores	107
a) Instituições de memória	107
3) Gestores de políticas	108
a) Esfera pública e instituições vinculadas	108
b) Esfera privada (Instituto Moreira Salles, Itaú Cultural, Oi Futuro e outros relacionados)	108
c) Organizações da Sociedade Civil	109
4.1.5 Regras de uso	109
1) Constitucional	109
a) Legislação, Recomendações (UNESCO), Regulamentos e Normas	109
2) Escolha coletiva	109
a) Iniciativas, grupos e coletivos	109
3) Operacional	110
a) Como as questões estão sendo resolvidas, problemas em evidência....	110
4.2 Dinâmica social do campo no Brasil: compreendendo os padrões e a arena de ação	111
5. REFLEXÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	123

1. INTRODUÇÃO

Percebendo uma composição que perpassa pelos desdobramentos de uma sociedade que flutua sobre suas transições que vêm sendo encadeadas ao longo dos anos, de modo a influenciar e ao mesmo tempo sendo influenciada pelas movimentações políticas, econômicas e culturais é possível perceber que, apesar das características específicas expressadas a cada período social, a informação pode ser percebida como um elemento corrente em seus processos constituintes e que vem construindo sua transformação de forma gradativa convergindo, também, aos processos comunicacionais.

De modo a revisitar de maneira abrangente parte desse movimento, iniciando pelo ponto de vista da Ciência da Informação, recorda-se os períodos representados pela vertente custodial (Araújo, 2014), que tinha seus processos, prioritariamente, voltados a guarda e preservação dos acervos documentais. Adiante, com as transformações que acompanhavam o desenvolvimento da pesquisa percebe-se a necessidade de comunicação da informação e do conhecimento, surgindo assim uma vertente compreendida como pós-custodial, que além de se preocupar com processos provenientes da era custodial, tinha a percepção de compreender toda essa documentação a partir de um olhar transversal, construindo agora, um foco voltado à disseminação e compartilhamento da informação existente de modo a contribuir para os processos de construção de conhecimento dos indivíduos.

Desde a virada do século, e particularmente a partir de 2002 com o advento da web 2.0 (em inglês, definida como read-write web), as instituições custodiais em seu modelo padrão de operação deixaram de cumprir o papel de registrar e preservar o que se define como a memória cultural do tempo presente para o acesso das gerações futuras (MARTINS; CARVALHO JUNIOR, 2016, p. 47)

Da mesma forma, percebendo os movimentos da sociedade como um todo, têm-se os processos de mudança com o passar do tempo até chegarmos na atualidade. Hoje, vivenciando um contexto denominado como sociedade informacional, ainda é possível perceber os diferentes ciclos abarcados nesse espaço de tempo. As transformações, compreendidas a partir de avanços tanto tecnológicos quanto comunicacionais, têm movimentado as estruturas sociais em suas diferentes conjecturas. Atualmente, a facilidade com que se gera e processa os dados ocasiona

uma carga de informação expressiva que, absorvida de forma adequada, é capaz de transformar os processos cognitivos, sociais e estruturantes dos indivíduos.

As possibilidades apresentadas com os avanços tecnológicos, sobretudo por meio da universalização da internet, também contribuem para a reformulação dessa sociedade. Na medida em que o acesso se apresenta de forma mais simplificada, o modo com que o indivíduo percebe e se relaciona no contexto da sociedade pode alcançar novos entendimentos, de forma a torná-lo um sujeito constituinte e transformador desses novos espaços, construindo uma participação empoderada nos processos políticos, sociais e culturais. Assim, Martins e Carvalho Júnior (2016) apontam que novas práticas sociais passam a compor o mosaico de possibilidades informacionais disponíveis para o cidadão comum. Do mesmo modo, incluídas nesse contexto tecnológico e social, as instituições de memória também identificam a importância e necessidade de alcançar novos elementos que possam torná-las parte constituinte dessa nova dimensão cultural e, nesse sentido, surgem os movimentos de reestruturação relacionados às suas atividades como um todo mas, sobretudo, aquelas voltadas à difusão e acesso dos acervos a elas pertencentes, que agora caminham em direção a adotar em suas composições aspectos característicos do elemento rede.

Martins, Silva e Carmo (2018), ao estruturarem seus entendimentos em relação a este novo elemento constituinte de novas estruturas e modos de percepção, apontam que a rede se torna uma chave de leitura fundamental dos movimentos sociais e culturais, tornando possível compreender as mudanças significativas nas condutas regulares dos agentes em relação a sua dinâmica e modo de ação. Os autores mencionam ainda, que a rede passa a compor um novo modelo de desenvolvimento social e econômico.

Parte desse conjunto de transições que se instaura nos elementos estruturantes da sociedade e que estão interligadas às tecnologias de informação e comunicação, em especial aos aspectos culturais, pode ser relacionado à cultura digital, que reflete a composição de práticas sociais decorrentes do espaço social digital, podendo ser compreendidas por práticas informacionais, comunicacionais, relacionais e curatoriais (Martins, 2018), e que tem contribuído com a forma de pensar, agir e sentir dos indivíduos.

Assim, é a partir da compreensão de uma sociedade cercada pelos adventos tecnológicos e entendendo os benefícios e vantagens que essas tecnologias podem prover a comunidade como um todo, sobretudo pela perspectiva cultural, que este trabalho começa a ser formulado. Nesse âmbito da cultura digital, que emerge com maior efeito os processos de construção de acervos digitais bem como as formas de se pensar e promover a difusão e acesso a esses objetos digitalizados de forma irrestrita, a pesquisa passa a ser pensada a partir do tema das políticas de informação para acervos digitais em rede.

A partir de uma compreensão prévia relacionada aos elementos dificultadores no processo de construção desses acervos de forma interoperável que se constrói o problema a ser explorado ao longo da pesquisa. Acredita-se, que tanto os problemas estruturantes presentes nos processos de digitalização dos acervos e na concepção e disponibilização desses acervos em rede, quanto os obstáculos existentes na gestão de políticas culturais se justificam pela inexistência de uma política nacional de acervos digitais no âmbito da cultura. Assim, compreendem-se os aspectos de uma política como um propósito de especificar procedimentos, orientações, parâmetros e, sobretudo, processos de governança, que possibilitem o desenvolvimento de ações coordenadas e colaborativas para a construção de acervos digitais integrados.

Inserida ainda na graduação a um ambiente voltado à pesquisa, pude acompanhar de perto ao longo desses anos os processos e estudos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Políticas Públicas Participativas - L3P, vinculado a Universidade Federal de Goiás. É a partir dessa oportunidade de proximidade com os temas pesquisados pela equipe do L3P, sobretudo no âmbito do projeto Tainacan, que surge o interesse e motivação pelo desenvolvimento da presente pesquisa.

O universo dos acervos digitais, em especial aos de instituições de memória, apresenta um campo vasto de pesquisa a ser explorado, e é nesse espaço que se consolida a ideia de contribuir, em forma da pesquisa, com os aspectos que se apresentam ainda em construção. Apesar da digitalização ser um componente consolidado em meio às instituições culturais, ainda existem elementos que carecem de maior atenção e estudo e que, caso observados, podem viabilizar a construção desses acervos de forma otimizada. Nesse sentido, também de modo a estruturar novos elementos que possam contribuir com o acesso aos conteúdos culturais, entende-se que constituir tais acervos a partir dos parâmetros da interoperabilidade

caminha em direção a um processo de fruição do bem cultural, de forma a conectar instituições e suas sinergias e tornar estes acervos que, constituem a história da cultura brasileira, acessíveis ao maior número de indivíduos possível. Contudo, observa-se que os processos de digitalização desses acervos vêm sendo desenvolvidos por cada instituição de forma isolada, o que torna mais complexa a viabilização da disponibilização desse conteúdo de forma integrada. Conforme por Marcondes (2012), tem se tornado pertinente pensar essas ações de forma orientada. O autor aponta que:

Durante anos essas instituições têm desenvolvido semânticas, modelos, formatos e padrões próprios. Todo o potencial de integração e acesso proporcionado pela Web não pode ser aproveitado pelos sistemas convencionais que gerenciam esses catálogos, impedindo que tais acervos possam aproveitar suas sinergias e potenciais culturais, e que se beneficiem, e também que outras instituições possam fazer links para seus acervos (MARCONDES, 2012, p. 181).

Apesar do esforço de algumas iniciativas caminhar em direção a composição desses acervos de forma integrada, o resultado atingido ainda não reflete ao potencial de integração existente. Acredita-se que a ausência de parâmetros que possam apoiar a construção desses projetos deixa as instituições vulneráveis e propensas a realização de trabalhos que não consigam alcançar o nível de interoperabilidade desejável para conectar esses objetos digitalizados. Conforme apontado por Puntoni (2017), a articulação em rede das instituições memoriais não possui força suficiente e são pouco operativas, tendo como um dos pontos de justificativa para este cenário a falta de orientação necessária.

Nesse sentido, de forma a nortear o desenvolvimento deste trabalho apresenta-se o seguinte questionamento: quais são as dimensões analíticas pertinentes ao desenvolvimento de uma política de acervos digitais em rede e como elas devem ser estruturadas de modo a contribuir para a composição de tal política?

Assim, de modo a responder os apontamentos mencionados acima, a pesquisa será desenvolvida a partir de um objetivo geral que busca identificar quais são os elementos necessários de uma política para acervos digitais em rede e como eles se relacionam. Espera-se que ao final da pesquisa, a partir das referências estudadas, seja possível apresentar diretrizes para a elaboração de um modelo que possa auxiliar o desenvolvimento de uma política nacional de acervos digitais integrados na área de instituições memoriais.

Abaixo, a Figura 1 apresenta a síntese explicativa relacionada aos apontamentos propostos pela pesquisa.

Figura 1 - Síntese da proposta de pesquisa

Quadro Síntese	
Premissa	Apontamentos
A pesquisa se propõe a	Identificar quais são as dimensões analíticas de uma política para acervos digitais em rede e como elas se relacionam.
Para	Compreender como as iniciativas de acervos digitais integrados estão sendo pensadas, estruturadas e desenvolvidas no cenário brasileiro.
Com a finalidade de	Entender os procedimentos, padrões e parâmetros que possam possibilitar o desenvolvimento de ações coordenadas e colaborativas para a construção de acervos digitais em rede
O que permitirá	Gerar subsídios para a construção de um modelo que possa auxiliar o desenvolvimento de uma política informacional para acervos digitais no campo das instituições de memória

Fonte: Elaboração própria

Para melhor compreensão, a elaboração da pesquisa proposta se apresenta a partir de três eixos principais, iniciando pela revisão bibliográfica, que busca referências e desenvolve reflexões a partir dos temas pertinentes ao escopo do trabalho, entre eles políticas informacionais, cultura digital, acervos digitais em rede e um levantamento histórico das iniciativas brasileiras em torno da construção de uma política para acervos digitais. Apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho de modo a delinear os processos de identificação e busca de referências assim como quais foram os métodos e técnicas aplicadas ao longo do processo. Expõe o contexto de aplicação do instrumento analítico bem como os resultados identificados e, por fim, as considerações finais apresentam uma reflexão acerca das referências apresentadas relacionadas aos processos de construção da política informacional para acervos digitais, de modo a traçar um conjunto de dimensões analíticas pertinentes ao contexto da elaboração de tal política.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De modo a fundamentar a base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa, o capítulo apresenta os resultados identificados, a partir de pesquisa literária viabilizada por meio da busca em bases de dados científicas, de modo a fornecer elementos estruturantes para a compreensão do tema explorado pelo trabalho.

2.1 Olhar Reflexivo a partir das Perspectivas Patrimoniais e Informacionais

Ao nos colocarmos em um campo que visa analisar e discutir as perspectivas de construção de uma política de acervos culturais em rede, se torna pertinente também abordar na conjuntura do trabalho a contextualização de elementos que fazem parte da composição dinâmica desse contexto. Para tanto abordaremos, mesmo que de modo incipiente, os conceitos de patrimônio e memória com o intuito de compreender a importância e a relação que constituem tais objetos no âmbito da valorização dos bens culturais a partir da idealização de uma política norteadora para o campo das instituições de memória.

Antemão, de modo oportuno cabe-nos explorar para a melhor compreensão do leitor, o que aqui estamos entendendo como sendo a definição de instituições de memória, termo este que permeia de forma transversal o desenvolvimento deste trabalho. Assim, adotamos então a conceituação definida por Galindo (2015), que entende instituições memoriais como sendo “organizações, públicas ou privadas eleitas ou constituídas pela sociedade para realizar a tarefa da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial e cultural das sociedades a que servem” (GALINDO, 2015, p. 71).

Posto isso, avançamos então aos contextos que permeiam a memória e o patrimônio, onde ambos, de forma relevante, agregam valores substanciais ao processo de instituição dos bens culturais. Por um lado, a memória que nos permite conhecer a história por trás dos mais diversos acontecimentos, eras e espaços e, por outro, o patrimônio, que em grande maioria, faz parte da composição por trás da memória que permeia os diferentes contextos sociais. Barreto (2007), que percebe a memória interligada à informação e ao conhecimento, apesar de afirmar que a conceituação do termo não é tarefa fácil, em termo de suas possíveis vertentes entende o sentido da memória como um espaço de reinvenção. Para a autora:

A memória trabalha sobre o tempo, porém sobre um tempo experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é reconstruído e revivenciado, o que traz um efeito restaurador, uma vez que permite a ressignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. A memória costura, tece

o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais (BARRETO, 2007, p. 164).

A autora menciona ainda, que a “memória é ação de autorepresentação de uma sociedade, é como um grupo se vê e se produz a partir do passado” (BARRETO, 2007, p. 164).

Também, assim como o sentido de memória, o patrimônio pode ser percebido e incorporado em diferentes contextos, sobretudo pelo ponto de vista daqueles que dizem respeito ao sentido material e imaterial. De acordo com Oliveira, Paranhos e Soares (2014), a definição de patrimônio está ligada a valores que constituem as práticas patrimoniais e que, com o passar do tempo, tais valores podem vir a ser remodelados surgindo, conseqüentemente, novos significados de modo a revelar novas fronteiras à ideia de patrimônio. Etimologicamente, patrimônio é uma palavra originária do latim, “pater” e “nomos” - “patrimonium”, que referencia o sentido de herança familiar. Já pela perspectiva do patrimônio cultural, menciona-se a definição constituída pela UNESCO no âmbito de suas Recomendações:

[...] patrimônio é definido como um conjunto de valores tangíveis e intangíveis, e expressões que pessoas selecionam e identificam, independentemente do direito de propriedade, como reflexo e expressão de suas identidades, crenças, conhecimento e tradições, e ambientes que demandem proteção e melhoramento pelas gerações contemporâneas e transmissão para as gerações futuras. O termo patrimônio também se refere às definições de patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, bens culturais e objetos culturais, conforme incluídos nas Convenções de Cultura da UNESCO (UNESCO, 2015, p. 4).

Diante o exposto, nota-se que os conceitos estão intrinsicamente interligados e, dessa forma, fazer uma referência conjunta aos termos se torna pertinente a ponto de tornar mais clara a compreensão dos elementos e suas relações. Para tanto, Dodebei (2015) versa a respeito da importância de se compreender a relação funcional que deve existir entre os conceitos de memória e patrimônio. A autora fala sobre a percepção de movimentos mútuos, “de um lado, aquele em que a memória se torna patrimônio e, de outro, o modo como o patrimônio necessita de uma ‘memoração’ para existir e se transmitir” (DODEBEI, 2015, p. 58).

Assim, nos cabe o questionamento a respeito daquilo que nos leva a entender a necessidade de constituir uma política pública que possa abarcar o cenário dos acervos culturais. Atualmente, a influência proveniente de um contexto informacional, sobretudo conectado pelas perspectivas da cultura digital, nos leva a construir um

entendimento relacionado às potencialidades que estão, em grande maioria, pouco exploradas no âmbito do olhar custodial das instituições de memória. Apesar da permeação de um entendimento prévio a respeito do valor cultural e social que essas instituições gerem, no cenário brasileiro ainda se torna pertinente a conscientização e difusão desses valores, sobretudo, pelo ponto de vista das instâncias públicas federais.

Preservar o patrimônio cultural em suas variadas vertentes, significa olhar a trajetória e o valor sociocultural que esses elementos instituem ao contexto da sociedade. Esse olhar representa o entendimento de que essas referências memoriais são peças fundamentais para a construção histórica dos indivíduos, seja pelo ponto de vista coletivo ou individual de cada ser, e que são estes os elementos que permitirão simbolizar e referenciar as esferas passadas, o presente e, sobretudo, o futuro do contexto social de forma abrangente.

Para tanto, espera-se que a constituição de uma política de acervos digitais culturais possa não apenas valorizar e fazer fruir esses entendimentos, mas, principalmente, construir cenários favoráveis a idealização de projetos que caminhem por essa direção e, sobretudo, assegurar aportes e recursos necessários para o desenvolvimento efetivo e ordenado dessas ações.

Pelo ponto de vista institucional e normativo, é possível identificar documentos que se convergem com a compreensão da importância e urgência de se atentar ao contexto dos acervos digitais e pensar legislações que possam favorecer o setor a partir de definições e orientações específicas para a área, diferente do cenário atual, que tem pensado o contexto a partir de um olhar genérico. De modo a exemplificar, em âmbito nacional cita-se o Plano Nacional de Cultura (2010), que contempla o setor por meio da instituição das metas 40 e 41¹. Já no contexto internacional, mencionam-se documentos pertinentes ao cuidado e desenvolvimento da área constituídos no âmbito da UNESCO. A título de exemplo, a Declaração Universal sobre Diversidade

¹ Meta 40: Disponibilização na internet de conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados. Conforme previsão da meta deverá ser disponibilizado: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte) (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010)

Meta 41: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010).

Cultural (2001), que reconhece a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade; a Declaração de Vancouver: Memória do Mundo na Era Digital (2012); a Recomendação relativa à preservação e acesso ao patrimônio documental, inclusive em formato digital (2015), que aborda também a necessidade de adoção de medidas políticas para o setor; e a Carta de Preservação do Patrimônio Digital (2003), adotada na 32ª Conferência da Unesco, que na conjuntura das medidas requeridas, versa a respeito do desenvolvimento de estratégias e políticas para a área:

É necessário desenvolver estratégias e políticas para preservar o patrimônio digital, levando em consideração o nível de urgência, as circunstâncias locais, os meios disponíveis e as projeções futuras. A cooperação dos detentores de direitos autorais e direitos relacionados e outras partes interessadas, na definição de padrões e compatibilidades comuns e no compartilhamento de recursos, facilitará isso (UNESCO, 2003, não paginado).

Nesse sentido, fica claro e afirma-se a importância do desenvolvimento e apoio a projetos que busquem a valorização social da memória e, sobretudo, a sua difusão, possibilitando até mesmo a sua resignificação informacional. Para Galindo (2015) memória e acesso são partes de um mesmo processo, e sem o devido acesso a função social da memória é nula. E, sabendo da realidade orçamentária precária das instituições de memória responsáveis pela ativação dos processos de fruição, contempla-se a ideia de pensar a estrutura dessa distribuição por meio do estabelecimento de redes de colaboração entre as instituições que, ainda de acordo com o autor, dentre uma diversidade de benefícios, “este é mais que um modo inteligente de potencializar inteligências através do uso racional e distribuído das capacidades de produção do conhecimento” (GALINDO, 2015, p. 86). Por outro lado, todo esse processo reforça a urgência do estabelecimento de uma política pública capaz de dispor de diretrizes que possam nortear o encadeamento previsto. Galindo (2015) afirma também, que a circunstância de colaboração exige outra instância de organização da informação, efetivamente mais complexa que aquela que temos utilizado tradicionalmente para gerenciar nossos estoques individuais de informação.

O tópico apresentado a seguir abordará de forma mais detalhada as compreensões relativas às políticas de informação.

2.2 Política de Informação

A constante transformação da sociedade acompanhada do surgimento de aparatos tecnológicos apresenta dimensões conectadas a um contexto informacional que vem reconfigurando, diariamente, o modo com que os indivíduos constroem suas percepções e conexões dentro de um contexto social. A denominada sociedade da informação transformou não apenas o modo de se pensar e a busca por novos conhecimentos, mas também a forma e o processo estrutural dessa sociedade como um todo. De acordo com González de Gómez (2003), a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado.

Nesse sentido, a estabilização da internet se institui como um elemento de ativação e circulação informacional, de modo a propiciar novos meios de produzir e fruir a informação e o conhecimento. Dessa maneira, de modo a assegurar o bom funcionamento desses processos é importante pensar elementos que possam facilitar e ordenar o acompanhamento desse extenso volume de dados e informação. Por este caminho, as políticas de informação podem ser compreendidas como este componente que visa ordenar esse ambiente de constante produção informacional de modo que os interesses da sociedade como um todo possam ser atendidos.

Conforme mencionado por Freire e Rego (2016), relacionada às políticas de ciência e tecnologia, a política de informação vem ganhando espaço, principalmente nos países desenvolvidos, desde a Segunda Guerra Mundial. A compreensão acerca da conceituação das políticas informacionais pode ser vista por uma certa pluralidade a depender do seu contexto de aplicação. Ainda de acordo com os autores, o conceito de política de informação está em construção, e o que se tem atualmente são conceitos amplos que exprimem a marca da Ciência da Informação.

E nesse sentido de conhecer e melhor compreender as frentes de conceituação em torno de uma política de informação, serão apresentadas percepções de alguns autores em torno desse tema de modo a construir uma relação entre as definições e a proposta de elaboração de diretrizes norteadoras para a construção de uma política de informação para acervos digitais, proposta por esse trabalho.

Refletindo ao entendimento de que a política embarca em um contexto plural, pode-se compreender sua construção pensada de modo a contemplar um âmbito social mais amplo, como também percebe-se que as linguagens inseridas em determinados ambientes dificilmente terão um ponto comum. Por esse motivo, uma

estrutura política deve ser pensada a partir de especificidades existentes dentro daquele cenário, compreendendo dessa forma, políticas pensadas por diferentes conjecturas e, sobretudo, necessidades. Nessa perspectiva, González de Gómez (2002, p.34.) apresenta dois conceitos dentro desse cenário, sendo as “micropolíticas inscritas nos dispositivos de informação e as macropolíticas que – direta ou indiretamente – exprimiam conflitos e interesses em figuras hegemônicas organizadas pelo Estado”. Conforme apresentado acima, algumas compreensões abrangentes de política de informação não conseguem alcançar questões mínimas, mas persistentes, presentes em um ambiente de menor composição, como por exemplo, quais padrões de metadados devem ser utilizados para a construção de acervos digitais na área da cultura. Nesse sentido, pensar soluções por meio de micropolíticas pode ser uma alternativa.

Por conseguinte, também pela perspectiva da construção de políticas informacionais, Pinheiro (2012) fala a respeito da importância de se analisar o contexto como um todo, os atores envolvidos, as práticas sociais, o ambiente informacional para quem e por quem essas políticas são construídas. A autora define política de informação da seguinte forma:

A política de informação é aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e a sua destruição. (PINHEIRO, 2012, p. 67)

Em relação a sua relevância, o desenvolvimento das políticas também contribui para a garantia da presença e sobretudo a participação nos processos sociais, de modo a tornar disponível e acessível aos indivíduos não apenas uma sociedade informacional, mas a possibilidade de ser parte constituinte de forma efetiva desse contexto. Silva (1991) nos chama a atenção ao fato de que uma política de informação ideal deve ser trabalhada não somente pelo estado, mas também pela sociedade. A autora menciona ainda que o primeiro possui a estrutura e os mecanismos básicos para a instrumentalização, e que a sociedade organizada, ampliando seus canais de participação, poderia reivindicar suas necessidades e expectativas de modo a formular exigências.

Numa visão ideal, uma política de informação deve ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa. Assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível

educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício pleno da cidadania. (SILVA, 1991, p. 12)

Neves e Aguiar (2017), compreendem que as políticas públicas de informação podem ser consideradas instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento. Ao citar Braman (2011), as autoras definem que “a política de informação envolve aspectos relacionados ao acesso à informação governamental, a propaganda, a leis e regulação que convergem em toda a sociedade, nos processos da criação de informação, processamento, fluxos, acesso e uso” (NEVES; AGUIAR, 2017, p.74).

Dessa maneira, conforme exposto, por meio de suas premissas a política de informação se encarrega de tornar os contextos informacionais suficientemente organizados de modo a viabilizar experiências de desenvolvimentos sociais, científicos e até mesmo culturais dentro daquele contexto em que se encontra inserida. Se por um lado as perspectivas proporcionadas por meio da construção e idealização de um ambiente em formato rede tem feito com que a sociedade atinja um patamar informacional mais elevado, seja por meio do acesso ou até mesmo pela facilidade de produção de sistemas informacionais, por outro, é importante que todo esse fluxo de informação seja orientado e estruturado de modo a garantir o ciclo vital informacional. Hoje, apesar das inúmeras possibilidades resultantes das características de um ambiente conectado em rede, muito se tem produzido, contudo, de forma isolada. Os ambientes informacionais vêm sendo desenvolvidos e pensados de modo a compreender o seu contexto específico, sem a reflexão de o quão seria vantajoso para a sociedade em geral a sua integração com os demais. Nesse ponto, acredita-se que uma política de informação seja capaz de inverter essa condição por meio da implementação de suas diretrizes de modo a ativar um fluxo informacional integrado.

Em ambientes nos quais a política informacional é uma realidade, é possível observar um trânsito mais fluido das informações que se desenvolve por meio de uma estrutura constituída de forma organizada, e por outro sentido, é possível identificar o movimento em torno da construção de políticas de informação para aqueles ambientes ainda não contemplados.

A título de exemplo, mencionam-se os repositórios institucionais, que na definição de Marcondes e Sayão (2009, p.9), “um repositório institucional é uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”. De acordo com Tomaél e Silva

(2007), a implantação de um repositório institucional exige um estudo extenso das instituições, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, interesses e necessidades individuais. Ainda, por meio de estudo prévio de informações relacionadas ao desenvolvimento de repositórios, as autoras desenvolveram uma lista de aspectos a serem previstos: “a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; b) conteúdo proposto e implementado; c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; d) padrões; e) diretrizes para preservação digital; f) política e níveis de acesso; g) sustentabilidade e financiamento do repositório” (TOMAÉL; SILVA, 2007, doc. não paginado).

Ainda, de modo a explicar a importância e necessidade das políticas de informação para o contexto dos sistemas de informações as autoras mencionam que:

Os sistemas de informação – em qualquer instituição e para qualquer finalidade – são dependentes das políticas de informação adotadas, cujas diretrizes norteiam as ações dos gestores desses sistemas. A exemplo de outros sistemas de informação, a criação e implantação de repositórios institucionais devem ser realizadas com base em diretrizes detalhadamente delineadas e estruturadas, constituindo assim as políticas de informação desses sistemas. No caso dos repositórios institucionais, é imprescindível que essas políticas sejam muito bem explicitadas porque esses repositórios institucionais envolvem grandes mudanças na forma como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada (TOMAÉL; SILVA, 2007, doc. não paginado).

Por outro lado, no âmbito das bibliotecas apresenta-se a política de indexação, que de acordo com Fujita (2012) não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. Rubi (2012), compreendendo ser a política de indexação uma aliada importante para a realização do trabalho do bibliotecário apresenta uma síntese (Quadro 1) com aquilo que considera como elementos importantes para a elaboração de uma política de indexação, conforme apresentado abaixo.

Quadro 1 - Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Avaliação do sistema	Carneiro (1985);
Campos e sub/campos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo (<i>browsing</i>)	Fosket (1973)
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985);
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Consistência/ Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vilchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vilchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985);
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985);
Formação do indexador	Fosket (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME; Guimarães (2000)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vilchez Pardo (2002)
Uso (pelo usuário)	Vilchez Pardo (2002)

Fonte: RUBI (2012)

Assim, também de forma a reforçar o seu entendimento acerca da importância da política de indexação a autora afirma:

Consideramos ser necessário que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que esse processo necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões, minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de catalogação de assunto, reconhecendo, portanto, a importância de se implantar uma política de indexação (RUBI, 2012, p.119).

Ainda como exemplificação, Santos, Farias e Feitosa (2018), de modo a realizar estudos comparativos entre políticas de informação em busca de elementos que contemplem o audiovisual, apresentam um apanhado de documentos normativos de repositórios institucionais de universidades federais brasileiras e institutos de

pesquisa. Os autores mencionam a identificação desses documentos em formatos de política, portaria, resolução e orientações. O Quadro 2, elaborado a partir do trabalho apresentado pelos autores, mostra que as instituições têm utilizado políticas informacionais de modo a garantir o bom funcionamento de seus repositórios por meio da aplicação de diretrizes regulatórias. Nesse sentido, mais uma vez é possível compreender a relevância das políticas em torno dos contextos e sistemas informacionais.

Quadro 2 - Síntese de documentos normativos

INSTITUIÇÃO	REGULAMENTAÇÃO	ATRIBUTOS
Repositório Institucional da FIOCRUZ - Arca	Portaria	Política de acesso aberto ao conhecimento. Em sua estrutura, a política define os objetivos e princípios do Arca, as responsabilidades pela gestão do repositório, as diretrizes para o autoarquivamento e assinala os direitos e deveres dos autores.
Repositório Institucional da UnB	Resolução	Diferentes documentos normativos e de orientação para o pesquisador que deseja submeter a sua produção. A política de informação incentiva os autores a realizarem o depósito de artigos científicos que sigam a filosofia do acesso aberto. Além da política, há uma cartilha sobre as licenças <i>Creative Commons</i> e termos de autorização para publicação parcial.
Repositório Institucional da UNESP	Regulamento Interno	A política de gestão apresenta a missão do repositório e designa responsabilidades, atribuições, critérios para arquivamento, tipos de material e funções da coordenação executiva.
Repositório Institucional da UFRN	Resolução	Estabelece as responsabilidades e os tipos de material passíveis de incorporação.
Repositório Institucional da UFBA	Portaria	Em complemento a política de informação há um documento normativo intitulado "Orientações para uso do repositório", no qual constam a missão, os objetivos, os tipos de produção aceitas para submissão, as responsabilidades, os direitos de uso, as diretrizes para a criação de comunidades, subcomunidades e coleções, bem como as políticas de submissão e de preservação.

Fonte: Elaborado com base em Santos, Farias e Feitosa (2018)

Agora, seguindo por um caminho mais direcionado a proposta deste trabalho, pelo ponto de vista das políticas de informação voltadas para a construção de acervos digitais no campo cultural, Bettencourt e Marcondes (2019) apontam a inexistência de uma política integrada e permanente para o setor no Brasil e nos chamam atenção ao fato da necessidade de construção de tal política. Ainda de modo a explicitar a importância dessa política os autores mencionam:

Os objetivos de uma política brasileira de acesso integrado, preservação e utilização de acervos digitais em Memória e Cultura seriam disseminar amplamente e preservar os acervos digitais brasileiros, torná-los cada vez mais um instrumento de disseminação da cultura brasileira, utilizá-los amplamente na formação cultural e educativa do povo brasileiro e fortalecer as instituições detentoras e curadoras desses acervos. (BETTENCOURT; MARCONDES, 2019, p. 51)

Além disso, com o intuito de esboçar quais seriam os elementos constituintes de uma política de informação para construção de acervos digitais em rede, os autores apresentam uma série de princípios e pontos que, de acordo com eles, devem ser observados e contemplados pela política em questão. Dessa forma, esse conjunto de princípios, apresentados no Quadro 3, nos chama a atenção e apresenta um ponto de discussão relacionado a importância de se pensar a construção de acervos conectados não apenas pelas perspectivas dos aspectos tecnológicos, mas, sobretudo, também a partir das diretrizes de governança.

Quadro 3 - Elementos para uma política de acesso integrado a acervos digitais

Princípios de fundamentação da política	Pontos a serem contemplados na política
Cooperação entre instituições detentoras de acervos digitais, entendendo esses acervos como um patrimônio, não de uma instituição, mas de todo o povo brasileiro.	Digitalização/criação e preservação de acervos digitais
Adoção de mecanismos de governança com a participação das instituições parceiras detentoras dos acervos digitais.	Acesso integrado
Não imposição de soluções tecnológicas às instituições detentoras de acervos digitais.	Padrões e tecnologias associados
Adoção de padrões tecnológicos abertos e/ou documentados e escaláveis, que possam garantir a sustentabilidade e a evolução sem tornarem obsoletos investimentos já feitos.	Vocabulários
Otimização e compartilhamento de recursos da infraestrutura tecnológica, como centros de digitalização, "storage", serviços de hospedagem e disponibilização.	Reuso
	Implantação, sustentação, articulação e organização interinstitucional
	Treinamento e capacitação

Fonte: Elaborado com base em Bettencourt e Marcondes (2019)

Por hora, novamente remetendo a um cenário informacional em constante transformação, e com a compreensão de que a política de informação deve ser elaborada de modo a contemplar as especificidades do ambiente ao qual está inserida, é possível compreender um contexto social propenso a ajustes na medida em que o espaço e as necessidades se movimentam.

Se em conformidade com a afirmação de Castells (2000), a sociedade da informação é uma sociedade em rede e, portanto, plural nas suas formas de poder, é admissível que as transformações pelas quais essa sociedade passa, devido ao avanço tecnológico, também afetem as políticas públicas e novas estratégias tornam-se indispensáveis para orientar ações afirmativas no âmbito da informação. (NEVES; AGUIAR, 2017, p.76)

Ainda no sentido da movimentação em torno da construção das políticas, as autoras nos chamam atenção ao fato de que tais iniciativas não devem estar relacionadas apenas ao Estado e que a sociedade como um todo também deve ser

responsável por expressar suas necessidades. Nesse sentido, pelo ponto de vista de ações e do reconhecimento da importância do desenvolvimento de uma política de informação voltada para acervos digitais na área da cultura, é possível mencionar alguns esforços em prol dessa idealização, entre eles ações por parte do governo federal, por meio de políticas culturais, atuações de instituições de fomento, através de editais de financiamento para o setor e, principalmente, iniciativas de organização da sociedade civil e instituições de memória, com maior destaque a Rede Memorial. De modo a melhor explicitar, mais adiante serão apresentadas as iniciativas existentes tanto no âmbito brasileiro quanto internacional, com o intuito de apresentar um panorama que reúna, no contexto brasileiro, os esforços já empenhados para a construção de uma política, bem como ações desempenhadas por instituições de memória que derivaram a construção de acervos digitais.

As explanações apresentadas acerca das políticas tornaram claro seu papel primordial para o bom funcionamento dos ciclos informacionais, estejam estes conectados a ambientes generalizados e de grande abrangência ou até mesmo aqueles mais específicos, como os repositórios institucionais e os centros de indexação. Assim, em reflexão sobre a ausência de políticas que abarque o setor cultural, por meio de editorial Cunha (2019) convoca pesquisadores da área da Ciência da Informação a trabalharem para que também se tenha políticas públicas voltadas para os arquivos, bibliotecas e museus brasileiros. Portanto, sabendo-se então suas possibilidades e oportunidades, se faz necessário pensar a respeito dos meios pelos quais se tornará possível encaminhar políticas que possam atender a sociedade dentro de suas reais necessidades, de modo a prover ferramentas que viabilizem a elaboração desse instrumento de forma participativa, englobando Estado e sociedade civil em prol de um bem comum.

2.3 Cultura Digital

Novamente revisitando as transformações estruturais no formato de composição da sociedade que vêm acompanhando o contexto das evoluções tecnológicas e comunicacionais, que incorpora novos elementos na vivência social percebe-se, também, este movimento indo em direção a uma reestruturação sociocultural. Nesse sentido, dentre esse conjunto de elementos que se instaura fortalecendo essa nova ressignificação do indivíduo e suas relações, emerge o fenômeno da cultura digital, que surge a partir de um contexto em que, cada vez mais, percebe-se a intensificação dos processos e mecanismos digitais. “A transversalidade

com que se produz a cultura digital implica a necessidade de reconhecê-la como um espaço da atualidade que configura o contexto atual, onde as formas de convivência articulam os tradicionais ambientes de interação social e o meio da comunicação digital” (LAPA; LACERDA; COELHO, 2018, p. 21).

Concebemos cultura digital como um conjunto de processos e produtos de significações partilhados por pessoas que não apenas utilizam as tecnologias digitais da informação e comunicação de forma integrada ao seu cotidiano, como as usam para apoiar e expandir uma certa mentalidade vinculada às sociedades pós-industriais, a qual privilegia a participação coletiva e o trabalho distribuído em rede em práticas cívicas, de consumo, de lazer, de aprendizagem, de produção e gestão do conhecimento, de identificação e de construção subjetiva (BUZATO *et al.*, 2013, p.1193).

Nesse sentido, é possível perceber o fenômeno da cultura digital como sendo constituinte de um espaço estruturado a partir de um conjunto de novas práticas que vêm influenciando as ações dos indivíduos. Conforme apontado por Pretto e Assis (2008), o fenômeno pode ser compreendido como um espaço aberto de vivência dessas novas formas de relação social. Martins (2018), dando visibilidade a esse campo questiona quais são essas práticas sociais que surgem e se consolidam com esse fenômeno e que servem de sustentação às diferentes formas de entender a cultura digital. Ainda, o autor sugere que o caminho para essa compreensão se constitui através do próprio contexto digital, a partir de sua capacidade singular de manipulação simbólica automática e, aponta um “conjunto de quatro práticas sociais que podem ser observadas no universo do espaço digital: práticas informacionais, práticas comunicacionais, práticas relacionais e práticas curatoriais” (MARTINS, 2018, p. 55).

Dessa forma, compreende-se que tais práticas são produtoras e instigadoras de novas perspectivas para se compreender, viver e expressar a cultura digital em seus diferentes campos e aplicações que, conseqüentemente, acabam por definir a instituição de novas percepções e suportes tecnológicos, capazes de se adequarem a um contexto norteado pelas influências digitais que, na maioria das vezes, são acompanhadas de uma alta capacidade de resposta e modelagens informacionais flexíveis.

No campo constituído pela cultura digital é possível visualizar os contextos que têm sido influenciados por essas práticas digitais, com destaque a área memorial (MARTINS; CARVALHO JUNIOR, 2016). Percebe-se que as práticas estruturantes

pelas quais as instituições de memória vinham sendo regidas, dentro desse ambiente norteado pelos princípios tecnológicos são percebidas como pouco eficientes, sobretudo pelo ponto de vista das ações de preservação, guarda e difusão da memória por elas custodiada. Assim, de modo a compreender e redefinir seus papéis como instituições comprometidas com a preservação e difusão do patrimônio cultural, inicia-se um processo de readequação dessas estruturas de modo a aproveitar e incorporar os aspectos tecnológicos a suas esferas constituintes e, conseqüentemente, serem inseridas ao contexto da cultura digital.

Em suma, é possível compreender a cultura digital não a partir de um único significado e contexto, mas sim através do entendimento de que sua conceituação será regida por um conjunto de valores que se associam a interpretação de elementos simbólicos. As práticas sociais inferidas a partir desse fenômeno digital, além de reestruturar o campo informacional e trazer novos significados aos contextos sociais, culturais e políticos, nos convidam a refletir a respeito da forma com que observamos, vivenciamos e contribuimos com nossos espaços de convivência, de tal forma a estimular uma ressignificação interna e construir um novo universo de interpretação.

Assim, tem-se uma cultura digital que se apropria dos mais variados campos constituintes de uma civilização de forma a compor suas relações por meio das influências tecnológicas, ampliando as percepções sociais e permitindo a construção de ideias conectadas. Portanto, se mostra pertinente ao se falar sobre acervos culturais digitalizados, perceber as instituições de memória intrinsecamente ligadas a essa era da cultura digital.

2.4 Acervos Digitais em Rede

As instituições de memória ao longo dos anos vêm desempenhando seu papel de guarda, preservação e disponibilização do bem cultural a sociedade. Contudo, também a partir dos avanços provocados por essa sociedade informacional que apresenta um contexto regido pelos adventos tecnológicos, tais instituições se percebem provocadas a repensar seus meios de organização de modo a se adequarem aos novos recursos existentes. Esse cenário tecnológico a cada dia abre mais espaço ao formato digital e apresenta um campo vasto de possibilidades a serem construídas nesse contexto.

Ao buscar por novas práticas no sentido de reinventar o fazer informacional, instituições memoriais têm desenvolvidos projetos de digitalização de seus acervos, de modo a transformar o ciclo difusor desses bens culturais por meio da apropriação

dessas novas ferramentas, sobretudo a internet. A composição destes denominados acervos digitais se desenvolve a partir da disponibilização dos objetos culturais em plataformas digitais, de modo a ampliar os meios de acesso, que até então se davam apenas por meio da visita ao acervo físico. De acordo com Sayão (2016), o acervo digital, que está paralelo ao acervo físico original, pode ir além de uma representação funcional deste, ampliando o seu potencial informacional, comunicacional e de reinterpretação e apresentação. O autor ainda destaca:

Os processos intensos de digitalização têm como perspectiva os benefícios mais diretos para as instituições: dar visibilidade universal aos seus estoques informacionais e tornar mais evidente a sua presença na Rede, reforçando a sua identidade como instituição conectada com o seu tempo; alcançar novas audiências – o que pode se traduzir no aumento de visitas presenciais aos acervos físicos – e contribuir para a revelação e massificação do que antes estava protegido, implícito e elitizado (SAYÃO, 2016, p. 50).

Marcondes (2018) aponta que instituições de memória e cultura vêm publicando seus acervos como objetos digitais na *web* desde o final do século XX, e observa que a partir de um olhar comparativo em relação aos acervos tradicionais, os objetos digitais têm propriedades específicas: um *alcance* e uma *plasticidade* muito maiores. O autor aponta que ao ser disponibilizado na *web* o objeto digital ultrapassa a barreira do acesso físico e se torna acessível a um número mais expressivo de usuários, e sobre a plasticidade, além de apoiarem e serem material para pesquisas acadêmicas de diversas finalidades, podem ser recombinaados de modo a gerar novos meios de utilização.

Por outro lado, além dessa função de visibilidade e disseminação dos bens culturais as diferentes camadas sociais, os acervos digitais também podem ser percebidos como ferramentas de apoio à gestão. De modo a sintetizar algumas das funcionalidades dos acervos digitais, Sayão (2016) elaborou o Quadro 4 apresentado a seguir. O autor menciona ainda que “a digitalização apoia um conjunto de funções tradicionais desempenhadas por museus, arquivos e bibliotecas, tornando mais fácil e produtivo o gerenciamento de suas coleções físicas” (SAYÃO, 2016, p.51).

Quadro 4 - Algumas funções do acervo digital

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
Acesso	O acesso via <i>web</i> às coleções tem sido o principal objetivo das instituições quando se engajam em projetos de digitalização; as coleções digitais são complementos importantes para as visitas presenciais e contribuem para o aumento destas, revelando detalhes, ângulos e destaques que muitas vezes passam despercebidos ao visitante presencial.
Documentação	As imagens fazem parte dos registros dos objetos físicos, incluindo a sua identificação, substituindo as fotografias convencionais.
Conservação	As imagens digitais apoiam o acompanhamento do desenvolvimento do aspecto físico da obra, a fim de constatar o surgimento de alguma avaria; assistem no planejamento de ações que retardem ou impeçam o andamento da deterioração.
Restauração	A digitalização apoia o registro do estado físico da obra anterior ao processo de restauração e do estado final resultante do processo; registra o desenvolvimento da aplicação dos processos de restauração, possibilitando a construção e publicação de dossiê específico.
Segurança	As imagens ajudam na identificação e no reconhecimento de peças em eventos de roubo ou furto.
Marketing e comunicação	Uso na preparação de brochuras, material promocional, relações públicas, <i>press releases</i> , pôsteres, <i>outdoors</i> etc.
Publicação	Como material fonte para ilustrações de publicação tais como catálogos, <i>outdoors</i> , livros, publicações acadêmicas e relatórios.
Mídia eletrônica	Como elementos imagéticos do website da instituição, de exposições virtuais e de produtos multimídias.
Memória	Os objetos digitais contribuem para a complementação de lapsos e descontinuidades da memória das instituições culturais.
Preservação dos originais físicos	As representações digitais – dependendo da qualidade através da qual foram geradas – podem substituir para a maioria das necessidades os objetos originais, tanto do ponto de vista gerencial quanto do ponto de vista de pesquisa. Dessa forma, evitam manipulações desnecessárias desses originais.

Fonte: SAYÃO (2016)

Ainda de modo a melhor compreender a concepção dos acervos digitais, Bettencourt e Marcondes (2019) mencionam que estes são formados a partir da digitalização de objetos patrimonializados e que possuem um conjunto de especificações que devem ser observadas. Para os autores:

Acervos digitais são um novo acervo, adicional aos acervos físicos das instituições de Memória e Cultura, como novas potencialidades que os acervos físicos não possuem. Requerem uma curadoria especial, novas habilitações técnicas para isso e, em especial, cuidados específicos dada à fragilidade do meio tecnológico digital, em termos de volatilidade, armazenagem e obsolescência (BETTENCOURT; MARCONDES, 2019, p. 50).

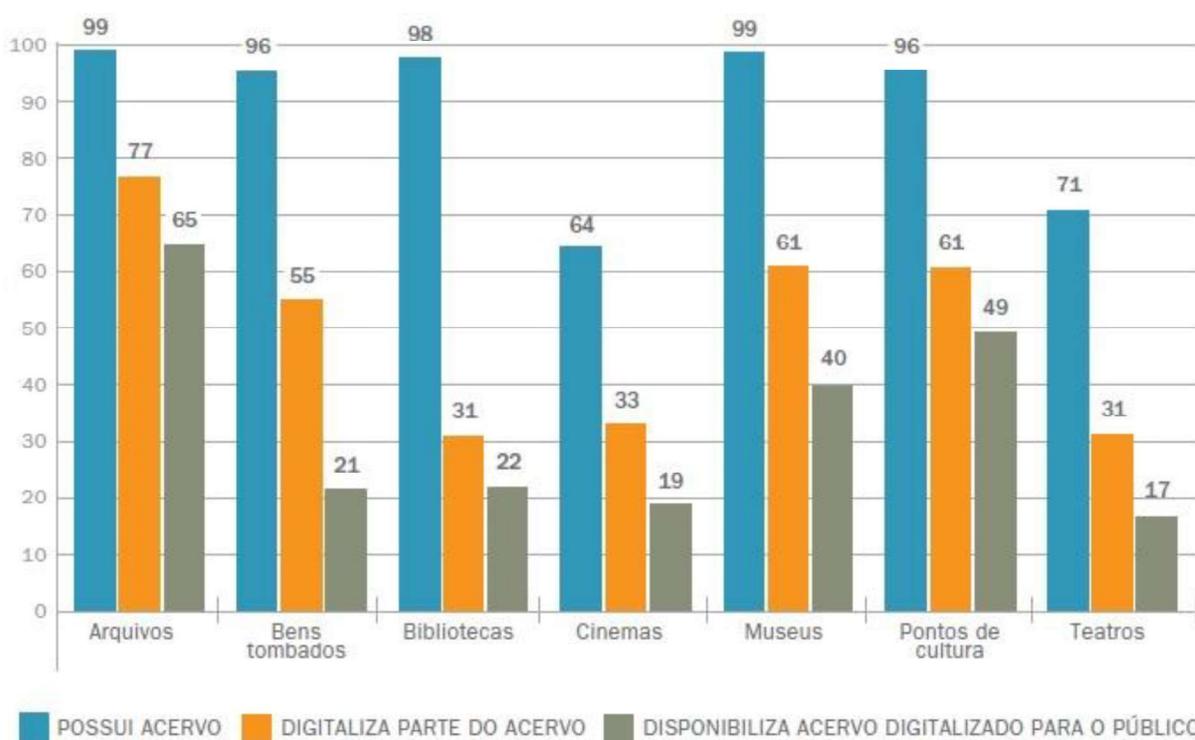
Dessa forma, entende-se que os esforços voltados a digitalização de acervos sejam percebidos como solução de reinvenção das instituições de memória. A digitalização pode proporcionar um universo de possibilidades que vão desde ao

acesso facilitado e instantâneo por mais de um usuário e até mesmo ao desenvolvimento de novos significados a partir de sua inserção em novos contextos, que acaba por gerar novas interpretações e formas de utilização. Conforme apontado por Souza (2018, p.68), “essa elasticidade do alcance de um objeto e de sua representatividade e simbologia em uma cultura é fundamental, tanto para o reconhecimento de um segmento da sociedade quanto para a valorização de sua importância na construção de identidade cultural”.

Contudo, apesar da percepção, por parte das instituições de memória, da importância de se readaptar ao novo contexto social e informacional de modo a também incorporar as tecnologias informacionais aos seus aspectos de produção e disponibilização de seus conteúdos, de acordo com os apontamentos apresentados pela pesquisa TIC Cultura (2018), as potencialidades das TIC não estão sendo plenamente aproveitadas no campo cultural. Segundo os autores, a digitalização dos acervos tem papel estratégico, seja como forma de preservação dos materiais, seja como etapa crítica para a disponibilização dos bens culturais para o público em meios digitais, porém, ainda é possível identificar desafios que acabam por não permitir o aproveitamento em grande escala dessas tecnologias para a preservação e difusão dos acervos de forma *online*.

De acordo com o Gráfico 1, apresentado a seguir, é possível identificar que o índice de digitalização dos acervos se apresenta muito abaixo em relação ao total de instituições, sobretudo se considerarmos que aqui trata-se de instituições que digitalizaram mesmo uma parte ínfima do seu acervo. Conforme apontado na pesquisa, um dos motivos que justifica essa diferença relaciona-se ao nível de infraestrutura e apropriação das TIC, sendo necessário a disponibilização tanto de recursos tecnológicos quanto humanos para o processo de digitalização desses acervos.

Gráfico 1 - Equipamentos culturais, por posse, digitalização e disponibilização de acervo digitalizado para o público



Fonte: TIC CULTURA (2018)

Ainda, além do baixo índice de digitalização percebe-se que uma parcela mínima de instituições têm disponibilizado seus acervos ao público, o que leva a entender que a estratégia de digitalização pode estar mais ligada aos aspectos de preservação dos objetos do que aos processos de promoção e disseminação de seus acervos, o que, de certa forma, caminha em direção contrária ao direcionamento do contexto social atual, que tem pautado seu desenvolvimento a partir de um ambiente construído pelos princípios da disseminação e compartilhamento informacional. Outra compreensão que se pode ter desses resultados, é o fato de que as instituições podem não estar conseguindo disponibilizar na rede os conteúdos já digitalizados, por dificuldades técnicas e falta de infra-estrutura, parando seus projetos de digitalização em etapas anteriores a abertura. Conforme apresentado na pesquisa TIC Cultura (2018), relaciona-se como principais barreiras para o uso do computador e internet pelas instituições pesquisadas os aspectos ligados a falta de recursos financeiros para investimento na área de tecnologia e a baixa habilidade técnica da equipe.

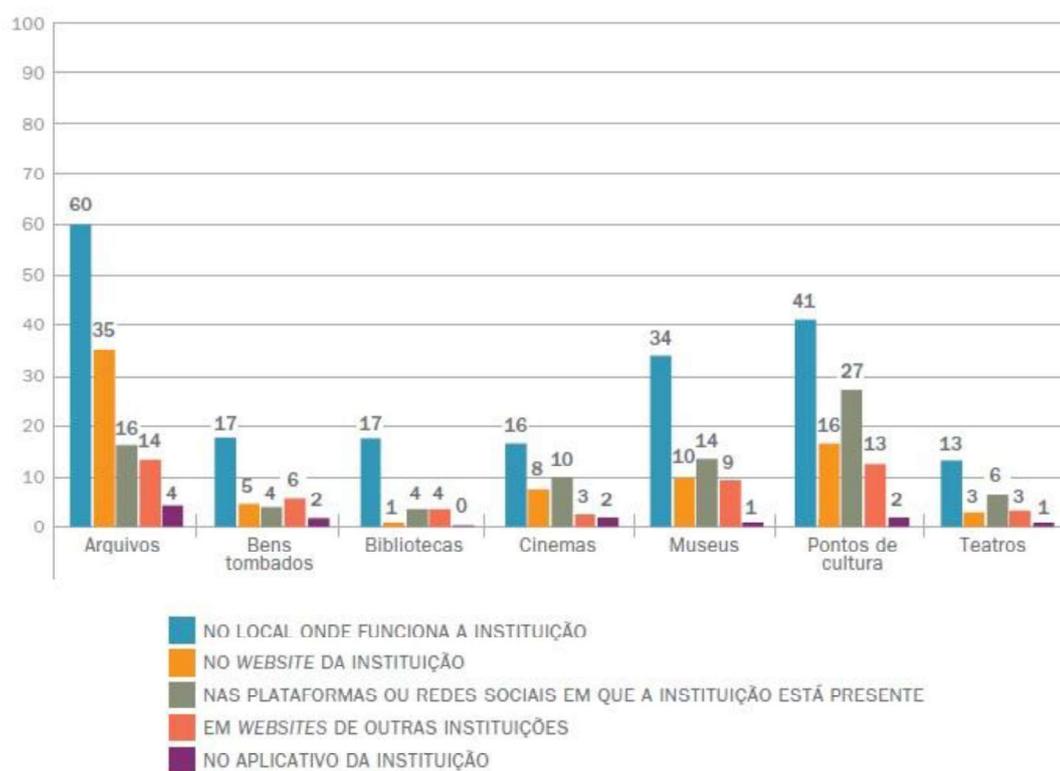
Tabela 1 - Equipamentos culturais, por dificuldades para o uso de computador e internet

Percentage (%) Porcentagem (%)		Número Insuficiente de computadores <i>Insufficient number of computers</i>	Número Insuficiente de computadores conectados à Internet <i>Insufficient number of computers connected to the Internet</i>	Ausência de suporte técnico <i>Lack of technical support</i>	Pouca capacitação da equipe no uso de computador e Internet <i>Lack of training among the team to use computers and the Internet</i>
TIPO DE EQUIPAMENTO CULTURAL <i>TYPE OF CULTURAL FACILITY</i>	Arquivo <i>Archive</i>	27	24	27	28
	Bem tombado <i>Heritage site</i>	28	25	31	24
	Biblioteca <i>Library</i>	42	36	34	33
	Cinema <i>Cinema</i>	19	18	25	24
	Museu <i>Museum</i>	31	25	27	23
	Ponto de cultura <i>Culture point</i>	44	39	50	40
	Teatro <i>Theater</i>	29	26	25	23

Fonte: TIC CULTURA (2018)

Também como apresentado no Gráfico 2, entre aquelas instituições que disponibilizam o acervo ao público, grande parte delas concentram esse acesso no próprio local da instituição, o que mostra que a difusão de forma *online* e irrestrita ainda não é uma realidade brasileira, mas que é um elemento em construção, direcionado a concepção de acervos que possam disseminar o acesso cultural além do acesso presencial. É fundamental para a presente pesquisa compreender essas dificuldades e os motivos pelos quais os acervos já digitalizados ainda não se encontram acessíveis aos seus usuários em potencial, fazendo com que um importante patrimônio ainda não alcance seu potencial pleno de socialização.

Gráfico 2 - Equipamentos culturais, por forma de disponibilização de acervo digitalizado para o público



Fonte: TIC CULTURA (2018)

Como mencionado anteriormente, a pesquisa TIC Cultura (2018) entende que uso restrito dos meios tecnológicos se justificam por uma série de dificuldades encontradas ao longo do caminho pelas instituições culturais. Os autores mencionam que, no âmbito da digitalização, um dos maiores desafios é a falta de apoio e financiamento, seguido pela escassez de equipe qualificada, o que mostra, mais uma vez, a necessidade de ações estruturantes para o campo, que possam viabilizar o apoio necessário e conduzir as instituições nos processos de digitalização de seus acervos, de modo a torná-los acessíveis ao maior número de usuários possíveis. É importante ressaltar que, ao analisar esses dados, percebe-se que as instituições, por si só, ainda não possuem os recursos necessários para a efetivação de seus projetos, necessitando de apoio estrutural, técnico e, por sua vez, político de instâncias que foram criadas para a determinação e articulação de estratégias de fomento para o campo da cultura.

Esses dados enunciam desafios importantes às instituições culturais brasileiras para a democratização do acesso aos seus acervos, tanto no que se refere à infraestrutura TIC e a presença das instituições na rede, quanto a questões institucionais relativas aos recursos financeiros e à formação dos recursos humanos para a digitalização (TIC CULTURA, 2018, p. 114).

E seguindo por esse mesmo sentido, de modo a usufruir das tecnologias de informação com o intuito de gerar benefícios e valorização dentro de um contexto social e dar um passo além da digitalização dos acervos, têm-se os olhares direcionados a partir da perspectiva do elemento rede que apresenta novos meios de organização e possível conexão entre os acervos digitalizados. Para Martins, Silva e Carmo (2018), a rede se apresenta como elemento estruturante e dinamizador da circulação de fluxos comunicacionais e informacionais e acaba por influenciar e modificar as práticas da sociedade. Assim, pensando a construção de acervos orientados pelo princípio da rede, tem-se um universo cultural conectado que vai permitir o intercâmbio entre diferentes instituições e ampliar o acesso aos acervos disponibilizados de modo a facilitar os processos de busca e recuperação informacional por parte do usuário. A rede, nesse contexto, entra como um princípio que busca o comum entre as instituições, os padrões, as tendências e a possibilidade de valorizarem mutuamente seus acervos quando colocados em conjunto.

Também no caminho dos acervos em rede, Martins, Carmo e Germani (2018, p. 5140) compreendem que “se consolida no cenário mundial práticas de gestão de acervos que se integram em rede a partir do compartilhamento e adoção coletiva de padrões e normas que visam publicar informação semântica a partir dos mesmos princípios”. Entretanto, os autores reconhecem a necessidade e importância do desenvolvimento de mais pesquisas direcionadas ao tema:

Os caminhos e as etapas técnicas necessárias para a produção de acervos integrados em rede de forma semântica é ainda algo que carece de pesquisas e da documentação das experiências práticas já realizadas. Há desafios técnicos e organizacionais que precisam ser superados para que a organização dos acervos possa avançar nessa direção. Os problemas vão desde a produção original da documentação dos acervos, na falta de padrões claros estabelecidos e regras de catalogação compartilhadas, até aos softwares utilizados por muitas instituições que ainda não estão preparados para lidar com as informações disponíveis e enriquecidas de forma semântica, além da disponibilização de dados abertos (MARTINS; CARMO; GERMANI, 2018, p. 5140).

Ainda, de acordo com Marcondes (2017), o desenvolvimento de atividades de valorização de objetos com valor cultural, histórico e de memória é a missão e o papel que a sociedade atribui às instituições memoriais, e que um dos pontos dessa valorização se torna possível por meio da web semântica, que apresenta potencialidades de integração dos acervos digitais que, ainda segundo o autor, tem

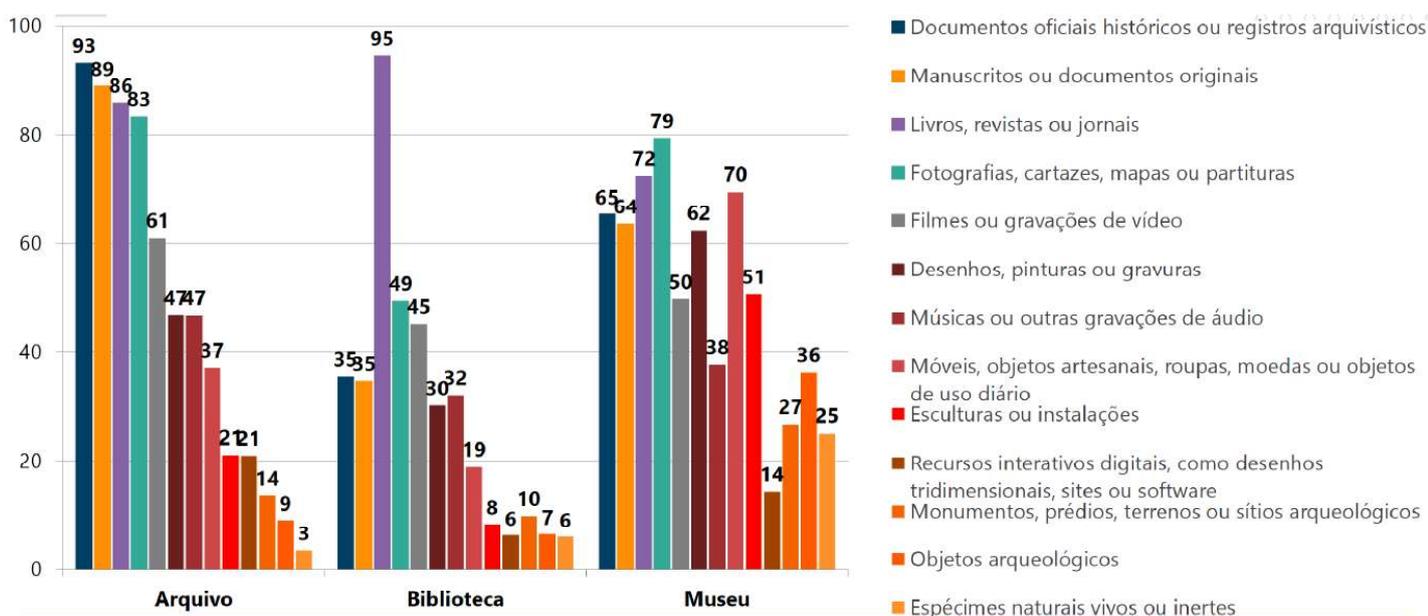
como termo técnico para interligar objetos digitais de acervos de memória e cultura, a interoperabilidade.

Dessa forma, para melhor compreensão acerca do termo apresentado, o tópico a seguir apresenta definições relacionadas ao conceito da interoperabilidade.

2.4.1 Interoperabilidade

Apesar de terem características comuns, sobretudo pelo fato de parte de suas missões estarem voltadas para a guarda, preservação e disseminação de bens culturais, as instituições de memória se diferem devido a existência de uma quantidade expressiva de objetos heterogêneos, a exemplo têm-se a pesquisa TIC Cultura (2018), aqui representada pelo Gráfico 3, que nos mostra parte da realidade existente na composição dos acervos de algumas instituições.

Gráfico 3 - Tipo de acervo por equipamento cultural



Fonte: TIC Cultura 2018

Essa variação de tipos de objetos, apesar de ser responsável pela constituição de acervos com riquezas culturais ímpares, acaba por tornar mais complexo o processo de integração entre acervos de instituições distintas.

Entre os caminhos possíveis para se alcançar a conexão entre esses acervos tem-se a interoperabilidade, que se desenvolve a partir de um conjunto de métodos, padrões e protocolos que, quando aplicados de maneira correta, podem ser capazes de tornar viável a comunicação entre bases de dados distintas.

O conceito da interoperabilidade abarca diferentes aspectos relacionados às suas diferentes facetas. De modo geral, sua conceituação remete-se ao uso de tecnologias capazes de convergir diferentes sistemas informacionais. Os autores Martinez e Lara (2017) compreendem a interoperabilidade como:

[...]processos, tecnologias e protocolos necessários para garantir a integridade dos dados quando eles são transferidos de um sistema para outro, bem como a transmissão de resultados corretos e com significado para o usuário final. Portanto, a definição de interoperabilidade inclui a correta interconexão de sistemas e a troca de dados, informações e conhecimento entre esses sistemas (MARTINEZ; LARA, 2017, p. 11).

Pela perspectiva dos conceitos da web semântica e da interoperabilidade, Coneglian *et al.* (2018) mencionam um novo processo de descoberta de conhecimento capaz de agrupar e organizar a informação disponível de maneira eficiente e integrada. Para os autores, “interoperabilidade de dados pode ser contextualizada a partir da capacidade fornecida aos sistemas para interpretar de maneira automática e precisa o significado dos dados trocados” (CONEGLIAN *et al.*, 2018, p.143).

Além de viabilizar a conexão entre bases distintas de modo a propiciar a troca de sinergia entre instituições memoriais, a interoperabilidade contribui para que a busca e recuperação efetiva por parte do usuário se torne mais simplificada devido ao fato da possibilidade desse processo ocorrer por meio de um buscador único que agregue conteúdos antes distribuídos em diferentes endereços de acesso.

Também, Simões *et al.* (2014) percebem o termo como representante da ideia de comunicação e funcionamento entre entidades diferentes. Além disso, as autoras nos chamam atenção a importância de perceber a interoperabilidade além do aspecto técnico, e compreender que é por meio de políticas que se torna possível estabelecer protocolos que viabilizem a comunicação esperada.

Nesse sentido, de modo a compor o conceito pelo ponto de vista dos acervos culturais, tema discutido nesse trabalho, tem-se o entendimento de Oliveira, Maculan e Gomes (2016) que percebem a interoperabilidade como um conjunto de mecanismos de mediação. Os autores apontam o que consideram relevante para atender à demanda de interoperabilidade entre equipamentos culturais:

É preciso desenvolver um conjunto de ações, obedecendo a uma linha estratégica no sentido da ampliação, fortalecimento e reorientação de políticas públicas que possam salvaguardar a troca de informações, independentemente das suas diferenças de missão e de acervos. Nesse

processo, é possível trazer maior eficiência, eficácia e sustentabilidade do investimento público, assim como poderá permitir uma utilização mais ampla desse recurso informacional para o desenvolvimento cultural, social e humano (OLIVEIRA; MACULAN; GOMES, 2016, p.7).

Como mencionado, a interoperabilidade se configura por meio de diferentes facetas e a execução dessa comunicação esperada, conforme apontado por Guedes e Vechiato (2017), ocorre de diferentes formas, porém, interligadas e dependentes, seja pela semântica, pela forma sintática, pela tecnologia ou, ainda, pela estrutura organizacional. Nesse sentido, compreende-se que o conceito da interoperabilidade envolve aspectos complexos que interferem diretamente na definição de sua aplicabilidade, sobretudo pela perspectiva do campo técnico. Entender os modelos existentes e conhecer como estes se desenvolvem é etapa essencial no processo de aplicação do conceito. A definição de protocolos, modelos conceituais, metadados e outros padrões a serem adotados requer visão ampla e especializada e estudo detalhado do projeto em desenvolvimento e seus objetivos a serem alcançados.

Claramente, observa-se que o contexto da interoperabilidade foi explorado de forma irrisória, visto que ao trabalhar o tema de maneira aprofundada escaparia da proposta apresentada neste trabalho. Contudo, ao abrir um debate a respeito dos acervos digitais em rede se torna elementar abordar, mesmo que de maneira sucinta, os aspectos ligados aos sistemas interoperáveis. Conforme Candela *et al.* (*apud* SEGUNDO; SILVA; MARTINS, 2019, p.69), “a interoperabilidade é uma propriedade multidimensional que se aplica aos recursos de todos os diferentes domínios universais dos acervos digitais, ou seja, conteúdo, funcionalidade, usuário, qualidade, política e arquitetura”.

Apesar da proposta de construção de acervos culturais em formato rede ser discutida entre instituições memoriais a realidade encontrada em âmbito nacional ainda não apresenta um resultado positivo expressivo, revelando que ainda há muito a ser desenvolvido dentro da área. Esse cenário pode ser justificado por um conjunto de elementos pertinentes ao desenvolvimento dessas ações, podendo mencionar, entre esses, a escassez de fomentos, lacunas tecnológicas existentes nas instituições e, até mesmo, a inexistência de políticas públicas que possam assegurar os direitos, movimentos e diretrizes necessárias a concepção dos projetos de digitalização e disponibilização de acervos culturais em rede.

Por outro lado, a partir de um olhar externo é possível identificar uma quantidade expressiva no contexto do desenvolvimento de projetos que buscam disponibilizar, em formato *online*, seus objetos culturais de forma integrada. Assim,

visando apresentar uma parcela dos projetos desenvolvidos em território internacional, serão expostas abaixo algumas das iniciativas existentes.

Desenvolvida pela *European Commission*, a *Europeana* é uma plataforma digital pensada para agregar e disponibilizar de forma *online* o patrimônio cultural digitalizado de toda a União Europeia. Por meio da oferta de um serviço de agregador de índice, a iniciativa dispõe de conteúdos de bibliotecas, arquivos, galerias e museus. Atualmente a *Europeana* viabiliza, através de sua plataforma, o acesso a mais de cinquenta milhões de itens digitalizados, entre eles obras de arte, vídeos e livros (EUROPEANA, 2019). Também como um agregador de índice, a *Digital Public Library Of America* - DPLA engloba o patrimônio cultural dos Estados Unidos. A iniciativa reúne e disponibiliza de forma integrada acervos de diferentes instituições, entre elas bibliotecas, arquivos, livrarias e museus. Mantida por meio de doações de fundações e agências governamentais, a DPLA disponibiliza, de forma online a qualquer usuário através do acesso a sua plataforma, uma marca de quase trinta e cinco milhões de itens digitalizados (DPLA, 2019). Por fim, coordenado pela Estratégia Digital do Ministério da Cultura do México, o projeto *Mexicana - Repositorio del Patrimonio Cultural de México* foi idealizado para interoperar os acervos digitais gerenciados pela instituição. Por meio da adoção de padrões internacionais, políticas e boas práticas, a iniciativa agrega conteúdos de diversas temáticas e formatos oriundos de institutos de pesquisa, museus, emissoras de televisão, bibliotecas e entre outros. Assim como as iniciativas apresentadas acima, a Mexicana torna acessível todo o seu conteúdo de forma *online* por meio do acesso a sua plataforma digital cumprindo, então, o objetivo do projeto de fortalecer a preservação e divulgação do patrimônio cultural do México (MEXICANA, 2019).

Os exemplos de iniciativas internacionais apresentados acima são apenas uma parcela mínima dos vários projetos espalhados pelo mundo. Contudo, em relação à realidade brasileira, ainda há um grande caminho de processos e pesquisas a ser percorrido. Conforme apontado por Martins, Silva e Carmo (2018), projetos idealizados em regiões mais desenvolvidas no mundo operam a partir de políticas locais para o desenvolvimento de acervos em rede, apoiados por modelos de governança específicos e adoção de parâmetros compartilhados para viabilizar um formato de disponibilização integrada. Ainda de forma a exemplificar os benefícios

provenientes da disponibilização em rede de acervos digitais, entende-se que suas vantagens vão além dos pontos relacionados ao desenvolvimento cultural e social dos indivíduos e que esses projetos, se pensados de forma estruturada e bem orientada, podem contribuir, também, com a ativação do capital econômico dos países. Em referência ao estudo *The Value of Europeana* desenvolvido pela *SEO Economic Research* (POORT *et al.*, 2013), Martins, Silva e Carmo (2018) mencionam que em relação ao impacto econômico da Europeana o resultado supera os valores investidos na manutenção do serviço e destacam:

Ao fazer a análise da importância econômica dos serviços da Europeana, chegou-se à conclusão de que o impacto econômico para o continente europeu seria de aproximadamente 78.8 milhões de euros em um cenário de base, 59.6 milhões de euros em um cenário pessimista e 97.7 milhões em um cenário otimista (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 209).

A ideia dos acervos digitais compõe uma época de transição de paradigmas entre as instituições de memória a partir da compreensão da importância de se pensar os objetos culturais não apenas a partir de uma perspectiva de guarda e preservação, mas, sobretudo, também pelo ponto de vista da disponibilização do acesso a esses bens culturais a sociedade como um todo. Assim, percebe-se que os projetos de digitalização e disponibilização de acervos digitais em rede contribuem para quebra da barreira do acesso físico, enriquece o conhecimento cultural e social dos indivíduos e acaba se transformando em elemento ativador da economia dos países. Diante os pontos apresentados, reforça-se a ideia da concepção de uma política nacional para acervos digitais no campo da cultura e a relevância do trabalho conjunto entre governantes, sociedade civil e setor privado.

2.5 Histórico das Iniciativas Brasileiras em Torno da Construção de uma Política Informacional para Acervos Digitais

Percebendo a importância e o potencial da construção de acervos culturais digitais conectados, sobretudo na perspectiva da otimização da disponibilização desses acervos, Martins, Silva e Carmo (2018) apresentam um panorama relacionado aos apontamentos da necessidade dessa ação bem como as iniciativas desenvolvidas dentro do cenário nacional e internacional. Referenciando a *Carta de Recife 2.0*, aponta que as instituições culturais vêm desenvolvendo iniciativas de digitalização e publicação de seus acervos, mas que tais ações têm sido feitas de forma desconexa, o que faz com que o potencial de integração e disseminação dos acervos dessas instituições se torne menor. Os autores entendem que:

Para agregar esses conteúdos de forma acessível, faz-se necessário a concepção de uma política integrada que procure dar condições de visibilidade e aplicabilidade a estratégias técnicas, políticas, culturais e econômicas que facilitem a produção de uma rede de acervos que, dialogando a mesma língua a partir da adoção de padrões compartilhados, podem se interconectar e se tornarem acessíveis de forma integrada (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.197-198).

Também nessa perspectiva, apresenta os apontamentos da *Carta de Ribeirão Preto*, um documento assinado por representantes de vinte e quatro instituições, onde menciona a necessidade da formalização de uma política nacional de acervos digitais, tendo em vista a pulverização de iniciativas governamentais e institucionais que tem atuado “[...] em distintas frentes duplicando esforço e diminuindo a eficiência do gasto público [...]” (CARTA DE RIBEIRÃO PRETO, 2015, doc não paginado).

Além disso, os autores mencionam que no Brasil, as discussões que giram em torno do desenvolvimento de uma política de acervos digitais seguem tentando encontrar elementos e apoios necessários em meio a suas articulações e, apresentam ainda, uma proposta, que acabou não sendo implementada, resultante do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais (2010):

[...] criação de uma plataforma que organize a troca de informações entre as instituições e também ofereça possibilidades múltiplas de acesso aos conteúdos armazenados em formato digital dentro das instituições públicas ou privadas que forem abarcadas pelo Plano Nacional de Digitalização e Acesso a Cultura e Conhecimento (TADDEI, 2010, p.6).

De acordo com Martins, Silva e Carmo (2018), existem alguns projetos que caminham em direção a proposta apresentada acima, porém, não é possível encontrar um plano nacional que integre de fato as bases de dados de diferentes instituições, e aponta que a ideia era o desenvolvimento de um banco de dados de acervos culturais acessível por meio de um mecanismo de busca único. Os autores defendem que:

A ausência de uma política que realize essa integração acaba por dificultar processos de mapeamento e diagnóstico acerca das condições dos objetos culturais, além de limitar as possibilidades de cruzamento de dados e produção de indicadores que facilitem o monitoramento dos efeitos das políticas específicas para o setor (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 199).

É notório que a construção de acervos em rede é um processo complexo que envolve tanto aspectos de cunho técnico quanto políticos e que estes precisam estar alinhados de modo a contribuir para o desenvolvimento e o pleno funcionamento dessa rede. Dessa forma, seguindo pela perspectiva do aspecto técnico, Martins, Silva

e Carmo (2018) nos chamam a atenção para a necessidade de nos atentarmos ao princípio da interoperabilidade no que tange a integração das bases de dados de diferentes instituições culturais.

Os autores ainda apontam alguns elementos que contribuem de forma negativa para que a idealização dos acervos interoperáveis seja uma realidade, entre eles o uso de diferentes softwares de gestão pelas instituições detentoras dos objetos culturais, o que faz com que a comunicação entre os acervos dessas instituições seja praticamente nula e, além disso, a característica heterogênea dos objetos digitais existentes. Além disso, sabe-se que hoje, grande parte das instituições memoriais compreendem a importância de ter seus acervos digitalizados, sobretudo pelo fato da iniciativa avançar os aspectos de socialização e estreitar o espaço entre o público e as obras, de modo a ampliar a difusão cultural. Contudo, é sabido também, que os processos de digitalização são aplicados de forma isolada por estas instituições, o que inviabiliza sua inserção em formato rede.

Para Martins, Silva e Carmo (2018), os pontos dificultadores apresentados acima giram em torno de um problema central e de maior complexidade, que se apresenta como a inexistência de uma política específica para o campo da digitalização de acervos culturais. Os autores compreendem que tal política deve “estabelecer procedimentos, padrões e parâmetros técnicos que possibilitem a realização de ações coordenadas e colaborativas que possuam como objetivo comum, a digitalização e a disponibilização de acervos culturais em rede por meio de banco de dados integrado e plataformas interoperáveis” (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.200).

Como já mencionado, no Brasil, a importância e a necessidade de se pensar e discutir a construção de uma política de acervos digitais para a área da cultura pode ser compreendida como um movimento significativo dentro do campo cultural. Apesar de a realidade atual apresentar um campo de discussões mais amenas, o assunto já é reconhecido por algumas instituições e também já se apresentou como tema de eventos pensados justamente para se discutir estratégias para o desenvolvimento dessa política. Além disso, iniciativas focadas em caminhar por essa direção reuniram forças de modo a pensar diretrizes que pudessem direcionar a um trabalho coletivo e estruturado que viabilizasse um esforço conjunto no que diz respeito à construção de tal política. Um grande exemplo dessas iniciativas é a Rede Memorial, comprometida com a articulação nacional de instituições de memória com interesse nas políticas de digitalização de acervos memoriais e que têm suas iniciativas fundamentadas nos

princípios da Carta de Recife 1.0 e 2.0. Contudo, apesar de um papel importante e contribuições relevantes dentro desse contexto, atualmente a Rede Memorial se mantém menos ativa em relação aos seus movimentos anteriores e ainda não possui uma plataforma digital com acervos disponíveis para consulta *online*.

Assim como a Rede Memorial, algumas outras iniciativas brasileiras se apresentam com o objetivo de conectar os acervos culturais em rede e disponibilizá-los de forma online, contudo, essa ainda não é uma realidade percebida em grande escala em nosso país. Porém, a percepção da importância e influência da construção desses acervos em rede para o contexto social, cultural e econômico tem trazido novamente o tema para debate, com uma compreensão mais clara de que para a viabilização de uma política de digitalização de acervos culturais se faz necessário o esforço e trabalho conjunto entre a sociedade civil e entidades governamentais.

As práticas encontradas ainda são muito limitadas, isoladas e carecem de apoio técnico e de modelos de governança escaláveis para o território brasileiro. O que se identifica hoje no país é uma falta de incentivo explícito, tanto político quanto econômico, que especificamente procure ofertar soluções para a questão dos acervos e articular as instituições culturais nessa direção (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 203).

Em suma, os autores apresentam os acervos em rede como uma nova prática resultante de uma sociedade envolvida no contexto *web* e suas perspectivas em formato rede e apontam que no cenário brasileiro, apesar de ter se formado uma percepção favorável das instituições de cultura quanto a necessidade de se pensar e produzir acervos culturais em rede, atualmente o processo não é visto como uma realidade devido a um conjunto de limitações técnica e política que ainda não puderam ser superadas. Os autores mencionam ainda que, diferente do contexto internacional, no Brasil ainda não se produziu um processo político com força suficiente para incidir em uma ampla articulação nacional que crie como solução um modelo de governança que garanta a participação dos diversos atores sociais e instâncias públicas e privadas.

Torna-se imperativo o desenho de uma política nacional que promova a busca por soluções que auxiliem na construção de perspectivas de interoperabilidade entre os diferentes acervos. [...]Para essa finalidade, também torna-se necessário que o poder público se posicione e articule o desenho de um modelo de governança capaz de direcionar, monitorar, supervisionar e avaliar as iniciativas de digitalização, armazenamento e disponibilização de acervos em rede, preferencialmente por meio de um modelo de gestão que envolva o Estado e a sociedade civil de forma

participativa, transparente e democrática (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p.212).

Nesse sentido, percebe-se a importância e a necessidade de reativar os processos de articulação de atores estratégicos que possam fomentar a retomada dos estudos e ações direcionadas a construção de uma política nacional que possa viabilizar a construção de acervos digitais da área da cultura conectados em formato rede.

Com o intuito de estabelecer um diálogo com o texto apresentado anteriormente e de modo a dar continuidade e melhor compreender as discussões que vêm se desdobrando acerca da construção de políticas públicas para acervos digitais no Brasil, a seguir será apresentado um trabalho produzido por Puntoni (2017), onde o autor aborda questões relacionadas à memória, cultura e acervos digitais e como estas práticas vêm sendo pensadas e desenvolvidas no país.

Em um sentido introdutório, o autor apresenta o contexto da palavra memorial por meio do seu uso como um adjetivo, que no Brasil vêm sendo utilizado para definir diferentes formatos de acervos que, conforme apontado “se inscrevem no processo de construção da memória coletiva e são o material para a escrita da história e para a formação de uma consciência histórica” (PUNTONI, 2017, p.120). Nesse mesmo sentido de desenvolvimento de uma memória coletiva, o autor nos chama atenção de que instituições distintas com acervos constituídos por uma variedade de documentos heterogêneos, tem percebido seus esforços comuns relacionados aos seus processos de gerenciamento e preservação de suas coleções, bem como suas finalidades sociais. Através desse olhar, o autor referencia e traz para a composição do trabalho o contexto das instituições memoriais, de modo a apresentar as transformações de suas essências influenciadas pelos contextos cíclicos que se configurou a sociedade, passando por suas características primárias, que remetiam a importância da preservação com foco na guarda dos objetos até alcançar uma configuração informacional, vislumbrando a circulação do conhecimento.

Ainda, em uma sociedade de constante transformações, sobretudo pelo ponto de vista das tecnologias e da emergência da internet, essas instituições se veem estimuladas e provocadas a se reinventarem socialmente e, principalmente, fazer de seus espaços um campo para a construção de novas narrativas. Nesse sentido, o autor aponta o fenômeno da convergência dos processos entre essas instituições:

Com efeito, cada vez mais um museu se aproxima de uma biblioteca, uma biblioteca de um arquivo e um arquivo de um museu. [...] Mas devemos notar que esta convergência de processos tem aproximado estas instituições, seja por meio da interação resultante de soluções da tecnologia da informação, ou

também pelo compromisso público que se tornou possível com a emergência deste novo campo da cultura: a cultura digital (PUNTONI, 2017, p. 121-122).

Nesse ponto, a chegada e o crescimento da internet reestruturam, mais uma vez, os movimentos já estabelecidos por essas instituições memoriais e provoca uma transformação nos processos de se pensar e estabelecer os formatos de produção e disseminação destes acervos culturais. Claramente, a internet nos apresenta um novo meio e formato cultural, e o autor aponta que compreender esse novo contexto da cultura digital é decisivo para as políticas da memória e do patrimônio. Por essa mesma perspectiva, o autor menciona ainda uma “reconvergência destas instituições agora, no ciberespaço, lugar de encontro dos acervos e do uso e reuso dos conteúdos capturados em imagens digitais” (PUNTONI, 2017, p.123).

Assim, remetendo ao contexto brasileiro, o efeito da cultura digital ganha força no final dos anos 2000 quando por meio do apoio e incentivo, tanto por parte do Governo Federal quanto de agências de fomento, grande parte das instituições memoriais do país iniciam um processo de digitalização de seus acervos. Para o autor, o contexto político apresentava uma nova perspectiva que pensava a atuação do governo federal como instigador e produtor de políticas públicas e menciona que o “Ministério da Cultura foi capaz de estimular a criação e produção de bens culturais, fortalecendo a cultura digital como instrumento de invenção mas, sobretudo, de ampliação do acesso universal aos bens simbólicos” (PUNTONI, 2017, p.124). A cultura digital, com todas as suas possibilidades de potencializar a oferta de bens e serviços culturais bem como a difusão do conhecimento, abria um caminho de enriquecimento da sociedade, tornando possível e acessível a informação cultural em todos os níveis sociais. Nesse sentido, ainda segundo o autor, “foram nos primeiros anos do século XXI que passamos a enfrentar o desafio de estabelecer políticas para ativar a cultura digital como um instrumento capaz de potencializar o reenquadramento e o fortalecimento das instituições memoriais” (PUNTONI, 2017, p.126).

Nesse sentido, com a disponibilização cada vez mais facilitada de equipamentos tecnológicos para a captura de registros digitais, no Brasil os acervos digitalizados seguem ganhando maior visibilidade e algumas instituições se preparavam para o desenvolvimento de projetos de maior complexidade que

vislumbravam a digitalização dos seus acervos e, agora, também com foco na ampliação do seu acesso. Como exemplo dessas iniciativas é possível mencionar o projeto da BN Digital, que teve seu portal lançado em 2006 para integrar coleções que vinham sendo digitalizadas em parceria com instituições nacionais e internacionais. Ainda, o autor nos chama a atenção para o papel fundamental por parte dos centros de pesquisas e universidades no processo de aproximação da cultura digital e das instituições memoriais.

Dessa forma, com a popularização dos acervos digitais, e as instituições cada vez mais vislumbrando sua inserção ao meio digital de modo a reinventar seus processos de socialização e difusão cultural, torna-se mais evidente a necessidade do desenvolvimento de uma política pública para a digitalização dos acervos memoriais. Nesse sentido, começam a surgir os primeiros movimentos conectados a idealização desta política. Como marco desse processo, o autor menciona dois encontros organizados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, que tinham como tema a discussão sobre conteúdos digitais na internet e reuniu representantes de instituições memoriais envolvidos em projetos de digitalização para discutir a formulação de estratégias de fomento à produção e disponibilização de conteúdos culturais digitais em língua portuguesa (PUNTONI, 2017).

Em paralelo aos movimentos da construção desta política, as movimentações em torno da digitalização de acervos que já vinham sendo pensadas, gradativamente ganharam maior espaço. Com a idealização de um projeto de maior complexidade a Universidade de São Paulo propôs, sob a coordenação do professor István Jancsó, uma iniciativa de digitalização de todo o acervo da Universidade sobre história e cultura do Brasil. Dessa forma, reunindo esforços de diferentes unidades de pesquisa e guarda da USP, se inicia o projeto Brasileira USP que, segundo o autor, “ambicionava não apenas tornar disponível para a pesquisa uma das maiores coleções brasileiras, mas também propor um modelo de implantação da biblioteca digital que atendesse aos princípios de preservação de acervos memoriais, de democratização do acesso e de suporte à investigação” (PUNTONI, 2017, p. 132). Seguindo essa linha, surge a proposta do desenvolvimento de uma plataforma livre que pudesse atender a qualquer instituição de memória que desejasse ter o seu acervo digitalizado.

Com os processos fluindo, mais adiante é montado o Laboratório da Brasileira Digital, que contava com equipamentos tecnológicos que puderam contribuir de forma significativa com os projetos de digitalização propostos. Assim, após menos de um

ano da disponibilização *online* da primeira versão da Brasileira Digital, o laboratório lança sua segunda versão, agora, “configurada como um sistema integrado de aplicativos para sustentar a implantação e gerenciamento de repositórios digitais” (PUNTONI, 2017, p.134). A Plataforma Corisco, como foi chamada, alcançava o objetivo proposto anteriormente de atender aquelas instituições que tinham a proposta da digitalização de seus acervos sendo, dessa forma, testada ou implementada em algumas instituições memoriais, entre elas o Instituto Paulo Freire.

Ao longo de sua trajetória o Projeto Brasileira USP contou com apoio tanto do Governo Federal quando de agências de fomento, entre esses destaca-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que apresentava um projeto interno que visava uma política de fomento à cultura por meio do financiamento de iniciativas de digitalização de acervos, projeto este que mais adiante se tornaria referência dentro da área. Dessa forma, dando sequência ao aspecto da política de digitalização e as efetivas contribuições desenvolvidas ao longo deste processo, o autor nos chama a atenção ao trabalho de referência que vinha sendo desenvolvido no Projeto Brasileira USP.

A sintonia com a evolução da cultura digital fazia com que o Projeto Brasileira USP, por sua ancoragem institucional e capacidade técnica, fosse um ponto de referência para a formulação de uma política pública de apoio à digitalização dos acervos memoriais (PUNTONI, 2017, p.134).

Diante sua representatividade no campo da digitalização dos acervos e o entendimento da necessidade e a importância de uma política que pudesse nortear os novos projetos da área, a Brasileira Digital, em parceria com a Casa de Cultura Digital e o Ministério da Cultura, organizou o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, evento que teve como proposta reunir especialistas e profissionais do mundo para que se pudesse efetivar uma troca de experiências tendo em vista, de acordo com o autor, “a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal ao patrimônio cultural brasileiro” (PUNTONI, 2017, p.135).

Os debates e esforços concentrados durante o simpósio geraram como resultado o esboço de uma política pública para o setor que, conforme aponta Puntoni (2017), posteriormente não teve sua implementação efetivada. Contudo, o autor menciona ainda que novos movimentos de continuidade ao desenvolvimento da então

política de digitalização foram pensados por meio de uma parceria entre o Ministério da Cultura e a Rede Nacional de Pesquisa que promoveram debates em prol de uma Política de Cultura Digital que pudesse abarcar o setor das instituições memoriais bem como seus projetos de digitalização.

E assim, enquanto por um lado se discutia o desenvolvimento da política pública para acervos digitais, por outro, de forma bastante estruturada, iam surgindo iniciativas que tinham como principal foco a digitalização de seus acervos memoriais. Entre as movimentações destaca-se a Rede Memorial de Pernambuco, a Cinemateca Brasileira e o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ainda, pela perspectiva da política o governo federal seguia adiante articulando meios que pudessem subsidiar o seu desenvolvimento. O autor menciona como um marco nessa trajetória a aprovação do Plano Nacional de Cultura – PNC, instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, que determina a necessidade de implementação de “uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos”.

Apesar das propostas idealizadas pelo então Ministério da Cultura apontar um contexto favorável a construção da política pública para acervos digitais, o autor aponta que as metas previstas no PNC, percebidas um tanto quanto ambiciosas, acabam perdendo força política devido a troca de gestão no governo, que não mais apresenta como prioridade ou pauta de discussão os debates em torno da cultura digital. De todo modo, essa desaceleração por parte do governo não influencia os movimentos organizados pelas instituições que seguem, mesmo sem política, digitalizando seus acervos.

Hoje, podemos dizer, são centenas de projetos de digitalização de acervos sendo desenvolvidos no Brasil. Como em outras partes do mundo, a oferta *on-line* aos conteúdos das instituições memoriais tem sido um importante mecanismo de envolvimento de um público mais amplo, com conseqüente fortalecimento do seu capital social e, em muitos aspectos, algo que não é um pequeno retorno financeiro. Os modelos de publicação *on-line* sem restrição de acesso e sem cobrança dos usuários tem se mostrado muito mais responsivos e, conseqüentemente, capazes de obtenção de patrocínios e/ou apoios de fundos de financiamento públicos ou privados. Ao transformarem seus repositórios digitais em ofertas públicas e gratuitas de parte dos seus acervos, estas instituições não apenas ampliam a sua importância na sociedade, mas se credenciam a receberem apoios que estão se organizando juntamente com a criação de políticas públicas para o setor (PUNTONI, 2017, p.138).

A estagnação no processo de desenvolvimento de uma política pública para acervos digitais por parte do governo federal provocou um movimento coletivo entre instituições memoriais que se organizaram de modo a unir esforços e pensar estratégias e medidas que pudessem ajudar a avançar a idealização da política para a área. O coletivo, denominado Rede Memorial, que tinha como exemplo a estrutura de organização da Rede Memorial de Pernambuco, estabeleceu em seu primeiro encontro uma carta de compromisso que visava, principalmente, a implementação de uma política de digitalização de acervos memoriais no Brasil. Nesse sentido, a Carta de Recife 2.0, como foi chamada, entendia a importância de dar continuidade aos esforços iniciados pelo antigo Ministério da Cultura e, sobretudo, de manter um diálogo permanente com a nova gestão do órgão e, dessa forma, tendo a responsabilidade voltada às trinta e uma instituições ali representadas, apresentava seis princípios para uma política de digitalização de acervos. Relativo ao desenvolvimento da política essas instituições entendiam que:

Tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r)evolução permanente da tecnologia, a fixação de padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital. Na lógica peculiar da cultura digital, as iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada – característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos [...] As instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos – movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI (CARTA DE RECIFE, 2012, doc não paginado).

De acordo com Puntoni (2017), ficava claro que o compromisso em torno de padrões de captura, acesso aberto e garantia de preservação digital poderia fortalecer a demanda por novos investimentos e apoios financeiros aos projetos de digitalização. O autor entendia que a padronização dava as possíveis agências de fomento maiores chances de resultados e continuidade aos projetos, fazendo com que os retornos dos investimentos tivessem maior garantia.

A Rede Memorial seguia somando forças e trabalhando em estratégias de ativação de redes em prol do desenvolvimento da política pública. Mais adiante, em

um dos fóruns organizados pela Rede surgiu a idealização de um portal *online* que pudesse ser utilizado como plataforma de troca de informações entre os membros da Rede. Nesse mesmo encontro, estabelecendo uma segunda versão da carta de princípios redigida anteriormente, os membros da Rede Memorial definem a Carta de Recife 2.0, que dessa vez abarca dez princípios que visavam nortear as atividades estabelecidas aos participantes da Rede.

Contudo, ainda que o coletivo de instituições memórias tenha empenhado um grande esforço em torno do avanço nos debates para a construção da política este é um trabalho complexo e o avanço em maior escala requer o esforço conjunto de atores estratégicos que possam englobar o apoio da sociedade civil, das agências de fomento e, sobretudo, das esferas públicas federais. Apesar da continuidade do desenvolvimento de novos projetos e iniciativas de digitalização de acervos, outras tantas iniciativas e projetos, até então grandes referências, seguem sendo descontinuados em virtude da falta de uma política que viabilize a integridade e o apoio a construção e difusão dos acervos digitais e, sobretudo, ao contexto da cultura digital.

Neste cenário de desaceleração cada vez mais evidente em torno das políticas de apoio a cultura, a Rede Memorial assume um papel importante de porta-voz das instituições de modo a trabalhar em documentos que manifestam suas inquietações em relação a inexistência de uma política para o setor. Entre esses, Puntoni (2017) menciona a Carta de Ribeirão Preto (2015) e a Carta de Salvador (2016) que, de modo geral, defendem a criação e a necessidade de uma política pública para os processos de digitalização dos acervos. O autor entende que “no Brasil há uma dimensão estrutural, histórica, de descuido com a memória e os acervos que lhe dão o suporte e, ainda, nos chama atenção de que as instituições memoriais, principais atores deste campo, ainda são muito frágeis” (PUNTONI, 2017, p.144-146).

Não foi possível ainda estabelecer uma política pública para a digitalização dos acervos e as articulações em rede das instituições da memória são fracas e pouco operativas por falta de recursos, por falta de capacidade, por falta de orientação. [...] Todavia, a força da cultura digital (do ativismo de seus atores) está hoje claramente associada às instituições memoriais, pelo menos em uma parte importante delas. A manutenção de propostas de redes colaborativas como a da Rede Memorial é mais do que uma possibilidade de resistência, é uma oportunidade de novas realizações. E é preciso estar preparado para contínuas retomadas (PUNTONI, 2017, p.146).

Nesse sentido, a necessidade de uma política pública com diretrizes e boas práticas para a construção de acervos digitais é consenso entre as instituições de memória. Apesar dos percalços ao longo dos processos já iniciados é necessário

compreender e assumir a complexidade desta ação e pensar estratégias de apoio que possam viabilizar a retomada e continuidade dessa iniciativa. Uma política de padronização pode tornar viável a estruturação de acervos digitais sob a perspectiva do elemento rede, fenômeno esse que pode contribuir com a difusão em escala de acervos distintos de forma conectada e, conseqüentemente, com o acesso e alcance universal as referências culturais existentes no país.

A partir das reflexões abordadas pelos trabalhos de Martins, Silva e Carmo (2018) e Puntoni (2017), e seguindo pela perspectiva do contexto dos acervos organizados em formato rede, de modo a expandir os elementos resultantes deste fenômeno, apresenta-se a seguir as concepções acerca do tema desenvolvidas por Gouveia Júnior *et al.* (2015). A partir de uma visão que contempla os propósitos das instituições memoriais que buscam pela preservação, disseminação e acesso difundido de seus acervos, os autores percebem como estratégia e oportunidade de expansão e fortalecimento da área, a idealização de um trabalho pensado e desenvolvido em formato rede, que possa interligar essas instituições de modo a fortalecer suas iniciativas de forma conjunta, beneficiando o campo cultural como um todo. Nesse sentido, Gouveia Júnior *et al.* (2015) apresentam como ponto de reflexão e, sobretudo como estrutura de desenvolvimento, o sistema memorial que vislumbra conectar instituições memoriais de modo a unir esforços em prol do crescimento social conjunto de tais instituições.

De modo a contextualizar os temas a serem expostos, os autores constroem uma narrativa que rememora os princípios da comunicação e do compartilhamento informacional, que vão desde o uso da linguagem como ferramenta de expressão, que por muito tempo se apresenta como canal existente para transmissão da memória humana e do conhecimento existente, até a chegada da escrita e do avanço tecnológico, que possibilita a disseminação impressa dos registros memoriais. Dessa forma, em consequência ao desenvolvimento da sociedade e suas necessidades a cada dia mais diversificadas, vão surgindo as instituições de memória com o intuito de registrar as memórias e os conhecimentos já produzidos de modo a viabilizar no futuro a sua busca e recuperação. Essas instituições apresentavam como sentido principal a missão de guarda e preservação de seus acervos, sentido este que foi se transformando na medida em que a sociedade como um todo também se percebia em

constante movimentação, de modo a compreender a importância e o valor social não apenas da guarda dessas informações, mas sobretudo da sua circulação.

Este novo formato que se institui a partir da influência das tecnologias digitais e das novas possibilidades de disseminação do conhecimento apresentam novos meios de estruturação e desenvolvimento do campo social, de modo a ampliar as formas de interação não apenas entre os indivíduos, mas também entre as organizações, de modo a propiciar uma nova linha de composição pensada a partir do trabalho colaborativo. Dessa forma, os autores apresentam a ideia de sistema, que se constrói a partir de um conjunto de instituições e ou organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos em torno de um objeto comum (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015).

Seguindo por essa perspectiva de circulação informacional incorporada a uma sociedade do conhecimento que vislumbra cada vez mais o acesso irrestrito, as instituições memoriais buscam se reinventar diante os avanços tecnológicos a partir de uma compreensão cada vez mais clara em relação ao seu papel para o crescimento e enriquecimento cultural e social dos indivíduos. Nesse sentido, incorporando as características denominadas por uma organização sistemática, percebe-se como ponto estratégico para uma maior difusão e acesso a estes bens culturais um movimento que segue em direção a um sistema memorial que, conforme já mencionado, gira em torno de construção de redes colaborativas que caminham em direção a um contexto comum.

Vale considerar, ainda, que pensar sistemicamente significa defender uma visão não-mecanicista e pós-cartesiana, afastando-se das noções reducionistas, deterministas e analíticas de se pensar o universo-como-máquina. Significa pensar em redes, em teias de interconexões. O universo, então, é percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão inter-relacionadas [...] (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.81).

Assim, essa ideia de concepção de um esforço desenvolvido por meio de uma perspectiva resultante do fenômeno rede, capaz de interconectar expertises distintas e promover um universo de troca social, pode representar ao contexto das instituições memoriais a idealização de um movimento integrado com força suficiente para avançar as discussões direcionadas a buscar soluções a questões pertinentes dentro da área. Os autores ainda nos chamam a atenção de que, de acordo com Gouveia Júnior e Galindo (2012), “a noção de sistema memorial começa a fazer parte da agenda política nacional ao mesmo tempo em que novos marcos conceituais e práticos começavam a ser estabelecidos para a gestão da cultura brasileira (*apud* GOUVEIA JUNIOR *et al.*, 2015 p.82). Dessa forma, apesar das inúmeras definições

ao termo rede, para os autores o sentido empregado neste contexto remete-se a natureza humana e nesse sentido direciona a troca de conhecimentos ao desenvolvimento das instituições de memória. Assim, a composição em formato rede vislumbra a idealização da construção de um cenário que conecte não apenas objetos culturais, mas que seja também indutor de um contexto de conexão entre ideias, habilidades e experiências que possam ser capazes de estreitar e aprimorar os laços de capital social de modo a fortalecer as relações de colaboração.

Se pensarmos essas teias de relacionamento e troca de informação em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.84).

Os autores mencionam também que “estes novos tempos demandam a formação de parcerias e colaborações com base na percepção de que, através da integração de instituições de missão memorial, será possível a prestação de um serviço abrangente e de qualidade” (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p.84). Nesse sentido, com o intuito de avaliar e melhor compreender a composição destas instituições de memória por uma perspectiva sistêmica os autores apresentam algumas iniciativas que vão em direção ao desenvolvimento deste trabalho colaborativo em torno dos bens culturais, tendo como destaque o estabelecimento da Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas e Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil – Rede Memorial. Em princípio, a partir de uma percepção conjunta relacionada a problemas comuns em espaços de memória, representantes de instituições memoriais de Recife se dispuseram a somar pela semelhança e não separar pela diferença, constituindo-se então a Rede Memorial de Pernambuco (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015).

Essa rede local objetivava a promoção da cooperação interinstitucional mediante a realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e à informação de natureza histórica, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco (GALINDO, 2010 apud GOUVEIA JÚNIOR, 2015, p.85).

Mais adiante, ainda como desdobrando dessa rede de colaboração local idealizada por instituições memoriais do Recife, em evento realizado na própria cidade que tinha como propósito reunir especialistas e pesquisadores em gestão do patrimônio cultural e debater e refletir o papel das instituições de patrimônio cultural

nas sociedades em rede, representantes de trinta instituições pública e privadas envolvidas com projetos de digitalização de acervos se reuniam para discutir processos de valorização da cultura brasileira, de modo a instituírem a Rede Memorial, uma rede agora nacional que se fundamentava em uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização de acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015). A rede, muito bem articulada, seguia trabalhando e construindo estratégias que pudessem contribuir com o avanço e desenvolvimento das instituições memoriais, principalmente no sentido de estabelecer diretrizes que pudessem fortalecer e resguardar essas iniciativas tanto no campo social quanto no contexto político.

Assim, na medida em que esse trabalho em rede vinha se consolidando a percepção acerca da importância e da necessidade de se estabelecer uma política pública que pudesse nortear estes processos de digitalização e desenvolvimento também eram intensificados. Alguns encontros foram realizados com o intuito de debater e avançar as discussões em relação ao tema, entre estes o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, onde se discutiram as políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015). Contudo, apesar dos esforços em torno da formulação destas diretrizes para a digitalização de acervos memoriais, a concepção dessa política pública ainda não é uma realidade para o contexto brasileiro.

Ainda pela perspectiva dos sistemas memoriais, os autores afirmam que estes vêm se apresentando de modo a priorizar a protocooperação e o compartilhamento de informação e de boas práticas entre instituições, ao mesmo tempo em que se defende a concepção reticular dessa categoria de trabalho, que envolve pessoas, mensagens e valores (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015).

[...]As ações pensadas e realizadas sob a lógica da Rede Memorial tendem a se aproximar das relações ecológicas. Estas se fazem importantes em virtude da percepção de um novo paradigma, que engendra uma visão holística do mundo, e o apreende não como a reunião das partes dissociadas, mas como um todo integrado. Começamos, então, a perceber que o sucesso na gestão partilhada da memória depende da combinação entre mudanças tecnológicas e comportamentais e do intercâmbio e socialização de experiências. Esse conjunto de princípios sustenta a intenção coletiva de se construir uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições, não apenas de Pernambuco, mas de vários lugares do Brasil (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015, p. 90).

Apesar da força tarefa em prol do desenvolvimento de uma política pública para acervos digitais no campo cultural atualmente se apresentar como pouco articulada,

essa ainda é uma necessidade dentro da área. A concepção destes acervos em formato rede não se resume apenas a sua digitalização. Por trás dessa idealização existe um processo complexo de estruturação que perpassa desde os formatos para a digitalização dos objetos à concepção de políticas de fomento que possam viabilizar a disponibilização e manutenção desses acervos de forma online e irrestrita a população. A articulação e o trabalho conjunto entre as instituições memoriais representam uma força crucial para a área, mas esse esforço não consegue por si só ser suficiente. É importante e necessário que as redes memoriais possam contar com o apoio de atores estratégicos do contexto político governamental e, também, de organizações e agências de fomento que possam contribuir para o fortalecimento contínuo e a manutenção desses projetos, de modo a fomentar e difundir a cultura brasileira. Os autores mencionam, ainda, que essa política deve ser construída não só mediante profunda reflexão e planejamento, mas também através da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. “Nesse particular, a fixação dos padrões e procedimentos deve, necessariamente, estar atrelada ao cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital” (GOUVEIA JÚNIOR *et al.*, 2015 p.91).

Dessa forma, seguindo pelo entendimento da relevância que as agências de fomento representam para o desenvolvimento dos acervos digitais no campo da cultura, bem como o seu papel primordial como elemento ativador de circulação cultural, compreendendo a importância e o papel social, educacional e econômico que os acervos culturais representam para a sociedade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES tem sido, desde o ano de 2004, um grande parceiro no setor cultural desenvolvendo ações de fomento e incentivo direcionados às instituições memoriais, podendo ser reconhecido como uma das mais importantes instituições apoiadoras do segmento no país, levando o Banco a acumular experiência necessária para contribuir na construção de uma política pública para a preservação e o acesso aos acervos memoriais brasileiros (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014).

Com o objetivo de fazer um levantamento acerca das ações de fomento realizadas pelo BNDES, o trabalho publicado por Balbi, Zendron e Marcelino (2014) apresenta um apanhado de atividades desenvolvidas a partir do apoio da instituição,

além de trazer um panorama a respeito das ações de preservação de acervos memoriais no Brasil. Os autores nos chamam a atenção de que a atuação do estado brasileiro no campo dos acervos de memória muitas das vezes se confunde com a história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, e compreendendo a existência de uma quantidade vasta de suportes e objetos culturais, define arquivos, museus, bibliotecas e cinematecas como sendo os principais depositantes de acervos memoriais no país.

Os autores apresentam algumas perspectivas de política pública e lista alguns pontos que podem ser vistos como principais problemas existentes no setor, entre eles a dificuldade de se constituir políticas de longo prazo, a inexistência de padronização e a escassez de recursos. Ainda, listando algumas iniciativas que vão ao encontro do tema dos acervos culturais, apontam-se algumas Leis e programas de incentivo à cultura, a Política Nacional de Museus e, também, o Plano Nacional de Cultura.

Ainda, percebendo a proliferação da internet como uma grande oportunidade das instituições memoriais disponibilizarem seus acervos no âmbito digital, de modo a potencializar o acesso e a distribuição da cultura brasileira em escala global, Balbi, Zendron e Marcelino (2014) afirmam que as instituições têm sim desenvolvido ações ligadas a projetos de digitalização dos acervos mas que, conforme já mencionado anteriormente por outros autores, tais ações vêm sendo feitas de forma isolada, sem uma política setorial e, sobretudo, sem padrões de interoperabilidade.

No atual contexto de expansão da cultura digital no Brasil, tornou-se urgente a definição de uma política pública para a digitalização de acervos memoriais. Tal política de relevância nacional deveria envolver não só os três níveis da federação, mas também instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014, p.20).

Também como parte de iniciativas voltadas a digitalização dos acervos memoriais, conforme também já apontado anteriormente, os autores mencionam uma ação desenvolvida entre o Ministério da Cultura - MinC e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, com foco na formulação de uma política pública de digitalização. A ideia inicial seria o desenvolvimento de uma solução tecnológica que abarcasse o conteúdo de todos os repositórios digitais das instituições memoriais. Contudo, a referência de iniciativas globais, tais como a Europeia e *Digital Public Library of America* - DPLA, apontaram como melhor caminho aplicar os princípios de interoperabilidade entre as plataformas constituídas e aquelas que ainda surgirão. Também como já mencionado, apesar da iniciativa entre o MinC e a RNP não ter tido continuidade, esforços nesse sentido continuam a ser desenvolvidos e os autores

mencionam alguns projetos que podem ser vistos como iniciativas que vão ao encontro do desenvolvimento de acervos conectados, entre eles a Rede da Memória Virtual Brasileira, ligado à Fundação Biblioteca Nacional, e a Rede Memorial, criada a partir da junção de instituições públicas e privadas ligadas ao setor da memória cultural, conforme já explicitado anteriormente.

Assim, dando continuidade ao contexto de se pensar a construção de uma política pública para acervos digitais e tendo como referências as iniciativas em nível externo ao Brasil, Balbi, Zendron e Marcelino (2014) apresentam alguns princípios tidos como principais diretrizes abarcadas pelos serviços de referências internacionais, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Princípios para uma política pública de digitalização

Padrão de <i>software</i> livre (<i>open source</i>)
O uso de <i>software</i> livre permite aos usuários executar, produzir cópias ou modificar o sistema. Aplica-se ao conjunto de licenças padronizadas para uma gestão aberta e compartilhada de conteúdo. A utilização do <i>software</i> livre tem sido referendada como recurso estratégico do governo eletrônico.
Ações compartilhadas
Todas as ações estarão alinhadas à lógica de compartilhamento. O meio digital promove um ambiente de colaboração entre as instituições de guarda memorial, não só por promover a comunicação via internet (<i>e-mail</i> , fóruns de discussão etc.), como também por permitir o compartilhamento de soluções, sistemas e acervos. Não por acaso, a internet fundamenta todo o seu funcionamento em protocolos, que são, em última instância, acordos básicos de cooperação. A promoção sustentável de um programa de digitalização de acervos memoriais depende do compartilhamento de recursos, principalmente de infraestrutura tecnológica, mas também de pessoal especializado nas diversas etapas que envolvem digitalização e disponibilização de conteúdos digitais. Outro benefício é evitar o desperdício de recurso e tempo, pela incorporação das melhorias e contribuições do grupo.
Tecnologia LOD (<i>linked open data</i>, cuja tradução livre é “dados abertos vinculados”)
O LOD é um conjunto de melhores práticas para publicação e conexão de dados estruturados na Web, permitindo estabelecer links entre itens de diferentes fontes de dados para formar um único espaço de dados global (HEATH e BIZER, 2011, apud SANTAREM SEGUNDO, 2015). O conceito pode ser ilustrado utilizando o diagrama de nuvem do LOD, que apresenta uma rede de <i>datasets</i> (conjunto de dados) cujos dados estão vinculados entre si.

Fonte: Adaptado de Balbi, Zendron e Marcelino (2014)

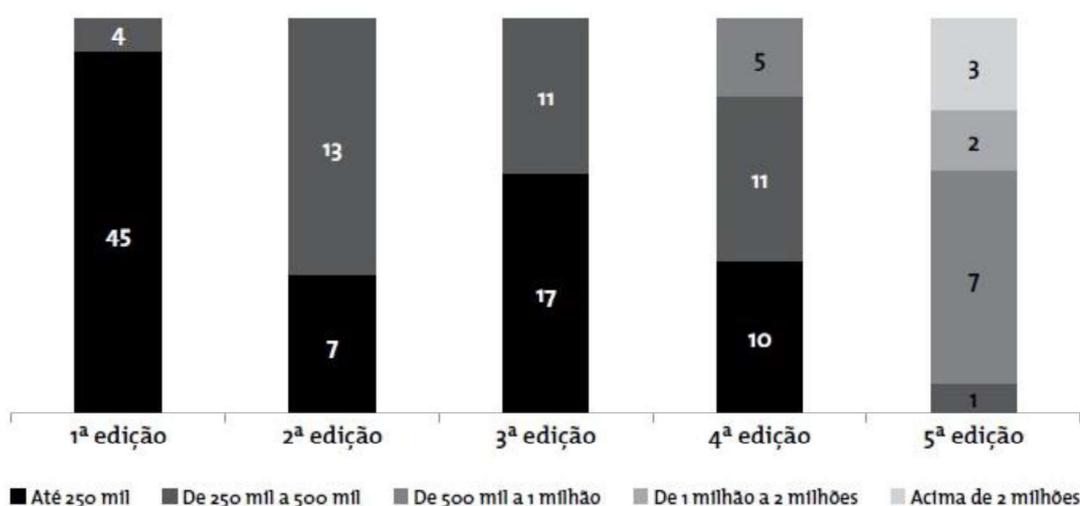
Ainda pela perspectiva das políticas de fomento, ao longo dos anos é possível perceber que o modelo de apoio financeiro desenvolvido pelo Banco sofreu alguns ajustes. De acordo com os autores, a ótica de patrocínio deu lugar a vocação de

parceria estratégica, de modo a contribuir para a formulação de política públicas e para a elaboração de operações estruturantes para o setor. Nesse sentido, uma das novas modalidades implementadas foi a denominada Âncora, que “viabilizou o apoio a projetos de maior complexidade e valor, além de potencializar um ambiente de compartilhamento e articulação entre as instituições de guarda, tanto internamente quanto junto a seus pares” (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014, p.27).

Com a Modalidade Âncora, o BNDES ofereceu uma modelagem de captação de projetos inédita, ao admitir que o proponente apresentasse em pleito único um conjunto de projetos aglutinados ou em rede. No “Aglutinado”, um conjunto de acervos, independentes entre si, é aglutinado em uma operação única, em razão de algum elemento comum (temático, geográfico etc.) (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014, p.27).

Dessa forma, fazendo uma análise numérica em relação aos projetos contemplados entre as cinco edições dos editais provenientes do BNDES, ao todo foram 136 projetos classificados, somando um montante de R\$ 48 milhões investidos sendo que destes, R\$ 24 milhões representaram a quinta edição, contemplada também pela modalidade Âncora. De modo a representar as modificações de investimentos realizadas pelo banco, o Gráfico 3 exibe a evolução da participação dos projetos contemplados nos editais por faixa de valor.

Gráfico 4 - Projetos por faixa de valor



Fonte: BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014)

Nesse sentido, de modo a compreender parte dos motivos pelos quais o BNDES se propôs a desenvolver ações de incentivos dentro do campo cultural, identifica-se uma relação direta com estado de conservação precário em que instituições do setor se apresentam. Dessa forma percebe-se que com base nessa realidade é que se instituíram as diferentes sessões de apoio vinculadas pela

instituição, que apontadas pelos autores, dividem-se entre ações curativas, prevendo ações de curto prazo, com o objetivo de estancar processos avançados de deterioração; ações preventivas, buscando reduzir riscos e evitar os fatores de deterioração física e perda de informações das coleções no longo prazo; e ações de sustentabilidade, que dentre suas propostas incorpora-se a digitalização, visando projetos de digitalização para criação de bases de dados on-line que reúnam de maneira organizada os acervos memoriais e armazenem arquivos de diversos formatos (texto, imagens, vídeos etc.) para facilitar o acesso e a pesquisa (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014). Os dados apresentados pelo Banco apontam, ainda, que a rubrica de digitalização foi a de maior ênfase, e nesse sentido compreendem o destaque diretamente relacionado às diretrizes estabelecidas por parte do Ministério da Cultura que abarcavam metas de digitalização para suas instituições memoriais

De modo geral, as ações de apoio do BNDES buscam a qualificação e o fortalecimento das instituições, de modo a potencializar seus papéis estruturantes na formação cultural da sociedade a partir de ações que possam impulsionar a valorização e visibilidade de seus acervos e, sobretudo, estimular uma relação estratégica de aproximação destas instituições de modo a compartilhar ações, experiências e recursos. Nesse sentido, o Banco segue se estabelecendo como um grande parceiro estratégico para o campo da cultura e se apresentando como uma instituição capaz de contribuir e somar para os processos de desenvolvimento de uma política de digitalização de acervos.

Ao longo desses anos o desenvolvimento de uma política pública para digitalização de acervos têm sido tema de grandes discussões e, até mesmo, tema central de debate dentro de grandes eventos, conforme já mencionado pelos autores apresentados anteriormente. Assim, o trabalho apresentado por Taddei (2010) pode ser compreendido como resultado dos debates decorrentes do evento reconhecido como referência para a área, o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, realizado em 2010 na cidade de São Paulo.

A partir da identificação de elementos que podem ser dificultadores no processo de desenvolvimento dos acervos digitais, o autor apresenta como proposta de resolução desses problemas o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas

voltadas para o setor cultural brasileiro, que teriam também como premissa apoiar instituições memoriais na construção dos acervos digitais, de modo a apresentar um conjunto de normas e diretrizes necessárias para o início de uma ação bem-sucedida.

Por meio da perspectiva da digitalização dos acervos brasileiros o autor aponta que a prática vem sendo realizada há décadas, e que se nos primeiros processos o propósito principal da digitalização era garantir a preservação e a integridade física dos objetos, hoje a prática se apresenta também como uma realidade aos meios de acesso e circulação:

Com a proliferação da internet e o barateamento dos equipamentos capazes de acessar os arquivos digitais, a circulação dos acervos dessas instituições por meio digital tornou-se não só uma realidade possível como também desejável, uma vez que vai de encontro à premissa básica de preservar e promover o acesso à história, cultura e conhecimento brasileiros e universais (TADDEI, 2010, p.4).

O autor ainda nos chama a atenção ao fato de que, devido aos formatos dos objetos que compõem os acervos dessas instituições serem variados, seus processos de digitalização são complexos e não seguem uma linha de desenvolvimento unificada, além de demandarem equipamentos específicos e a dedicação de uma equipe especializada. Taddei (2010) menciona, ainda, que com o passar do tempo e os avanços tecnológicos, tais processos são passíveis de alteração e, portanto, há a necessidade de sua constante revisão. Assim, é perceptível que essas instituições memoriais dispõem de múltiplas responsabilidades, devendo atentar-se não apenas a guarda e preservação de seus acervos, mas, sobretudo, propiciar o acesso de seus conteúdos a população, sendo nesse sentido imprescindível a adoção de princípios de circulação e facilitação de acesso por parte do público.

Assim sendo, visualizando um processo de circulação desses acervos culturais de forma mais expressiva, é importante e necessário que essas instituições memoriais possam desenvolver seus trabalhos de construções de seus acervos digitais a partir de uma uniformização de padrões:

É necessário organizar o setor dotando-o de um espaço de interlocução, regulação e organização capazes de facilitar os processos de digitalização em instituições públicas ou privadas, assim como determinar, dentro das condições e peculiaridades nacionais, quais os processos e padrões que melhor atendem às premissas de preservação e acesso ao conhecimento brasileiro (TADDEI, 2010, p.5-6).

A padronização dos processos de digitalização não é uma proposta nova e vem sendo mencionada ao longo dos anos. Especula-se que apesar da existência de alguns projetos e iniciativas de construção de acervos digitais, um dos motivos pelos quais ainda não se constitui um projeto que pudesse abarcar e disponibilizar os

acervos culturais de forma conectada e maximizada é, justamente, a falta de padronização. Conforme já mencionado, as iniciativas de digitalização vêm sendo feitas há muito tempo, porém, não existe diálogo entre essas instituições e cada uma vem desenvolvendo o seu padrão de forma isolada, o que dificulta os processos de conexão entre estes diferentes acervos. É a partir desses apontamentos que Taddei (2010) apresenta a proposta de instituição de duas estruturas políticas com o foco em apoiar e fomentar as atividades previstas na esfera da cultura brasileira, que são o Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (PNDAC-BR) e o Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (CODAC-BR).

Em linhas gerais, conforme definido pelo autor,

Esse comitê teria autonomia e autoridade para definir os processos e modelos para a digitalização dos acervos públicos e privados brasileiros, servindo como referência para o mercado e diretriz para a esfera pública e órgãos a ela vinculados. [...]O próprio comitê também poderá ser parceiro ideal para colocar em prática ou auxiliar na execução do PNDAC-BR, um conjunto de políticas públicas voltadas para o setor (TADDEI, 2010, p.6).

Nesse sentido, de modo a compreender melhor a importância do CODAC-BR para o desenvolvimento em escala da cultura brasileira, bem como sua estrutura e responsabilidades o autor elenca pontos considerados imprescindíveis no âmbito de sua construção. O primeiro ponto destacado diz respeito a sua estruturação, onde aponta-se que a formação desse comitê deveria seguir a estrutura dos encontros participativos regionais de discussão da cultura digital brasileira tendo como compromisso a participação de representantes do âmbito político federal e da sociedade civil. Além disso, Taddei (2010) menciona ainda a necessidade de o quanto antes se colocar em prática as diretrizes definidas pelo comitê, visto a quantidade considerável de instituições que já vem digitalizando seus acervos, evitando, dessa forma, um retrabalho futuro devido a não adequação aos padrões estabelecidos.

Como estrutura de composição, o autor aponta que o comitê deve englobar representantes do poder executivo federal, instituições e organizações público/privada vinculadas a memória cultural brasileira, representantes da sociedade civil e especialistas da área. Portanto, conforme descrito no Quadro 6, como responsabilidade deste então comitê Taddei (2010) apresenta onze direcionamentos a serem seguidos de modo a se alcançar uma estrutura sólida de apoio e salvaguarda a construção dos acervos digitais.

Quadro 6 - Responsabilidades do CODAC-BR

1. Convocar grupo de notória capacidade para elaborar e/ou sancionar documento de periodicidade anual com o conjunto de regras e normas para processos de digitalização recomendados para a sociedade brasileira	2. Convocar grupo de notória capacidade para elaborar e/ou sancionar documento de periodicidade anual com determinação técnica dos melhores padrões e formatos para arquivamento de documentos e arquivos em formato digital
3. Convocar grupo de notória capacidade para elaborar e/ou sancionar documento de periodicidade anual com o conjunto de recomendações de formatos e padrões de arquivos para serem disponibilizados ao público dentro de um plano nacional de acesso à cultura e conhecimento	4. Convocar grupo de notória capacidade para elaborar e/ou sancionar documento de periodicidade anual com recomendações para a construção e manutenção de padrões de metadados nas instituições brasileiras, incluindo questões como vocabulário controlado, catálogo de autoridades, tesouro geográfico e tipologia documental
5. Determinar as estruturas, padrões e formatos para a construção de plataforma de troca, organização e acesso aos acervos digitais disponibilizados por instituições privadas ou públicas, assim como da sociedade civil, que organizarem seus conteúdos e acervos dentro dos preceitos exigidos pelo comitê e certificados pelo mesmo, ou que receberem fundos ou investimentos públicos para a digitalização de acervos	6. Criar lista de recomendações a ser obrigatoriamente utilizada por órgãos públicos de financiamento e concursos quando da contratação de empresas ou entidades para realizar a digitalização de acervos ou a manutenção de acervos digitais
7. Certificar, a pedido de órgãos públicos ou entidades privadas, os processos de digitalização, manutenção e distribuição de acervos digitais em conformidade com os documentos elaborados e sancionados anualmente pelo próprio comitê	8. Emitir certificados de identidade digital de arquivos digitalizados
9. Elaborar lista anual de recomendações ao ministério da fazenda e do planejamento sugerindo a adoção de alíquota 0% de importação para equipamentos necessários aos processos de digitalização e manutenção de acervos digitais desde que não exista no mercado brasileiro produto equivalente em qualidade técnica produzido dentro do país	10. Identificar a necessidade e gerenciar a implantação de parques de digitalização espalhados no país, estimulando a contratação e desenvolvimento de mão-de-obra especializada nas regiões onde haja a necessidade e volume representativo de arquivos analógicos importantes a serem digitalizados
11. Estimular discussões e encontros com a sociedade para fomentar o desenvolvimento e utilização dos acervos digitais, seja por meio de oficinas de exploração comercial desses conteúdos, seja por meio de sugestão de criação de editais de fomento à elaboração de conteúdos e pesquisas que se utilizem desses acervos digitais disponíveis no ambiente virtual gerenciado pelo Comitê.	

Fonte: Elaborado com base em Taddei (2010)

A lista de responsabilidade proposta pode ser interpretada como um ponto inicial ao desenvolvimento de uma política pública para construção de acervos digitais no âmbito cultural. Tais diretrizes, além de apontar elementos primordiais de

estabelecimento de padrões, menciona também a importância de se estabelecer ações estratégicas de governança, que poderão ser o alicerce necessário para a sustentação de tal política.

Por fim, ainda no contexto da estruturação do CODAC-BR, o autor apresenta elementos direcionados a sua sustentabilidade e menciona a necessidade de desenvolvimento de um estudo orçamentário estimativo de modo a identificar os gastos anuais necessários. Espera-se, ainda, que este custeio seja de responsabilidade do governo federal apenas na vigência do primeiro mandato do CODAC-BR, sendo posteriormente mantido por meio de fontes de recursos do próprio comitê.

Em relação ao Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento – PNDAC-BR, como já mencionado espera-se que somado ao apoio estratégico do Comitê, possam ser desenvolvidas políticas voltadas ao setor cultural de modo a propiciar o acesso por parte do público aos conteúdos culturais existentes. Nesse sentido, para que estes processos sejam viabilizados Taddei (2010) apresenta o Plano a partir da proposta de três aspectos, sendo eles: acesso a acervos digitais, políticas para a digitalização, e sustentabilidade para projetos de digitalização.

Referente ao primeiro item listado acima, acesso aos acervos digitais, o autor propõe o desenvolvimento de uma plataforma pensada a partir de um formato rede, que pudesse abarcar a troca, organização e acesso aos conteúdos digitais que englobassem de algum modo os aspectos da cultura brasileira provenientes das inúmeras instituições e iniciativas existentes.

A proposta de criação da plataforma Brasileira.br, nome então sugerido por Taddei (2010), é de guiar e possibilitar o acesso *online* de qualquer tipo de usuário aos acervos digitais disponíveis a partir de uma perspectiva de busca e recuperação integrada, permitindo o acesso de modo facilitado, pelo ponto de vista da existência de um buscador único, e, principalmente completa, tendo em vista a recuperação não apenas do objeto pesquisado em si, mas também de todas as suas referências disponíveis, construindo dessa forma um contexto dentro da pesquisa.

O intuito desse ambiente é o de facilitar a utilização dos acervos por parte dos usuários em geral, além de dar visibilidade a acervos distribuídos por diversas instituições, facilitar a busca e padronizar formatos para estimular o uso desses acervos, e dessa maneira, estimular a economia em torno de suportes para acessar e decodificar acervos nos formatos determinados. [...]

Servirá também como espaço para a disponibilização de dados consolidados de acesso, indexação de buscas por usuários, metadados compartilhados, e outros itens que forem decididos pelo comitê. Todos os esforços de digitalização do governo federal ou de outras esferas públicas e privadas que dispuserem de recursos federais (em qualquer proporção) deverão se adequar às condições técnicas e exigência do comitê para o pleno funcionamento do Brasilia.br (TADDEI, 2010, p. 20).

Dentro da perspectiva das políticas de digitalização o autor expressa a importância de se pensar estratégias que possam viabilizar a execução e, sobretudo, resguardar o plano de digitalização e acesso. Nesse sentido, Taddei (2010) apresenta um conjunto de boas práticas (Quadro 7), resultante dos pontos debatidos no Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, que são compreendidas como essenciais ao se pensar diretrizes para a digitalização de acervos culturais. Além disso, buscando apresentar não apenas os caminhos a serem percorridos no sentido de direcionamento daquilo em que pode ser observado e incorporado no processo de construção das políticas, o autor também nos chama a atenção às questões que podem ser vistas como empecilhos no decorrer deste trajeto e que devem ter atenção especial por parte tanto do governo federal quanto da sociedade civil, entre estes menciona-se questões relacionadas aos direitos autorais e, também, aos processos de aquisição de equipamentos necessários para a digitalização dos acervos.

Quadro 7 - Práticas recomendadas para a execução de um plano de digitalização e acesso

1. Levantamento completo de todo o acervo cultural e histórico brasileiro depositado nas instituições privadas e públicas.	2. Determinar estratégias de digitalização em lote desses acervos.
3. Criar linhas de financiamento público para adequação de acervos que já passaram por processos de digitalização, mas que não se encontram dentro dos parâmetros definidos pelo CODAC-BR.	4. Criar prêmios e incentivos à criação de produtos e/ou adição de valor agregado sobre os acervos disponibilizados pelas instituições dentro da plataforma virtual, via instituições ligadas ao governo ou por editais de renúncia fiscal.
5. Criar prêmios e incentivos para o desenvolvimento de aplicativos digitais para a digitalização e manutenção de acervos digitais em língua portuguesa, como o desenvolvimento de OCRs, etc., preferencialmente utilizando tecnologias abertas.	6. Estimular a criação de organizações que tenham como papel recolher, armazenar e organizar conteúdos produzidos por pessoas físicas; sejam eles novos conteúdos produzidos em formatos digitais, sejam eles conteúdos digitalizados a partir de acervos pessoais ou familiares.
7. Faz-se necessário e urgente a criação de soluções para o armazenamento, organização, e disponibilização de conteúdos produzidos pelos Pontos de Cultura e outras instituições organizadas pela sociedade civil espalhados pelo Brasil	8. importante que o CODAC-BR, em parceria com o CGI-BR, e outros órgãos do governo, elaborem projeto para a criação de soluções de arquivamento de conteúdos digitais online brasileiros a fim de que a memorial da internet brasileira seja preservada.
9. Pesquisar modelos e processos para pedir apoio da população no levantamento de dados e materiais históricos que possam enriquecer os acervos públicos a fim de compartilhar a cultura e o conhecimento nacional.	

Fonte: Elaborado com base em Taddei (2010)

Por fim, de modo a completar as vertentes propostas para o desenvolvimento do PNDAC-BR apresenta-se o quesito da sustentabilidade para os projetos de digitalização. Através da compreensão acerca dos cenários possíveis por meio da digitalização o autor se atenta não apenas ao sentido da disponibilização e circulação dos acervos, mas também aos aspectos relacionados à geração de fluxos de recursos. De todo modo, Taddei (2010) reconhece a restrição de adesão a essa vertente por parte das instituições e entende que este é um processo ainda a ser explorado. “Criar modelos de remuneração e sustentabilidade que possibilitem a melhor utilização dos acervos por parte também do público interessado requer pioneirismo e inovação” (TADDEI, 2010, p.27).

Nesse sentido, o autor apresenta alguns modelos comerciais que podem ser adotados e adaptados por essas instituições culturais a partir da necessidade e perspectiva de cada uma, contudo, aponta ainda que dentro do PNDAC-BR a decisão por comercializar acesso e conteúdo será de cada instituição, mas que, no entanto, é dever do plano discutir sobre as possibilidades, ganhos e também desvantagens dessas abordagens. O autor ainda menciona:

É importante que o setor faça um uso mais ativo de modelos baseados em performance em relação aos governos. O setor público ainda é o maior financiador do setor que cuida da preservação de acervos no país. Os parâmetros que organizam o repasse de verbas e financiamentos para as instituições são de extrema importância tanto para as instituições quanto para os governos. Em princípio, o próprio setor deveria poder dizer aos governos o que deveria receber mais investimentos, quais processos e acervos deveriam ser privilegiados, entre outros elementos de definição de políticas para o setor. No entanto, em se tratando de digitalização e distribuição de acervos, o setor não tem encontrado os caminhos para atuar dessa maneira, e em outros casos não tem ele mesmo uma visão clara sobre o que deveria ser feito (TADDEI, 2010, p.33).

Portanto, compreende-se que a instituição de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento pode ser mais um ponto de apoio e garantia aos processos de digitalização. O Plano propiciaria um conjunto de políticas públicas que pudessem direcionar e estabilizar as iniciativas de digitalização de acervos culturais e, sobretudo, desenvolver estratégias de fomento a sua disponibilização, circulação e acesso.

O trabalho apresentado por Taddei (2010) carrega uma fundamentação técnica densa e traz contribuições relevantes que se constituem a partir de elementos sólidos que podem ser usados como base para o desenvolvimento de uma política de acervos digitais e, sobretudo, abre espaços de discussões relacionadas ao tema, que devem ser pensadas e promovidas a partir do trabalho conjunto entre atores estratégicos. Dessa forma, entende-se que o autor elabora uma documentação que hoje pode ser reconhecida como o primeiro esboço de uma política pública para o setor cultural

O conjunto de documentos e propostas aqui relatadas serve à sociedade civil como um todo no sentido de mapear as carências e necessidades de todos os setores envolvidos com a preservação e circulação do patrimônio cultural e conhecimento histórico brasileiros. [...] Os próximos passos incluem a mobilização do setor em encontros técnicos e a compactuação dos atores em torno do projeto de construção do comitê como espaço permanente de diálogo e decisão, e de construção de um plano nacional que atenda as carências e aponte caminhos para o futuro (TADDEI, 2010, p.40).

E assim, partindo da compreensão acerca das diretrizes necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas que possam abarcar o desenvolvimento dos acervos digitais no campo da cultura, o texto a seguir, também resultado de eventos da área, busca apresentar o campo da digitalização no contexto brasileiro.

A equipe de pesquisa do projeto Acervos Digitais do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS), da Fundação Getúlio Vargas, ao longo do ano de 2014 promoveu *workshops* que reuniram profissionais de instituições de memória que estivessem envolvidos com projetos de digitalização, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. Nesse sentido, buscando apresentar um panorama a respeito da digitalização de acervos no Brasil, o trabalho apresentado por Valente (2017) busca apresentar os aspectos pelos quais a digitalização tem sido fundamentada no país e como isso vem sendo percebido pelas instituições memoriais.

De modo a compreender a importância e o papel dos acervos que constituem essas instituições de memórias, a autora os define como “conjuntos de bens que contêm informações de diferentes áreas do saber e promovem acesso ao conhecimento, à educação e à cultura, além de preservar a memória e a identidade” (VALENTE, 2017, p.7). Nesse sentido, pela perspectiva do alcance ao conhecimento, a autora nos chama atenção aos avanços tecnológicos e apresenta uma reflexão acerca das transformações resultantes das novas formas de comunicação a partir do advento da internet, que tem proposto às instituições de memória pensar novas estratégias de ações que possam impulsionar a divulgação e circulação de seus acervos, fazendo com que estes alcancem públicos ampliados.

Do ponto de vista geopolítico, trata-se também da possibilidade de a cultura e a língua de um país encontrarem presença qualificada na rede mundial. No Brasil, esse potencial está ainda por ser realizado, ou tem sido realizado de forma bastante desigual regionalmente (VALENTE, 2017, p. 7).

Assim, dando continuidade aos pontos discutidos nos *workshops* a autora apresenta e debate no decorrer do texto quatro eixos entendidos como elementos complexos dentro da perspectiva da digitalização de acervos no Brasil, a saber: 1) tecnologia/padrões/metadados; 2) direito; 3) políticas institucionais; 4) financiamento.

Pelo ponto de vista da tecnologia, aponta-se que um dos fatores de debate em torno da digitalização, armazenamento, preservação e disponibilização dos acervos remete-se ao fato da implementação e manutenção dessas ações terem um custo financeiro elevado, fazendo com que este seja um ponto dificultador dentro da área. Nesse sentido, questiona-se ainda o uso de formatos livres ou proprietários, a autora menciona que apesar de parte dos profissionais de instituições memoriais entenderem o software livre como solução de sustentabilidade dos projetos de digitalização, ainda

existem questões em relação ao seu uso que envolve os custos financeiros de sua manutenção. Ainda assim Valente (2017) aponta que:

Experiências nacionais mostraram vantagens no desenvolvimento de plataformas em software livre, que podem ser adaptadas por outras organizações, de forma, inclusive, a favorecer a interoperabilidade entre acervos de museus, bibliotecas e arquivos, facilitando o desenvolvimento de metabuscadores (VALENTE, 2017, p. 9).

Outro aspecto de extrema importância, mas que na maioria das vezes passa despercebido e vem sendo deixado de lado, remete-se a preservação digital. Para que o contexto da digitalização alcance bons resultados, é também necessário que as instituições estejam estruturadas e preparadas para ações que englobam os aspectos da preservação. A autora menciona que a pouca discussão acerca da preservação digital no Brasil faz com que instituições incidam em erros de planejamento, podendo provocar prejuízos aos pontos de vista financeiro e cultural (VALENTE, 2017), e defende que:

Nesse sentido, todo projeto de digitalização depende de um planejamento realista, pela área de tecnologia da informação, dos recursos necessários, com uma perspectiva de crescimento do acervo digital e de segurança dos dados. Além disso, um projeto de digitalização envolve necessariamente o planejamento sobre o momento pós-digitalização em termo de inserção de metadados nos objetos digitais, atualizações nas bases de dados e padronização da nomenclatura de arquivos – uma questão que costuma ser deixada “para depois” (VALENTE, 2017, p. 11).

Tais ponderações confirmam a necessidade de preocupar-se com a sustentabilidade digital e leva a compreensão de que devido aos custos financeiros elevados que abarcam os processos de digitalização, é importante que as instituições se questionem e saibam identificar o que precisa e deve ser digitalizado, bem como sua ordem de prioridade e, sobretudo, a qualidade em que esta deve ser feita.

Ainda por esse lado do custo financeiro, é possível pensar formas que possam contribuir para que esse número inicial possa ser reduzido. Uma estratégia viável seria a construção de redes de colaboração tecnológica, a partir da efetivação de parceria entre instituições memoriais que pudessem compartilhar não apenas o desejo do desenvolvimento de projetos de digitalização de seus acervos, mas, também, o compartilhamento de equipamentos, compreensões, estratégias e tecnologias que possam contribuir para a viabilização e execução dessas iniciativas, que quando pensadas de forma isolada acabam por não estruturar seus dados de forma interoperável.

Assim, pensar a partir de uma perspectiva voltada aos aspectos possíveis dentro de um contexto em rede é pensar uma força extra e conjunta em torno dos

projetos de digitalização no país. A capacidade de desenvolvimento desses projetos se pensados e estruturados de forma conectada pode alcançar um patamar mais estruturado e, até mesmo, retomar os processos de desenvolvimento de políticas públicas para o setor que possam fomentar o desenvolvimento e manutenção desses acervos digitais.

Valente (2017) destaca a dimensão da importância de pensar parcerias que, em vez de impor modelo tecnológico único, preocupam-se sobretudo com soluções de interoperabilidade, o que, por sua vez, faz pensar em padrões e formatos livres. Nesse ponto, a autora menciona questões já discutidas anteriormente relacionadas aos debates no Brasil sobre políticas públicas para acervos digitais, onde se vislumbrava a construção de um protocolo único, que pudesse agregar os conteúdos digitais do país, questão repensada a partir do entendimento de que modelos de sucesso internacionalmente tinham como preocupação a interoperabilidade entre os protocolos existentes de modo a incorporar os diferentes acervos digitais, ao invés de seguir um modelo de protocolo único.

Pelo ponto de vista das políticas institucionais, a autora apresenta alguns projetos de digitalização de acervos em desenvolvimento no Brasil, entre eles a Brasileira Guita e José Mindlin, da iniciativa já mencionada da Brasileira Digital USP; a BNDigital, da Fundação Biblioteca Nacional; o projeto Digitalização do Acervo do Museu Imperial, executado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, apoiado naquela época pelo extinto Ministério da Cultura, e o também já mencionado Instituto Hercule Florence. Contudo, apesar da execução de algumas iniciativas, a autora menciona a existência de grandes desafios no campo institucional para a digitalização de acervos aqui no Brasil. Dentre os pontos abordados, apresenta que tanto as instituições públicas quanto privadas apontam aspectos estruturais que inviabilizam o desenvolvimento de grandes projetos, entre eles a falta de profissionais capacitados a apoiar e coordenar a execução dos projetos.

Os projetos de digitalização são frequentemente conduzidos por equipes temporárias, como se a digitalização pudesse ser pensada como um projeto com começo, meio e fim. Como já apresentamos, a falta de planejamento quanto a passos futuros, pós-digitalização e disponibilização, pode ser fatal para a sustentabilidade dos acervos digitais. [...] A descontinuidade de projetos é uma realidade (VALENTE, 2017, p. 15).

As dificuldades encontradas nesse sentido, remetem ao contexto da colaboração mencionado anteriormente. A autora acredita que falte uma visão de gestão por parte das instituições que poderiam criar agendas de trabalho compartilhadas e aponta que instituições de maior porte não tem aberto caminhos de auxílio às instituições menores, fazendo com que a criação de redes e aproveitamento de potenciais de colaboração sejam dificultados (VALENTE, 2017). Como solução aos pontos expostos apresentam-se três caminhos que poderiam ser seguidos, sendo eles a cultura de colaboração, os aspectos institucionais e a saída por meio do estabelecimento de políticas públicas.

Ao se pensar os níveis institucionais e as parcerias de colaboração, a autora defende o trabalho com plataformas externas a instituições que possuam trabalhos já organizados, e referenciando a fala de um dos participantes dos workshops, apresenta como exemplo parcerias entre instituições de memória e a Wikimedia:

Asaf argumentou que tanto as instituições de memória quanto a Wikimedia têm como razão de ser a obtenção, preservação, o fazer acessível e o compartilhamento de conhecimento e de objetos culturais, e que atingem sua missão quando suas obras e conteúdos são efetivamente utilizados. Encontrar formas de colaboração com a Wikipédia seria um modo de dar grande alcance ao conteúdo, já que se trata do site de informações referenciadas mais acessado do mundo, e é traduzido em mais de 40 línguas por voluntários (VALENTE, 2017, p.17).

Dentro da perspectiva de articulações em torno da construção de repositórios digitais, uma das iniciativas de maior destaque no Brasil e, também já destacada anteriormente, é a Rede Memorial. Como mencionado, a Rede formada em 2011 por um conjunto de 31 instituições pauta suas atividades a partir de uma carta de dez princípios, dentre eles o compromisso com o acesso aberto, público e gratuito (protocolos e metadados); compartilhamento das informações e da tecnologia; e o compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização. A autora relata ainda que, além da articulação institucional, a Rede Memorial pretende capacitar e dar condições para instituições estabelecerem políticas de digitalização seguindo os princípios da carta.

Em relação às políticas públicas, Valente (2017) destaca que “amplificar o potencial de acervos digitais passa necessariamente pela elaboração de políticas setoriais que fortaleçam a comunicação entre as políticas institucionais” (VALENTE, 2017, p.26). Nesse contexto, o trabalho apresenta um apanhado de iniciativas do governo federal, no âmbito do então Ministério da Cultura, que caminham para uma possível solução em torno da ausência de uma política pública no setor cultural. Destaca-se o Plano Nacional de Cultura (PNC – Lei nº 12.343/2010), que entre suas

propostas apresentavam ao todo 53 metas, onde duas são direcionadas aos acervos digitais:

Meta 40: Disponibilização na internet de conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados;

Meta 41: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC (BRASIL, 2008).

Com referência ao cumprimento dos objetivos propostos, no relatório da meta 40 são apresentadas informações ainda do ano de 2013, onde indicam a realização de apenas 5,33% do idealizado. Já sobre a meta 41, sabe-se que as informações estão sendo inseridas no SNIIC, mas não há dados recentes sobre o cumprimento da meta. Além disso, a autora menciona uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus, por meio do lançamento do projeto Acervo em Rede, que busca auxiliar o cumprimento da meta em relação a implementação das informações museais.

Ainda na perspectiva do universo museal, Valente (2017) nos chama atenção ao fato de que parte considerável dos museus brasileiros mantém uma precária catalogação de seus acervos e destaca que:

É por essa razão que nos parece que formular políticas públicas acerca de acervos digitais no Brasil passa necessariamente por dar um passo atrás e pensar a qualificação dos acervos, ainda que políticas e projetos de digitalização possam e devam acontecer concomitantemente (VALENTE, 2017, p.30).

Além disso, também na ótica das iniciativas voltadas ao desenvolvimento da política pública, a autora destaca a parceria entre o MinC e a Rede Nacional de Pesquisa – RNP, que promoveram espaços de discussões voltados ao desenvolvimento de uma política de digitalização para o setor cultural. Contudo, explica-se que devido a falta de articulação para a construção de um plano nacional para acervos digitais e, principalmente, o número considerável de acervos digitais produzidos de forma isolada, apesar dos esforços empenhados o objetivo esperado ainda não foi alcançado.

Seguindo o sentido de fomentar o incentivo ao desenvolvimento de acervos digitais no Brasil, também o MinC e a RNP, contando com apoio da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, lançaram aos vinte dias de dezembro de 2013 o edital “Preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro”, que segundo a autora, parte da ideia de que a experiência seja um protótipo, e que os arranjos técnicos e metodológicos possam ser utilizados para integrar outros acervos no futuro.

Pelo ponto de vista das ações de fomento, compreende-se que esse quesito é um dos pontos críticos para a construção dos acervos digitais no Brasil, sobretudo pelo fato do país não ter instituída uma estrutura eficaz de financiamento que possa incentivar e assegurar o desenvolvimento desse tipo de projeto que, conforme já mencionado, possui um custo elevado. Conforme aponta a autora, “a dificuldade em se manter esse tipo de projeto do ponto de vista financeiro é apontada por profissionais do setor como um problema de governança, que implica forte descontinuidade” (VALENTE, 2017, p.32).

Apesar da existência da lei de incentivo por parte do poder público, aponta-se que a estrutura de desenvolvimento estabelecida na Lei Rouanet não seja muito favorável a projetos de pequeno porte, visto que a decisão final de onde investir o recurso destinado a este fim parte das instituições privadas, que acabam optando por projetos de maior visibilidade, deixando de fora possíveis iniciativas de acervos digitais.

Nesse sentido, em busca de saídas que possam contribuir com o desenvolvimento de projetos de digitalização de acervos, a autora aponta como alternativa o caminho da colaboração institucional. Conforme já mencionado, pensar iniciativas que possam ser estabelecidas por meio de uma rede de parceiros pode gerar a força necessária para a estabilidade e composição desses acervos. Tais colaborações podem ser viabilizadas em diversos formatos, entre eles o uso do conhecimento acumulado direcionado ao trabalho de melhoria dos metadados existentes.

Ressalta-se a necessidade de formação de redes entre instituições, seja porque isso garante a sustentabilidade dos projetos e favorece o desenvolvimento de uma política não segmentada de digitalização, seja porque instituições de fomento [...] favorecem o apoio a projetos de escala (VALENTE, 2017, p.34).

Por fim, de modo a concluir a listagem dos elementos compreendidos como complexos no contexto da digitalização dos acervos no país, mencionam-se as questões relacionadas aos direitos autorais, onde a autora aponta que a discussão gira em torno não apenas de obras protegidas, mas também em relação às obras em domínio público que vem ganhando camadas adicionais de direitos. Nesse sentido, traçando uma linha de raciocínio entre os componentes que constituem este contexto, Valente (2017) cita relatório da ONU (2015) sobre políticas de direito autoral e o direito a ciência e a cultura, que sugere a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) dar apoio aos tratados de limitações e exceções desses direitos para bibliotecas e para educação. A autora ainda menciona:

A conclusão é que o balanço necessário entre os direitos em questão exige que os Estados legislem sobre exceções e limitações que permitam usos educacionais, expandam os espaços de cultura não comercial, e deem acesso a pessoas com deficiência e em línguas não dominantes, e que incentivem o uso de licenças livres em alguns setores (VALENTE, 2017, p. 36).

Apesar do tema ser discutido entre organizações representativas de instituições memoriais de diversos países ainda não se alcançou um entendimento consensual sobre o assunto. No Brasil, por exemplo, a Lei de Direitos Autorais não abarca em sentido específico limitações e exceções para bibliotecas, arquivos ou museus. Ainda nessa linha, a autora menciona que durante a realização dos *workshops* já citados, profissionais de instituições de memória brasileira apontaram a maior lacuna da legislação do país: “a ausência de uma limitação específica para reprodução em casos de preservação – ainda que o suporte físico esteja deteriorando, a atividade não é expressamente autorizada pela legislação” (VALENTE, 2017, p.38).

Também dentro desse contexto dos elementos que tornam mais complexos os processos do direito autoral a autora apresenta as obras órfãs – “aquelas sobre as quais ou não há informação de autoria, ou não existem herdeiros dos direitos patrimoniais, ou eles não são conhecidos” (VALENTE, 2017, p.38). Aponta-se a inexistência de procedimentos que possam legitimar uma obra como sendo órfã e que, diante sua utilização e o surgimento de autores/herdeiros, não há parâmetros que possam resguardar essas instituições pelo uso, ou seja, a Lei não estabelece orientações em relação ao que deve ser feito pelas instituições de modo a caracterizar o uso como de boa-fé desses objetos. Dessa forma, instituições acabam optando por não desenvolver novas possibilidades de uso e disponibilização de determinadas obras por receio de problemas futuros.

O debate em torno dos procedimentos a serem tomados em relação às obras órfãs tem espaço em diversos países, mas nem sempre com tratativas e pontos de vista relacionados. Em exemplo, a Comissão Europeia aprovou o uso dessas obras precedido por busca diligente, que após identificação as adiciona em um registro único de obras órfãs.

Pelo mundo, há hoje mais de 20 países com leis aprovadas para lidar com o problema das obras órfãs. Algumas dessas leis enfrentam a questão com um modelo caso a caso, elaborando um modelo no qual o usuário tem de cumprir alguns passos para comprovar que buscou diligentemente encontrar o titular

de direitos de cada obra, enquanto outras criam soluções de licenciamento de massa (VALENTE, 2017, p.40).

Por outro lado, apesar de hoje a questão do direito autoral ser parte do processo de construção dos acervos, há alguns anos a preocupação com esses direitos não era uma prática das instituições de memória no país, o que faz com que os acervos constituídos não tenham um licenciamento de uso por parte da instituição, demandando atualmente negociações e autorizações específicas a cada caso. A autora menciona ainda que é comum o relato de instituições que guardam acervos importantes, mas que não tem autorização para fazer qualquer uso deles.

Agora, colocando em debate as questões relacionadas ao domínio público, como mencionado anteriormente, o uso dessas obras vem sendo burocratizado e dificultado em consequência das camadas adicionais de direitos. De modo a melhor compreender, conforme menciona Valente (2017), no Brasil, obras intelectuais passam a fazer parte do domínio público 70 anos após a morte do autor, contudo a autora menciona a existência de uma série de regras excepcionais, aplicadas a cada caso. Assim, a definição desses prazos na maioria das vezes acaba se tornando uma tarefa com um nível de dificuldade mais elevado, mas que poderia ser solucionado com a utilização da calculadora de domínio público, implementada para países da União Europeia.

Dessa forma, ainda no sentido das camadas de direitos adicionais, aponta-se como uma grande polêmica para o campo dos acervos digitais a incorporação dessas camadas de direito através da digitalização. No Brasil esse ainda é um caso em discussão e percebido como polêmico. As instituições relatam a dificuldade relacionada a não constituição do licenciamento das fotografias quando na contratação do serviço a ser prestado, sendo, dessa forma, necessário o processo de negociação com o profissional sempre que se torna oportuno o uso das imagens.

Além dessas questões que dificultam o uso e a circulação de determinadas obras, a autora aponta que setores do poder público tem se posicionado em favor da criação dessas camadas de direito, e destaca uma Instrução Normativa promulgada pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram:

Disciplina o requerimento e emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acerca das unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) – com vistas à segurança jurídica e à promoção das instituições (IBRAM, 2013).

Em sua avaliação a autora compreende o lado positivo em uniformizar os procedimentos das instituições bem como o uso de modelos de autorização a serem aplicados em casos de obras protegidas ou não, além de, principalmente, trazer

segurança aos profissionais das instituições. Por outro lado, a instrução acaba por estabelecer uma camada de restrição de acesso a obras até então entendidas como de domínio público.

A IN não é exatamente clara, mas parece estar querendo estabelecer que qualquer reprodução de obra que esteja nos acervos dessas instituições museológicas deva ser autorizada pelo diretor da instituição. O que há a se criticar é que o acesso ao domínio público torna-se, com isso, burocratizado, e o domínio público perde sua própria finalidade, que está ligada à existência de um caldo cultural que possa ser livremente utilizado (VALENTE, 2017, p.46).

Apesar da existência de pontos positivos na IN, a construção burocrática em torno do acesso a essas obras e acervos acaba por dificultar e inviabilizar a reutilização dessas obras a partir de novos formatos e contextos. A barreira que se constrói vai em direção oposta ao sentido social e cultural das instituições memoriais de fazer fruir todo esse bem cultural.

Por hora, retomando o sentido inicial do texto, além de apresentar as dificuldades enfrentadas no contexto dos acervos digitais, apresenta-se também como resultado dos pontos debatidos nos *workshops* encaminhamentos que poderiam contribuir para a construção de soluções de parte dos problemas aqui abordados. A primeira questão destacada, pela perspectiva do ponto de vista institucional, “é a importância de elaborar políticas que atendam também ao interesse das instituições quanto ao que poderá ser feito com as obras de um acervo” (VALENTE, 2017, p.51).

Além disso, também se apresenta como ponto de urgência atender-se aos aspectos do licenciamento e pensar estratégias que viabilizem caminhos para a resolução desses problemas. Nesse sentido, a autora sugere:

Uma boa prática seria um foco em cuidar, de imediato, do presente para o futuro, ou seja, resolver imediatamente o que fazer com o que entra nos acervos no momento presente, e cuidar do passado então paulatinamente, diminuindo-se assim o passivo futuro (VALENTE, 2015, p.51).

Finalizando o entendimento dos elementos abordados, ainda sobre a compreensão relacionada aos direitos, a autora nos chama atenção a importância de não concentrar o debate em torno desse contexto restrito aos círculos legais, sugerindo, então, “que sejam organizados grupos de trabalho sobre direitos autorais nas redes de colaboração em torno de acervos, e que sejam produzidos materiais e cursos *online* sobre o assunto, com direcionamento a instituições de memória” (VALENTE, 2017, p. 52).

Por fim, a partir do exposto no decorrer do caminho, a autora encerra com a apresentação da iniciativa OpenGLAM. Articulada globalmente, refere-se a *galleries, libraries, archives and museums*, e constrói seu objetivo em direção a promoção do acesso aberto e livre ao patrimônio cultural digital, de modo a auxiliar instituições culturais a abrir seus dados por meio de orientações, documentação de referência e *workshops* práticos.

A iniciativa se organiza por meio de cinco princípios, que vão desde o uso de licenças *Creative Commons* ao incentivo de reutilização e criação de novas funcionalidades. Em comparação a iniciativas brasileiras, a autora aponta:

Em muitos aspectos semelhante à Carta do Recife da Rede Memorial, o conjunto de princípios do movimento OpenGLAM oferece um direcionamento interessante, desenvolvido a partir da experiência compartilhada de instituições, e um olhar para o futuro das políticas de digitalização de acervos no Brasil (VALENTE, 2017, p.53).

Pela perspectiva da construção de acervos digitais, a menção à iniciativa OpenGLAM se apresenta como pertinente, sobretudo pelo ponto de vista das possibilidades de parceria e apoio que podem ser constituídas de modo a corroborar para a constituição desses acervos. Ainda, de modo a pensar esse desenvolvimento norteado pelos princípios do fenômeno rede e da interoperabilidade, o conhecimento acumulado dessa iniciativa em torno do contexto dos dados abertos se constitui como um elemento diferencial, levando então as instituições brasileiras a pensar estratégias para possíveis parcerias.

Ainda pensando iniciativas brasileiras que também caminham na direção de contribuir com os processos de fruição dos acervos culturais, se mostra pertinente mencionar o projeto Tainacan. O projeto, que teve início ainda no ano de 2014 no âmbito da Universidade Federal de Goiás, foi fomentado pelo extinto Ministério da Cultura com o foco voltado para o desenvolvimento de pesquisas que pudessem abarcar o contexto da digitalização dos acervos culturais do país e, sobretudo, a sua organização e disponibilização pautadas nos princípios da interoperabilidade. Desde então, o projeto Tainacan vem ganhando maturidade no desenvolvimento de suas pesquisas, podendo ofertar à comunidade das instituições de memórias não apenas um *software* livre com capacidade para abrigar e disponibilizar de forma gratuita seus acervos digitais, mas, principalmente, um espaço de articulação de rede entre essas instituições.

Assim como a iniciativa OpenGLAM, o projeto Tainacan busca sustentar uma rede sólida de apoio a comunidade instituída, executando os processos de coleta,

tratamento e disponibilização dos dados das instituições, o suporte técnico aos usuários e a formação da comunidade em relação ao uso do software e suas possibilidades de ativação de rede. Ao longo desses anos o projeto tem ganhado escala por meio da adesão de importantes instituições culturais do país. Entre os exemplos de instituições que passaram a adotar o projeto e atualmente seguem com a implementação do Tainacan têm-se a Fundação Nacional das Artes (Funarte), Museu do Índio e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Ainda, conforme mencionado por Martins, Carvalho Júnior e Germani (2018) as universidades de Brasília (UnB), Federal do Piauí (UFPI), Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP), entre várias outras organizações, públicas e privadas, passaram a aderir ao projeto, utilizando-o para organização de acervos e também para fins didáticos na formação de museólogos e outros profissionais.

Compreendendo a importância e responsabilidade da pesquisa e do papel do projeto Tainacan em meio as instituições de memória, os autores destacam:

As instituições de memória e seus objetos digitais se tornam não apenas conteúdos informacionais que precisam ser representados e tratados, mas se mostram como instrumentos potenciais para o desenvolvimento social e para a ampliação de um uso da rede que aposta na inteligência coletiva, na apropriação e no reuso social desses objetos como elementos de estímulo ao próprio florescer da cultura, no alcance a seus valores simbólicos (MARTINS; CARVALHO JÚNIOR; GERMANI, 2018, p. 66).

O projeto Tainacan segue em constante desenvolvimento e presente de forma ativa no contexto da pesquisa científica. Até aqui, suas contribuições acadêmicas para a área contabilizam um total de vinte e dois artigos derivados das pesquisas em torno do projeto, divididos entre concepções teóricas, mídias sociais, políticas de informação, sistemas de informação, websemântica e ontologia, indicadores e estudos de caso.

2.6 Análise preliminar da revisão de literatura

A partir da revisão literária apresentada anteriormente, buscou-se construir uma linha de compressão acerca dos pontos elecados pelos diferentes autores, de modo a identificar a existência de possíveis tendências e percepções em comum entre os elementos apresentados. Como resultado preliminar dessa análise, o Quadro 8 agrupa um conjunto de elementos que, ao longo da literatura revisada, foram se

constituindo como componentes pertinentes na estruturação de uma política para acervos digitais em rede.

A estruturação do quadro proposto se deu a partir da perspectiva da técnica de análise do discurso, que possibilitou a definição das categorias por meio da interpretação e releitura dos sentidos expressos (ORLANDI, 1987 *apud* MENDONÇA, 2007, p. 155).

Assim, o conjunto de categorias apresentado foi desenvolvido a partir dos próprios textos, por meio da análise das ideias apresentadas dentro do contexto da construção dos acervos digitais. Após definição dessas categorias, buscou-se então, identificar elementos listados pelos autores como pertinentes para a composição de uma política de acervos digitais em rede, e agrupá-los ao conjunto de categorias já estabelecidos. A ligação referencial com tais elementos foi desenvolvida através de análise textual.

Quadro 8 - Elementos de estruturação para uma política nacional de acervos digitais em rede

CATEGORIA	ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DA POLÍTICA	INICIATIVAS ATRIBUIDAS
GOVERNANÇA E DIRETRIZES	Estabelecer modelos de governança	MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - TADDEI (2010)
	Definir procedimentos e padrões	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
	Estruturar e garantir o diálogo entre os atores estratégicos (âmbito da esfera política federal, sociedade civil e organizações público/privadas)	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
	Incluir profissionais das instituições de memória no processo de construção da política	Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015)
PADRONIZAÇÃO	Definir protocolos de interoperabilidade	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
	Estabelecer modelos de digitalização	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - PUNTONI (2017) - TADDEI (2010)
	Desenvolver diretrizes de ações de preservação digital	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010)
ACESSO	Intensificar ações de difusão dos acervos	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
	Garantir canal de acesso aberto aos acervos culturais	MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010)
	Construir novas narrativas refletidas ao contexto da cultura digital	GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - TADDEI (2010)
FOMENTO	Estabelecer estratégias de incentivo de apoio monetário	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
CAPACITAÇÃO	Desenvolver projetos para qualificação dos profissionais atuantes nas instituições de memória	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - VALENTE (2017)
	Garantir estrutura física e tecnológica às instituições	MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015))
DIREITO AUTORAL	Definir diretrizes relacionadas a propriedade intelectual	PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - TADDEI (2010) - VALENTE (2017)
REDES DE COLABORAÇÃO	Estabelecer e motivar redes de apoio e colaboração entre as instituições de memória	BALBI; ZENDRON; MARCELINO (2014) - GOUVEIA JÚNIOR et al. (2015) - MARTINS; SILVA; CARMO (2018) - PUNTONI (2017) - Rede Memorial (CARTA DE RECIFE (2012), CARTA DE SALVADOR (2016), CARTA DE RIBEIRÃO PRETO (2015)) - VALENTE (2017)

Fonte: Elaboração própria

A análise desenvolvida resultou na identificação de um conjunto de sete categorias que englobam diferentes elementos que são, segundo os autores

revisados, pertinentes ao desenvolvimento de uma política para o campo dos acervos em rede. É corrente que a discussão em torno da construção desses acervos culturais em rede tem sido pautada ao longo dos anos a partir de diferentes perspectivas, seja por meio da promoção de seminários pertinentes a área ou até mesmo através de movimentos organizados por meio de iniciativas coletivas. Apesar de algumas das soluções pensadas ao longo desses processos terem sido pertinentes ao contexto existente à época, novas questões foram surgindo de modo a fazer com que os pontos levantados não mais fossem suficientes ao cenário como um todo, mas sim pertinentes a resolução de obstáculos pontuais.

Nesse sentido, compreende-se que a sistematização desses elementos representa um ganho escalável para os estudos da área. A contextualização aqui apresentada colabora para que o olhar e a compreensão acerca do campo possam ser percebidos a partir de perspectivas ampliadas e não somente por meio de pontos específicos.

É importante destacar, a partir de uma análise em conjunto das categorias apresentadas, que fica evidente a amplitude do problema e a necessidade de se pensar para além dos padrões técnicos, formatos e protocolos quando o tema da digitalização se relaciona as instituições de memória. Há vários outros fatores que devem ser levados em consideração e precisam ser tratados de forma conjunta para a boa realização de projetos e para que os objetivos de preservação, difusão, educação e fruição cultural dos objetos digitalizados possa ser atingida de maneira a aproveitar dos esforços e recursos utilizados nos projetos.

3. METODOLOGIA

Para que a composição do presente trabalho pudesse ser desenvolvida a partir dos parâmetros científicos elaborou-se uma estrutura metodológica de modo a orientar e sistematizar as etapas a serem percorridas a fim de alcançar o objetivo proposto. Nesse sentido, no tópico abaixo serão apresentados quais foram os processos desenvolvidos bem como os métodos e técnicas aplicadas.

3.1 Estrutura

A partir da revisão bibliográfica foi possível identificar conceitos a serem explorados com a finalidade de oferecer subsídios e referências para a compreensão do tema abordado. Dessa forma, a estrutura conceitual do trabalho se divide em três campos a saber: política de informação; cultura digital; acervos digitais em rede.

3.2 Caracterização

Com base nas perspectivas de Markoni e Lakatos (2003), a caracterização da metodologia que se propõe é de natureza qualitativa, abrangendo a abordagem da pesquisa descritiva. Para o método de desenvolvimento utilizou-se como procedimento a pesquisa documental e bibliográfica, tendo como coleta de dados fontes tanto primárias quanto secundárias. No primeiro sentido, foram utilizados documentos ligados às iniciativas do extinto Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial da Cultura, tais como informações do site da instituição e de eventos promovidos na temática de promoção de políticas para acervos digitais. Também como subsídio para a análise documental foram incorporados estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Políticas Públicas Participativas – L3P, da Universidade Federal de Goiás, que vem desenvolvendo, desde o ano de 2014, estudos que contribuem para o desenvolvimento de políticas para acervos digitais, sobretudo no âmbito do projeto Tainacan, parceria que envolve importantes instituições produtoras de políticas para a área, como a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a Secretaria Especial da Cultura do Governo Federal. Em relação às fontes secundárias foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados científicas: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – Brapci, *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e Google Acadêmico. As buscas foram efetivadas a partir da utilização de palavras-chaves com variação plural e singular, a saber: “acervos digitais”, “acervos em rede”, “acervos culturais”, “políticas de acervos digitais”, “políticas informacionais”, “patrimônio”, “patrimônio cultural”, “memória” e “cultura digital”. Como recorte aos resultados obtidos definiu-se o uso apenas daqueles artigos que contemplassem em específico o tema abordado no presente trabalho. A título de exemplo, a lógica aplicada foi realizar a busca de informações e referências que abordassem o contexto dos acervos digitais em âmbito cultural, bem como pesquisas que direcionassem seus estudos pela perspectiva da organização desses acervos em formato rede.

Para a etapa final da pesquisa, no âmbito das análises foram utilizados os métodos comparativos e análise de conteúdo, que nos permitiu compreender como os processos em torno da construção dos acervos digitais em rede estão sendo

desenvolvidos no cenário brasileiro. Ainda, a aplicação dos métodos em conjunto com o instrumento analítico (apresentado a seguir) viabilizou a identificação das dimensões analíticas que compõem o contexto atual da digitalização e disponibilização desses acervos, permitindo construir a relação entre essas dimensões e identificar a forma como estas devem ser estruturadas de modo a viabilizar a proposta de diretrizes pertinentes a composição de uma política para acervos digitais integrados no campo cultural.

3.3 Instrumento Analítico

O elemento analítico que visa compreender as diretrizes necessárias para se pensar uma política de acervos em rede, assim como o funcionamento orgânico deste instrumento será fundamentado a partir de estudo proposto por Ostrom (2007), o *Institutional Analysis and Development Framework* - IAD.

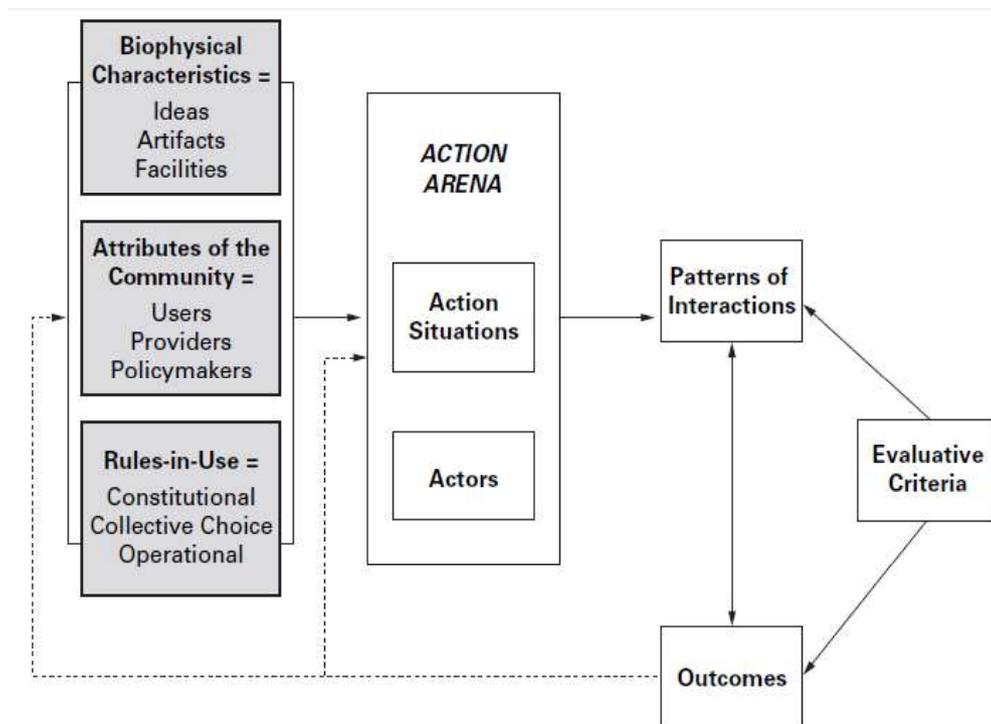
Antemão, se mostra pertinente destacar que a escolha do *framework* como base analítica para o desenvolvimento deste trabalho se justifica, também, pelo trabalho de referência desenvolvido por Elinor Ostrom durante suas atividades no campo da pesquisa científica. Com formação e especialização no campo das ciências políticas, a economista norte-americana teve sua carreira na academia reconhecida por sua pesquisa no campo da economia governamental e políticas públicas. Atuando na Universidade de Indiana, no início da década de 70, em parceria com Vincent Ostrom, criou o Workshop em Teoria Política e Análise de Políticas. Além de ser referência com diversos livros publicados nas áreas de administração pública, setor organizacional e ciência política, em 2009 a pesquisadora ganhou o Nobel de Economia com sua pesquisa acerca do tema da governança de bens comuns, sendo então a primeira mulher a conquistar a honraria.

Posto isso, dando continuidade, a estrutura IAD busca viabilizar o bom funcionamento de gestão compartilhada por meio de um interesse comum a partir da definição de sete elementos estruturantes, a saber: características biofísicas; atributos da comunidade; regras de uso; arena de ação; padrões de ação; critérios de avaliação; resultados.

Em formato adaptado para atender a proposta da presente pesquisa, tem-se como interesse comum a rede de acervos digitais no campo cultural que, com base em Ostrom (2007), pode ter seus elementos estruturados conforme abaixo:

-
- Características biofísicas - compreende a natureza física e disponibilidade dos recursos envolvidos (capacidade técnica de armazenando e integração);
 - Atributos da comunidade - compreende quem são os responsáveis pelo funcionamento da rede (usuários, fornecedores - instituições memoriais, atores estratégicos - organização civil, esferas do governo federal e instituições privadas) e define diretrizes de governança a serem adotadas pela comunidade;
 - Regras de uso - identifica quais são as compreensões normativas compartilhadas sobre o que se pode ou não fazer, por quem e como;
 - Arena de ação - avalia como as relações e decisões tomadas entre a comunidade em questão são percebidas e ativadas a partir das influências ao redor;
 - Padrões de interação - compreende como tem sido o desenvolvimento efetivo das ações no campo, de modo a identificar como essas características estão sendo equacionadas;
 - Critérios de avaliação - compreender os resultados previstos a partir dos padrões de interação identificados;
 - Resultados – refere-se ao contexto identificado na arena de ação, compreender quais têm sido os resultados obtidos a partir do funcionamento ordenado dos elementos propostos.

Assim, o *Institutional Analysis and Development Framework* - IAD pode ser compreendido como uma ferramenta de diagnóstico de regras e normas que guiam as escolhas de estratégias e comportamento. A partir da compreensão do conhecimento como um bem comum, que pode ser usado em conjunto e gerenciado por grupos variados, assim como no caso de uma rede de acervos digitais de instituições de memória, o *Framework* (Figura 2) proposto apresenta um conjunto de elementos a serem pensados e estruturados de forma conexa de modo a propor uma gestão e visão facilitada de um recurso compartilhado.

Figura 2 - Institutional Analysis and Development Framework - IAD

Fonte: HESS; OSTROM (2007)

O fato de o *framework* proposto ser compreendido como um método facilmente adaptável ao contexto da tomada de decisão em suas variadas vertentes faz com que sua aplicação seja viabilizada em diversas questões de pesquisa. Essa característica flexível e, sobretudo os resultados positivos de sua utilização, fizeram com que a percepção acerca do uso do IAD fosse definida. Conforme mencionado por Hess e Ostrom (2007), analisar bens e recursos comuns através do *framework* apontado contribui para que os pesquisadores percebam um universo mais amplo ao invés de ter o foco voltado para um objeto específico, podendo assim conduzir a análise a partir das variáveis que compõem o todo através de um ponto principal.

As autoras mencionam como exemplo de aplicação da estrutura analítica nove projetos que caminham em direção ao estudo do *commons* de forma abrangente, sendo possível destacar o projeto “*Information Use and Abuse in the Local Governance of Common-Pool Forest Resources*” (ANDERSSON; HOSKINS, 2004), que aplica o IAD de modo a pensar estratégias para viabilizar uma comunicação eficaz entre os atores de atividades florestais comunitárias com a finalidade de alcançar e estabilizar a governança local dos recursos comuns.

Além das referências apresentadas por Hess e Ostrom (2007) é possível citar a pesquisa desenvolvida por Albagli *et al.* (2019) que utiliza o *framework* em um estudo de caso sobre ciência aberta no município de Ubatuba - SP. Abordando

especialmente as relações mútuas entre bens naturais e conhecimento comum os autores apontam que “com foco nas questões institucionais, políticas e de governança que afetam a produção e a circulação do conhecimento, o projeto ofereceu a oportunidade de observar como essas dinâmicas ocorrem em um contexto de pequena escala (embora fortemente interconectado)” (ALBAGLI *et al.*, 2019, não paginado). Como resultados, os autores afirmam que a proposta do projeto permitiu compreender a estrutura analítica de forma concreta a partir da sua aplicação em situações reais, sendo possível identificar tanto suas possibilidades quanto limites, e apontam que o IAD pôde ser percebido como uma ferramenta analítica fundamental para lidar com diferentes variáveis e dimensões.

Também como exemplo de aplicação, Hess e Ostrom (2007) mencionam o uso da estrutura IAD como componente estruturante para o desenvolvimento de um repositório digital institucional para a *Indiana University*, a *Digital Library on the Commons* - DLC. Como parte das ações relevantes constituintes do projeto, buscou-se identificar o que seria necessário para que, seguindo as diretrizes definidas, os professores e departamentos enviassem suas pesquisas voluntariamente ao repositório e, para tanto, como mecanismo de incentivo foi identificado o impacto de visibilidade acadêmica das pesquisas publicadas no DLC. Para o uso do *framework* no processo de desenvolvimento do repositório as autoras entendem que a atividade é composta de múltiplas camadas de ação coletiva e coordenação e, também, requer uma linguagem comum e informações e conhecimentos compartilhados sendo, dessa forma, a estrutura analítica muito bem empregada para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, compreendendo, a partir de busca prévia, que o *framework Institutional Analysis and Development* ainda não tenha sido aplicado no âmbito dos acervos culturais digitalizados, entendeu-se que sua aplicação dentro do contexto pode apresentar grandes contribuições para a área, viabilizando assim, o diálogo com a perspectiva descritiva proposta para a realização deste trabalho, percebendo a oportunidade de caracterização de um instrumento conceitual de análise para o tema.

Dessa forma, nos tópicos a seguir apresentam-se os processos exploratórios do IAD a partir dos elementos pertinentes ao contexto dos acervos digitais culturais, de modo a traçar o perfil existente nesse cenário, bem como as relações e ferramentas constituídas no setor. Vale ressaltar que, do ponto de vista metodológico, a ideia é

buscar os elementos do IAD na revisão de literatura apresentada ao longo desse trabalho de modo a identificar as dimensões analíticas pertinentes ao contexto da política. Sabe-se, contudo, que a identificação dessas dimensões poderia ser realizada a partir de outros caminhos, a exemplo por meio da realização de entrevistas e questionários com especialistas da área. Entretanto, a escolha do IAD como instrumento analítico desse trabalho se justifica, sobretudo, pelo fato de o *framework* proporcionar uma visão ampliada do cenário, processo até então não explorado pelas análises já desenvolvidas. Portanto, espera-se que os resultados encontrados possam fazer sentido e, principalmente, contribuir para o avanço científico, prático e efetivo do setor.

4. O FRAMEWORK NO CONTEXTO DOS ACERVOS DIGITAIS

O IAD nos induz a pensar a digitalização dos acervos dentro de um contexto completo, a partir de uma visão ampliada, observando que se faz necessário compreender não apenas o objeto específico de estudo, mas, sobretudo, aqueles elementos que o cercam e que vão influenciar diretamente no seu desenvolvimento e funcionamento.

Nesse sentido, de modo a apresentar os diferentes elementos que podem afetar a arena de ação, que no contexto deste trabalho se apresenta como a proposta de diretrizes que possam apoiar o desenvolvimento de uma política de digitalização de acervos, Ostrom (2007) apresenta três fatores entendidos como elementos de influência desse processo, que são: a) características biofísicas, b) atributos da comunidade e c) regras de uso. Ainda, a autora elenca a cada fator listado uma série de atributos que, na medida em que relacionados, vão construindo uma estrutura de funcionamento do todo.

A partir disso, percebendo a conexão do IAD com o tema explorado neste trabalho, que vem buscando respostas a questionamentos que giram em torno da compressão de o porquê se faz importante que estes acervos digitais culturais estejam abertos e acessíveis em rede ao alcance da população em geral e, qual a dimensão do significado de se construir uma política que possa apoiar esse projeto, foram extraídos, da literatura já apresentada, fatores compreendidos como representativos no contexto dos acervos digitais.

Nesse ponto, definindo as variáveis que condicionam a arena de ação, em meio às características biofísicas encontra-se um conjunto de ideias, artefatos e recursos

que vão fundamentar a relação dos elementos que compõem o framework (adaptado ao nosso contexto). Portanto, partindo pela concepção das ideias, se faz necessário observar quais são os efeitos que determinados conceitos causam ao contexto da digitalização dos acervos e como isso tem influenciado o ambiente como um todo. Como um dos conceitos em maior evidência, tem-se os paradigmas custodial e pós-custodial (Araújo, 2014) que, no período de transição de ciclos, puderam ampliar o sentido de compreensões conceituais e contribuíram em grande escala para que atualmente, sobretudo no campo da ciência da informação, exista espaços de pesquisas e debates influenciados pelos ambientes digitais, que apresentam uma nova realidade sociocultural, que abre caminhos em direção ao contexto da cultura digital e a sociabilidade em rede, que promovem novas práticas e perspectivas de pesquisa, tais como a difusão informacional e a compreensão da importância de se instituir ambientes produtores de dados abertos ligados.

Dando sequência ao conjunto de características previamente estabelecidas por Ostrom (2007), apresentam-se os artefatos que, relacionados aos acervos digitais, serão descritos por aqueles elementos que compõem parte da estrutura das instituições. Dessa forma, tais elementos podem ser representados pela composição dos acervos, remetendo-se aos seus objetos físicos, digitais e digitalizados, ferramentas de apoio à execução das atividades previstas nessas instituições, tais como a disponibilização de softwares que possam facilitar e viabilizar os processos de digitalização, organização e difusão dos itens que compõem os acervos e, principalmente, os componentes de hardware, que são aqueles equipamentos que possibilitam a execução das atividades já mencionadas, viabilizadas por meio da disponibilização de impressoras, scanners, computadores, servidores e outros relacionados. É importante mencionar, que assim como observado nos elementos da característica anterior, os artefatos agora mencionados também refletem nos processos instituídos na arena de ação. Conforme já apresentado em capítulos anteriores, um dos fatores de maior influência no funcionamento das instituições de memória gira em torno do elevado custo financeiro para a aquisição e manutenção de equipamentos (TIC CULTURA, 2018) e que, muitas das vezes, a execução das atividades previstas e pensadas acabam sendo desenvolvidas com menor potencial

ou até mesmo não sendo executadas, em consequência ao baixo capital destinado a essas instituições. Para Balbi, Zendron e Marcelino (2014), um dos principais problemas existentes no setor cultural e, portanto, condicionam a execução dos processos, são a dificuldade de se constituir políticas de longo prazo e a escassez de recursos.

Encerrando as características biofísicas, tem-se os elementos que referenciam os recursos que, assim como os demais, também vão influenciar as ações. Para melhor compreensão, essa característica pode ser definida como aqueles elementos que também vão influenciar o funcionamento da instituição. Caracterizando, podemos mencionar os caminhos possíveis para o financiamento, que podem ser via fonte pública, por meio de recursos oriundos de projetos específicos e até mesmo agências de fomento e a fonte privada, que abrange um leque de possíveis ações previamente definidas a serem desenvolvidas. Ainda, vale mencionar, sobretudo, a formação de recursos humanos. Conforme dados apresentados pela TIC Cultura (2018), ainda há uma carência relacionada às habilidades técnicas de profissionais atuantes em instituições de memória e que vem desenvolvendo da melhor forma possíveis atividades que, sendo precedidas de formação adequada, poderiam ser melhor executadas.

O quadro 9 a seguir agrupa, a partir das características biofísicas, o conjunto de variáveis, elementos e as referências com as quais são relacionadas.

Quadro 9 - Síntese das características biofísicas e referências relacionadas

	VARIÁVEIS	ELEMENTO	REFERÊNCIA
CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS	IDEIAS	Paradigma custodial e pós-custodial	Araújo (2014)
		Ciência aberta	Albagli et al. (2019)
		Difusão da informação	Carta de Recife (2012); Marcondes (2012); Martins e Carvalho Júnior (2016); Martins, Silva e Carmo (2018); Puntoni (2017).
		Dados abertos ligados e interoperabilidade	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Coneglian et al. (2018); Marcondes (2017); Martins, Carmo e Germani (2018); Martins, Silva e Carmo (2018); Oliveira, Maculan e Gomes (2016); Puntoni (2017); Segundo, Silva e Martins (2019); Valente (2017).
		Cultura digital e internet livre	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Carta de Recife (2012); Martins e Carvalho Júnior (2016); Martins, Silva e Carmo (2018); Pretto e Assis; Martins (2018); Puntoni (2017).
		Reuso de objetos digitais	Bettencourt e Marcondes (2019); Puntoni (2017); Sayão (2016); Souza (2018).
		Gestão de riscos	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Sayão (2016).
	ARTEFATOS	Acervos (objetos físicos, objetos digitais, objetos digitalizados e metadados)	Taddei (2010); Valente (2017).
		Ferramentas de apoio à gestão da informação (softwares de digitalização, organização, difusão e outros relacionados)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Gouveia Júnior e Galindo (2012); Martins, Carmo e Germani (2018); Taddei (2010); TIC Cultura (2018); Tomaél e Silva (2007); Valente (2017).
		Hardware (impressoras, scanners, computadores, servidores, equipamentos de acondicionamento, reserva técnica e outros relacionados)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Taddei (2010); TIC Cultura (2018); Valente (2017).
	RECURSOS	Fontes de financiamento (público e privado)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Gouveia Júnior et al. (2015); Puntoni (2017); Taddei (2010); TIC Cultura (2018).
		Formação de recursos humanos	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); TIC Cultura (2018); Valente (2017).
		Logística de equipamentos e acervos	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Taddei (2010);
		Suporte técnico (serviços especializados, manutenção técnicas)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Bettencourt e Marcondes (2019); Taddei (2010).

FONTE: Elaboração própria

Dando sequência à apresentação do conjunto de características mencionado por Ostrom (2007), surgem os atributos da comunidade, que são desenvolvidos através das relações condicionadas pelos usuários, fornecedores e, sobretudo, os gestores de políticas. Em referências aos usuários, é possível mencionar aqueles que constituem o contexto e contribuem para que o campo permaneça em atividade. Assim, tendo como base de referência um dos relatórios Europeana, desenvolvido por Navarrete (2016), apontamos como base os gestores e trabalhadores de equipamentos culturais, que são responsáveis por ativar esses campos de modo a compor espaços de trocas de conhecimentos e vivências, não apenas no sentido turístico mas, também, no campo da indústria criativa e da educação, abrangendo o espaço da pesquisa e ensino entre professores, estudantes e demais profissionais da área. Adiante, em relação aos fornecedores, no sentido da pesquisa aqui em desenvolvimento, apresentam-se as próprias instituições de memória que, relacionadas aos elementos já mencionados, são aqueles espaços, sejam estes físicos ou virtuais, em que se torna possível os campos de interação referenciados acima.

Nesse sentido, finalizando os elementos característicos dos atributos da comunidade, trazemos um elemento de extrema importância dentro desse contexto e que pode ser compreendido como responsável pela ativação dos meios mencionados anteriormente: os gestores de políticas. Aqui, é preciso olhar para aquelas instituições e organizações, sejam elas públicas, privadas ou civis, que estão pensando e articulando processos que caminham no sentido das políticas culturais. Dessa forma, visualizando a existência de um elemento difusor dessas políticas, que poderia ser visto como principal responsável e norteador neste campo, há tempos mencionaríamos o extinto Ministério da Cultura, que durante sua vigência esteve ativamente presente na discussão e construção da pauta em questão, e que hoje é representado pela Secretaria Especial da Cultura. Além do âmbito federal, mas ainda na esfera pública, deve-se mencionar as secretarias de cultura estaduais e municipais. É importante também ressaltar as instituições públicas vinculadas aos órgãos de gestão das políticas, tais como a Fundação Nacional da Artes (FUNARTE), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN), entre outros. Por outra vertente, tem-se a gestão de políticas culturais associadas às instituições privadas, a título de exemplo, é possível mencionar o Instituto Moreira Salles e o Itaú Cultural, também responsáveis

DIGITAIS

pela gestão dos projetos Brasilianas Fotográfica e Iconográfica, acervos de extrema relevância no campo cultural e social. Por fim, deve-se também, mencionar as organizações da sociedade civil, as ONGs, que possuem grande peso nesse contexto e representam uma figura importante no âmbito da idealização de políticas culturais.

A seguir, o quadro 10 agrupa, a partir dos atributos da comunidade, o conjunto de variáveis, elementos e as referências com as quais estes se relacionam.

Quadro 10 - Síntese dos atributos da comunidade e referências relacionadas

	VARIÁVEIS	ELEMENTO	REFERÊNCIA
ATRIBUTOS DA COMUNIDADE	USUÁRIOS	Gestores e trabalhadores de equipamentos culturais	Martins, Silva e Carmo (2018); Navarrete (2016).
		Turistas	Martins, Silva e Carmo (2018); Navarrete (2016).
		Indústria criativa	Martins, Silva e Carmo (2018); Sayão (2016); Navarrete (2016).
		Educação cultural – ensino e pesquisa (professores, alunos, editores, escritores e outros relacionados)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Martins, Silva e Carmo (2018); Navarrete (2016); Valente (2017).
	FORNECEDORES	Instituições de memória	Carta de Recife (2012); Marcondes (2018); Taddei (2010); Valente (2017).
	GESTORES DE POLÍTICAS	Esfera pública (Secretaria Especial da Cultura, secretarias estaduais e municipais), Instituições vinculadas	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Martins, Silva e Carmo (2018); Puntoni (2017); Taddei (2010);
		Esfera privada (Instituto Moreira Salles, Itaú Cultural, Oi Futuro e outros relacionados)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Carta de Recife (2012); Taddei (2010).
		Organizações da Sociedade Civil	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Carta de Recife (2012); Puntoni (2017).

Fonte: Elaboração própria

Agora, completando o conjunto de elementos característicos, Ostrom (2007) nos apresenta as regras de uso, que serão regidas a partir dos fundamentos relacionados às esferas constitucional, de escolha coletiva e operacional. No âmbito dos acervos digitais é de extrema importância que estes elementos sejam regidos de modo a nortear o desenvolvimento do processo de digitalização e disponibilização dos acervos ao público. Nesse sentido, aqui nos propomos a olhar para este contexto e identificar atores e ações que atuam nesse processo de estruturação de acervos digitalizados e como esses elementos são incorporados ao ambiente.

Assim, em relação a esfera constitucional, mencionam-se as legislações, que são aqueles elementos normativos que deverão, de certa forma, garantir determinadas ações e estruturas que possam viabilizar o funcionamento do setor, que aqui se refere ao ambiente cultural e da digitalização de acervos e, também cartas e recomendações provenientes da UNESCO. Portanto, listando alguns desses elementos, mencionamos aqui o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343, que se define como um “conjunto de princípios , objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais”, a Resolução nº 31 do CONARQ, que versa sobre a adoção de recomendações e diretrizes para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, e a Lei nº 8.313, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet, que visa o “exercício dos direitos culturais e o livre acesso às fontes de cultura com ênfase na promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais”. Já pela perspectiva das recomendações e declarações UNESCO, a exemplo temos a Carta de Preservação do Patrimônio Digital (2003), que apresenta uma ampla noção a respeito dos patrimônios digitais e uma série de recomendações para a área, a Declaração de Vancouver (2012), que versa sobre a necessidade da preservação digital e reafirma a importância da constituição de políticas para o setor e, também, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), que reconhece a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade e apresenta no artigo 9º a importância das políticas culturais na sociedade:

Ao mesmo tempo que asseguram a livre circulação das ideias e das obras, as políticas culturais devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, através de indústrias culturais que disponham de meios para se desenvolverem aos níveis local e mundial. Compete a cada Estado, respeitando as obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la utilizando os meios de ação que considere mais adequados, através de apoios concretos ou de quadros normativos apropriados (UNESCO, 2001, não paginado).

Adiante, seguindo pelo aspecto da escolha coletiva, buscamos recuperar iniciativas, grupos e coletivos que vem se organizando de modo a pensar caminhos que possam solucionar as questões que permeiam o contexto da disponibilização e digitalização de acervos culturais. Portanto, parte-se da ideia de mapear e identificar esses grupos, bem como quais tem sido suas formas de trabalho. A título de exemplo trazemos, novamente, o coletivo de maior impacto e reconhecimento na área, a Rede Memorial, que atualmente tem buscado se organizar por meio do desenvolvimento de um sistema memorial, que preza pelo compartilhamento de equipamentos e

conhecimentos entre as instituições de memória vinculadas à rede, proposta esta, que impacta consideravelmente a arena de ação pensada por Ostrom (2007), visto que o gerenciamento desses artefatos se constitui de forma coletiva. Outra iniciativa também já mencionada anteriormente e que vem se destacando no contexto da digitalização é o projeto Tainacan, que além do avanço tecnológico com a oferta de um software livre para disponibilização de acervos, conta com a parte da pesquisa do projeto, que segue construindo um ambiente de apoio às universidades e instituições de memória, fortalecendo elementos para articulação de uma rede setorial como campo empírico para a realização de suas pesquisas, além de compor espaços de discussão acerca da compreensão do desenvolvimento de acervos em rede, construindo estratégias de apoio à organização coletiva, por meio da ativação de canais de comunicação², entre eles Twitter, Wiki, fanpage no Facebook, lista de e-mails e outros.

Chegando ao final das características previamente estabelecidas, tem-se a esfera operacional que, também em referência ao contexto dos acervos digitais, busca apresentar o estado atual da digitalização e disponibilização dos acervos culturais em âmbito brasileiro, como as instituições e iniciativas estão sendo pensadas, quais caminhos estão sendo percorridos e quais são as dificuldades encontradas durante estes processos. Dessa forma, partindo da compreensão dos pontos abordados em capítulos anteriores, percebe-se que há uma precarização em torno da concepção desses acervos digitais e que as instituições tem seguido encontrando soluções que podem ser percebidas como elementos isolados, capazes de resolver questões específicas, desarticuladas de uma visão estratégica setorial e que possa dar ganhos de escala e conhecimento ao campo. Nota-se que o campo está longe de estabelecer um sistema memorial efetivo. É notório que há questões relevantes referentes a inexistência da adoção consensuada de padrões e até mesmo diretrizes que consigam apoiar o desenvolvimento desses projetos de digitalização. Além dessas questões, ainda é possível mencionar a dificuldade de acesso à equipamentos pertinentes ao processo, a escassez de recursos, problemas relacionados aos

² <http://tainacan.org/>
https://twitter.com/tainacan_l3p
<https://www.facebook.com/tainacan.l3p/>
<https://lists.riseup.net/www/arc/tainacan/>
<https://tainacan.github.io/tainacan-wiki/#/>

aspectos tecnológicos, infraestrutura, atualizações e manutenções de equipamentos e, sobretudo, o baixo índice de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dessas instituições. Vários desses elementos podem ser percebidos nos indicadores apresentados pela TIC Cultura (2018). O cenário existente nos mostra que, apesar das instituições estarem realizando suas atividades e projetos, estes vêm sendo feitos de formas individuais, sem que exista a troca de vivências com outras iniciativas. Atualmente, há uma alta taxa de fragmentação política entre as iniciativas, o que tem resultado, cada vez com maior evidência, a baixa capacidade de articulação em rede entre estas instituições de memória.

A seguir, o quadro 11 agrupa, a partir das regras de uso, o conjunto de variáveis, elementos e as referências com as quais estes se relacionam.

Quadro 11 - Síntese das regras de uso e referências relacionadas

	VARIÁVEIS	ELEMENTO	REFERÊNCIA
REGRAS DE USO	CONSTITUCIONAL	Legislação, Normas e Recomendações (Plano Nacional de Cultura, Resolução 31 CONARQ, OAIS/ISO 14721, Lei Rouanet, UNESCO, ISO/TC 42/JWG 26 - Digitizing Cultural Heritage Materials)	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Martins, Silva e Carmo (2018); Valente (2017).
	ESCOLHA COLETIVA	Iniciativas, grupos e coletivos (Rede Memorial, Projeto Tainacan e outros relacionados).	Carta de Recife (2012); Gouveia Júnior et al. (2015); Martins, Carmo e Germani (2018); Martins, Silva e Carmo (2018); Puntoni (2017); Taddei (2010); Valente (2017).
	OPERACIONAL	Como as questões estão sendo resolvidas, problemas em evidência (soluções isoladas, falta de padronização, escassez de recursos, fragmentação política, baixa articulação em rede e outros relacionados).	Balbi, Zendron e Marcelino (2014); Marcondes (2012); Martins, Silva e Carmo (2018); Puntoni (2017); Taddei (2010); TIC Cultura (2018); Valente (2017).

Fonte: Elaboração própria

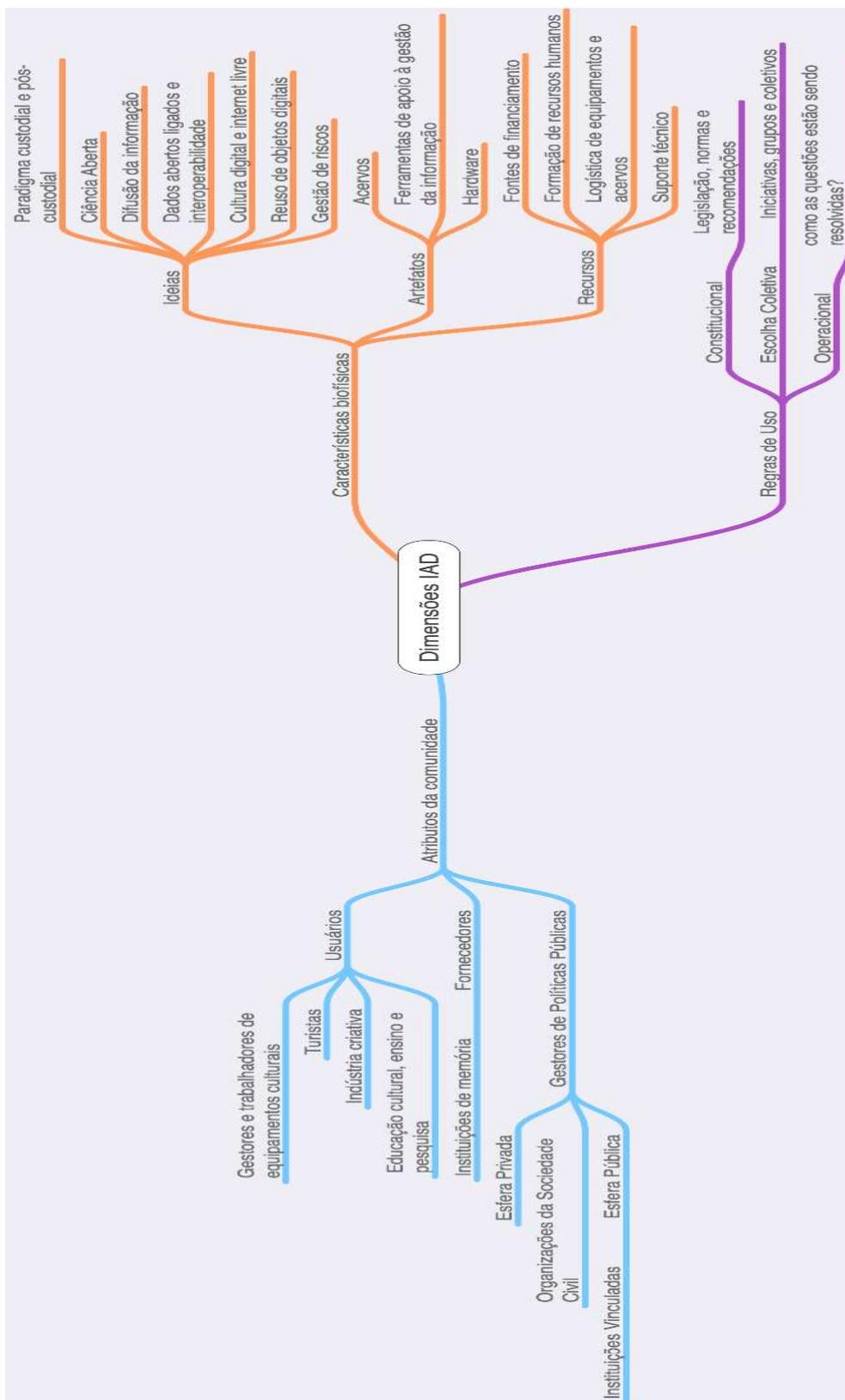
Apresentados os conjuntos de características listados acima, é importante recuperar o raciocínio que nos leva a descrever todos estes elementos. Como já mencionado, se torna extremamente importante a descrição desenvolvida acima, visto que será a partir dos pontos elencados que a arena de ação ganhará movimento. Os três elementos característicos previamente definidos por Ostrom (2007) em conjunto com os campos adaptados ao contexto desse trabalho, devem ser compreendidos como os elementos constituintes de uma dinâmica social, responsáveis por fazer o

processo girar de forma agregada, observando cada fragmento e, sobretudo, quais reações estes poderão causar à arena de ação o que, conseqüentemente, nos permitirá enxergar e compreender quais padrões de interações estão sendo desenvolvidos atualmente e, sendo o caso, quais padrões poderiam ser melhores definidos e aplicados, visando o bom funcionamento do fluxo da arena de ação e contribuindo para a concepção de uma política de construção de acervos digitais em rede. Assim, o tópico a seguir busca compreender e relacionar os elementos pertinentes aos parâmetros de interação.

4.1 Identificando parâmetros de interação

Agora, dando seqüência aos elementos apresentados anteriormente, o texto a seguir se propõe a apresentar o contexto e possíveis definições que auxiliem a compreender o que são os parâmetros de interação, componentes estes que também influenciarão o modo com que a arena de ação se desenvolverá. Assim, a ideia foi realizar uma análise das características mapeadas nas tabelas anteriores a partir da perspectiva atual do contexto dos acervos digitais no Brasil. É importante ressaltar, que os resultados e impressões aqui apresentados constroem um diálogo entre as referências indicadas e citadas nos quadros anteriores e a revisão literária apresentada ao longo deste trabalho. Para tanto, a Figura 3 nos apresenta uma síntese das tabelas apresentadas acima de modo a tornar visualmente mais clara a compreensão da estruturação das dimensões analíticas aqui identificadas.

Figura 3 -Dimensões analíticas identificadas a partir da aplicação do IAD



Fonte: Elaboração própria

4.1.1 Características biofísicas

1) Ideias

a) Paradigma custodial e pós-custodial

- Grande parte das instituições no Brasil seguem operando no contexto do paradigma custodial. A disponibilização dos acervos ao público por meio exclusivo da visita física reduz o potencial do processo de difusão dos objetos culturais e, apesar de existir projetos de digitalização destes acervos, boa parte deles visam apenas a preservação das peças, deixando de lado o sentido da socialização desses bens culturais (TIC CULTURA, 2018);
- O contexto do paradigma custodial contribui para uma difusão informacional precária. Quanto menores as possibilidades de acesso, maior será a ineficiência da circulação desse bem cultural, o que afeta de forma direta a construção social e cultural dos indivíduos.

b) Ciência aberta

- Os profissionais ainda não estão sendo formados para trabalhar com o tema, há uma defasagem curricular nas instituições que formam o profissional. Apesar de a ciência aberta ser tema de debates entre estudiosos e profissionais da área, o assunto tem sido explorado mais no âmbito da pesquisa acadêmica, a aplicação e inserção do conceito nos projetos operacionais das instituições de memória são ainda incipientes, o que nos leva a perceber a existência de um desequilíbrio entre a pesquisa e a aplicação prática de seus resultados.

c) Difusão da informação

- Remete ao contexto apresentado acima, a difusão informacional dos bens culturais ainda segue de modo incipiente e sem potencial de uso;
- A digitalização pode ser um dos caminhos a favorecer a difusão da informação das instituições, desde que os projetos sejam devidamente planejados, levando em conta os recursos necessários, a segurança dos dados, perspectivas de crescimento do acervo digital e outros relacionados (VALENTE, 2017);
- Apesar da existência de projetos de digitalização de acervos, boa parte deles visam apenas a preservação das peças, deixando de lado o sentido da socialização desses bens culturais (TIC CULTURA, 2018). A partir da literatura

apresentada, é possível perceber que há poucas menções de projetos e iniciativas de digitalização que tenham como foco a difusão informacional. Além disso, assim como mencionado acima, apesar da presença relevante do conceito na pesquisa acadêmica, no âmbito das instituições de memória este ainda se apresenta de forma singular.

d) Dados abertos ligados e interoperabilidade

- Boa parte dos softwares utilizados nas instituições de memória que usam software são de formatos proprietários, o que dificulta os processos de adaptações e trocas informacionais com as demais ferramentas;
- De acordo com os dados apresentados pela pesquisa TIC Cultura (2018), grande parte das instituições de memória não fazem uso de softwares para a catalogação de seus acervos, o que nos leva a perceber que tal processo, de grande importância no âmbito das ações de difusão, vêm sendo realizado ainda de forma originária, o que acaba por dificultar a interoperabilidade destes acervos;
- Também, são conceitos que têm sido explorados em maior parte na academia, sendo temas de publicações relevantes dentro da área. Nota-se, a partir da literatura da ciência da informação, o desenvolvimento de pesquisas que englobam os conceitos da ontologia, da websemântica, dos dados abertos ligados e demais temas da área e que, até mesmo apresentam como o resultado o desenvolvimento de experimentos, ensaios e pilotos, mas, em grande maioria ainda em âmbito acadêmico, sem a aproximação e aplicação devida nas instituições de memória.

e) Cultura digital e internet livre

- Temas que têm sido propagados em diferentes contextos, sobretudo em eventos técnicos e científicos, mas que se enquadram no mesmo patamar dos elementos apontados acima. As presenças são melhores destacadas ainda na academia, sem que haja maiores projetos de aplicação prática nas instituições. De certa forma, é oportuno apontar que o cenário de distanciamento destes conceitos em relação às instituições de memória é um reflexo dos contextos evidenciados anteriormente, visto que aqueles são partes constituintes à concepção de uma cultura digital e da internet livre.

f) Reuso de objetos digitais

- Apesar de ser um conceito explorado externamente (*Europeana Space (2017)* e *Europeana Creative (2013)*), a realidade do contexto brasileiro em relação ao reuso de objetos digitais no âmbito cultural é percebida como ideia primária, ainda em discussão no campo acadêmico;
- Há publicações que exploram as potencialidades da aplicação do reuso nas instituições de memória, mas, ainda sem o seu uso efetivo (SOUZA, 2018);
- Segundo Sayão (2016), o conceito do reuso tem sido mais aplicado no domínio da pesquisa científica, onde dados e outros materiais são analisados por outras perspectivas, de modo a gerar novos produtos.

g) Gestão de riscos

- É um tema bastante discutido dentro das instituições, sobretudo pelo princípio da preservação física, seja dos objetos ou do espaço em si. Há, também, por parte de diferentes instituições, a publicação de documentos que apresentam diretrizes e boas práticas a serem aplicadas quando necessárias, a título de exemplo, temos a Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2017), do Instituto Brasileiro de Museus e o Gerenciamento de Riscos: do planejamento à execução (2019), Arquivo Nacional. Contudo, nota-se que tais documentos são aplicados a circunstâncias genéricas e não fazem menção ao contexto dos acervos digitais.

4.1.2 Artefatos**1) Acervos**

- Grande maioria dos acervos ainda são constituídos por objetos físicos;
- A apropriação das tecnologias digitais por essas instituições, quando concretizada se apresenta de forma desigual regionalmente. A exemplo, de acordo com a TIC Cultura (2018), apenas 1/3 das instituições de memória contam com áreas de TI em seu quadro de gestão;
- Como já mencionado, conforme literatura revisada, ainda há uma catalogação precária dos acervos, o que leva a imprecisão de quantos ou quais são os itens existentes, além das dificuldades relacionadas aos direitos autorais vinculados aos objetos que constituem estes acervos (VALENTE, 2017).

2) Ferramentas de apoio à gestão da informação

- Apesar de ser identificado o uso de ferramentas em formatos livres e até mesmo desenvolvidas pelas próprias instituições, a maioria dos softwares utilizados são proprietários e com alto custo de manutenção. Além disso, nota-se o uso reduzido de ferramentas de catalogação dos acervos (TIC CULTURA, 2018), o que nos leva a perceber a existência de uma cultura e um contexto sócio-técnico não favorável ao uso de softwares que podem auxiliar os processos de gestão dessas instituições.

3) Hardware

- Dificuldade de acesso devido ao custo elevado de aquisição, manutenção e, também, o fator de obsolescência dos equipamentos;
- Falta política de incentivo e investimento na formação dos profissionais, o que resulta na carência de capacitação da equipe no manuseio dos equipamentos;
- Equipamentos parados por falta de manutenção técnica, ponto que pode ser justificado pelo baixo índice de contratação de serviços de tecnologia da informação por parte das instituições (TIC CULTURA, 2018);

4.1.3 Recursos

1) Fontes de financiamento

- Inexistência de fontes públicas de financiamento específicas para o setor;
- Iniciativas privadas e pontuais por meio de editais culturais;
- Atualmente os recursos direcionados ao financiamento de projetos no âmbito dos acervos digitais são oriundos de rubricas genéricas;
- Os recursos captados não são resultantes de linhas de fomento programática, o que dificulta a continuidade e estabilidade dos projetos em execução e, também, o início de novas propostas;
- Grande parte das iniciativas dependem da visão pessoal dos gestores, o que acaba por provocar o enfraquecimento das estratégias e a relevância das ações em casos onde há rotatividade na gestão, diminuindo as chances de continuidade de projetos escaláveis e a longo prazo.

2) Formação de recursos humanos

- Escassez de oferta de cursos de especialização e pós-graduação que abarquem temas do universo dos acervos digitais e pouca inserção do tema em currículos dos cursos de graduação da área da ciência da informação;

-
- Baixa oferta de formação proveniente de órgãos responsáveis;
 - Segundo a TIC Cultura 2018, a falta de equipe qualificada para gestão e difusão de acervos digitalizados tem sido apontada como ponto dificultador dos processos de digitalização e difusão de acervos;

3) Logística de equipamentos e acervos

- A ideia de compartilhamento de equipamento existente é desenvolvida ainda de forma pontual. A título de exemplo, nota-se a relevância da experiência da Rede Memorial na concepção e experimentação dos sistemas memoriais. Contudo, apesar das redes colaborativas gerar benefícios para as instituições, ainda há a necessidade de se pensar meios de sustentabilidade, continuidade e disseminação desse tipo de ação.

4) Suporte técnico (serviços especializados, manutenção técnicas)

- Apesar de ser um elemento pertinente na composição das instituições se apresenta como um ponto dificultador devido ao seu custo elevado. Na maioria das vezes as instituições trabalham com um cenário orçamentário reduzido, o que acaba por não priorizar ações custosas. A exemplo, têm-se os dados apresentados na pesquisa TIC Cultura 2018, que apontam um baixo índice tanto na contratação externa de serviços tecnológicos quanto na manutenção dessas áreas em seus quadros de gestão, fazendo com que a instituição opere com um suporte técnico precário.

4.1.4 Atributos da comunidade

1) Usuários

a) Gestores e trabalhadores de equipamentos culturais

- São as pessoas que mantêm as dinâmicas existentes nas instituições em suas variadas áreas de atuação, seja na gestão documental, nos processos de manutenção, digitalização, preservação e demais atividades relacionadas. Além das demandas já estabelecidas e habituais dessas instituições, há também a importância de uma conscientização em relação a atividades que podem ser incorporadas na composição dessas instituições de memória, de modo a contribuir com a difusão e concepção de novos contextos informacionais, a exemplo temos as ações educativas.

b) Turistas

- Além do público rotineiro, os turistas são públicos potenciais para as instituições de memória, e gerir as instituições de modo que estas sejam vistas de forma atrativa é um grande diferencial, podendo gerar benefícios tanto no sentido financeiro quanto no reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos, trazendo visibilidade para as instituições, o que pode contribuir para os processos de captação de recursos.

c) Indústria criativa

- A variedade de conteúdos e objetos que compõe os acervos das instituições de memória apresentam uma potencialidade significativa de reuso. A indústria criativa é capaz de recriar conceitos e gerar novas concepções aos objetos disponibilizados, ações que podem ser estimuladas e facilitadas por meio dos acervos digitais.

d) Educação cultural – ensino e pesquisa

- Assim como a indústria criativa, a educação cultural se move a partir do reuso dos objetos. Os acervos dessas instituições constituem uma riqueza singular, que pode e deve ser utilizada como objeto de ensino e pesquisa por professores, alunos e estudiosos da área. Também, a disponibilização desses acervos de forma online e irrestrita à essa comunidade pode romper barreiras físicas da pesquisa e do conhecimento.

2) Fornecedores**a) Instituições de memória**

- A oferta acontece, mas ainda de forma restrita, justamente pela perspectiva do paradigma custodial;
- A socialização dos bens informacionais e culturais poderia ser melhor executada, o que pode ser entendido pela falta de apoio, recursos, planejamento e políticas integração;
- A realidade do contexto brasileiro apresenta, em grande maioria, instituições públicas com sérios problemas estruturais, havendo deficiências de orçamento, equipe, infra-estrutura e gestão;
- Em grande maioria sendo constituídas pelo paradigma custodial, as instituições de memória não se enxergam como provedoras de informação, mas sim como instituições de guarda e preservação de acervo, o que pode ser justificado pela

carência de políticas de difusão e a falta de engajamento entre as demais instituições.

3) Gestores de políticas

a) Esfera pública e instituições vinculadas

- Vivência de um período de instabilidade política, trocas sucessivas no comando da área em nível federal, gerando pouca continuidade e capacidade de planejamento e execução sistematizada da área;
- Recente reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural;
- A formulação de possíveis políticas segue a orientação do Plano Nacional de Cultura, o qual não vem sendo utilizado para reger iniciativas da área. Por exemplo, não se monitora indicadores do plano desde o ano de 2017;
- Gestão dividida entre entidades vinculadas e escritórios regionais, cada um gerenciando suas políticas e editais, a partir das distribuições da Secretaria.

b) Esfera privada (Instituto Moreira Salles, Itaú Cultural, Oi Futuro e outros relacionados)

- Observatório Itaú Cultural – gestão, economia e políticas culturais;
- Agendas de debates sobre política, cultura e sociedade;
- Promoção do acesso à cultura digital – patrocínios culturais incentivados;
- Nota-se uma realidade financeira contrária em relação as instituições públicas, mas que ao mesmo tempo vivencia um contexto de deficiências do campo no país, podendo mencionar a dificuldade de contratação de mão de obra especializada, falta de uma política que regulamente os padrões levando a adoção de soluções individuais e o baixo nível de articulação entre as instituições;
- Apesar das dificuldades encontradas, há como exemplo de articulação entre as instituições a conexão entre Itaú Cultural, Instituto Moreira Salles e Biblioteca Nacional, parceiros nos projetos Brasileira Fotográfica e Iconográfica, mostrando que há enorme potencial na produção de redes de compartilhamento e agregação de acervos entre as instituições de diferentes esferas por meio da internet.

c) Organizações da Sociedade Civil

- O contexto também se apresenta de forma emergente, sendo raro encontrar iniciativas e organizações que compõem o cenário dos acervos digitais. A exemplo, temos o Museu da Pessoa, que é um museu virtual e colaborativo, que transforma histórias de vida em fonte de conhecimento (MUSEU DA PESSOA, 2020).

4.1.5 Regras de uso

1) Constitucional

a) Legislação, Recomendações (UNESCO), Regulamentos e Normas

- Campo de monitoramento e acompanhamento da execução das metas do PNC com acesso indisponível;
- Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes;
- Estrutura de desenvolvimento estabelecida na Lei Rouanet não se apresenta favorável a projetos de pequeno porte, o que acaba por deixar de fora possíveis iniciativas de acervos digitais;
- Declaração Universal sobre Diversidade Cultural – UNESCO (direitos culturais como parte integral dos direitos humanos);
- Carta para a preservação do patrimônio digital - Art. 6 - Desenvolvimento de estratégias e políticas;
- Declaração de Vancouver: A memória do mundo na era digital;
- Percebe-se um marco legislativo relevante no campo internacional, havendo no cenário brasileiro iniciativas mais estruturadas para as instituições arquivísticas, sendo ainda incipientes os debates mais aprofundados na construção de padrões e normas nacionais no contexto das bibliotecas e museus.

2) Escolha coletiva

a) Iniciativas, grupos e coletivos

- As iniciativas encontradas são ainda pontuais, a exemplo:
 - Rede Memorial: se organiza pela perspectiva de um sistema memorial que busca conectar instituições memoriais de modo a unir esforços em prol do crescimento social conjunto das instituições de memória vinculadas;

-
- Projeto Tainacan: fomentado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e Fundação Nacional de Artes – Funarte, o Tainacan é um software livre para gestão e publicação de acervos digitais que, além da oferta da plataforma, há também a parte de pesquisa do projeto. Atualmente o projeto Tainacan conta com um total de 33 instalações ativas, divididas entre museus do Ibram, universidades, instituições federais e terceiro setor.
 - Este cenário limitado pode ser justificado pela dificuldade encontrada pelos projetos em constituir redes de colaboração entre as instituições, justamente pela ausência de um modelo de gestão que possa orientar de forma escalável a condução desses processos.

3) Operacional

a) Como as questões estão sendo resolvidas, problemas em evidência

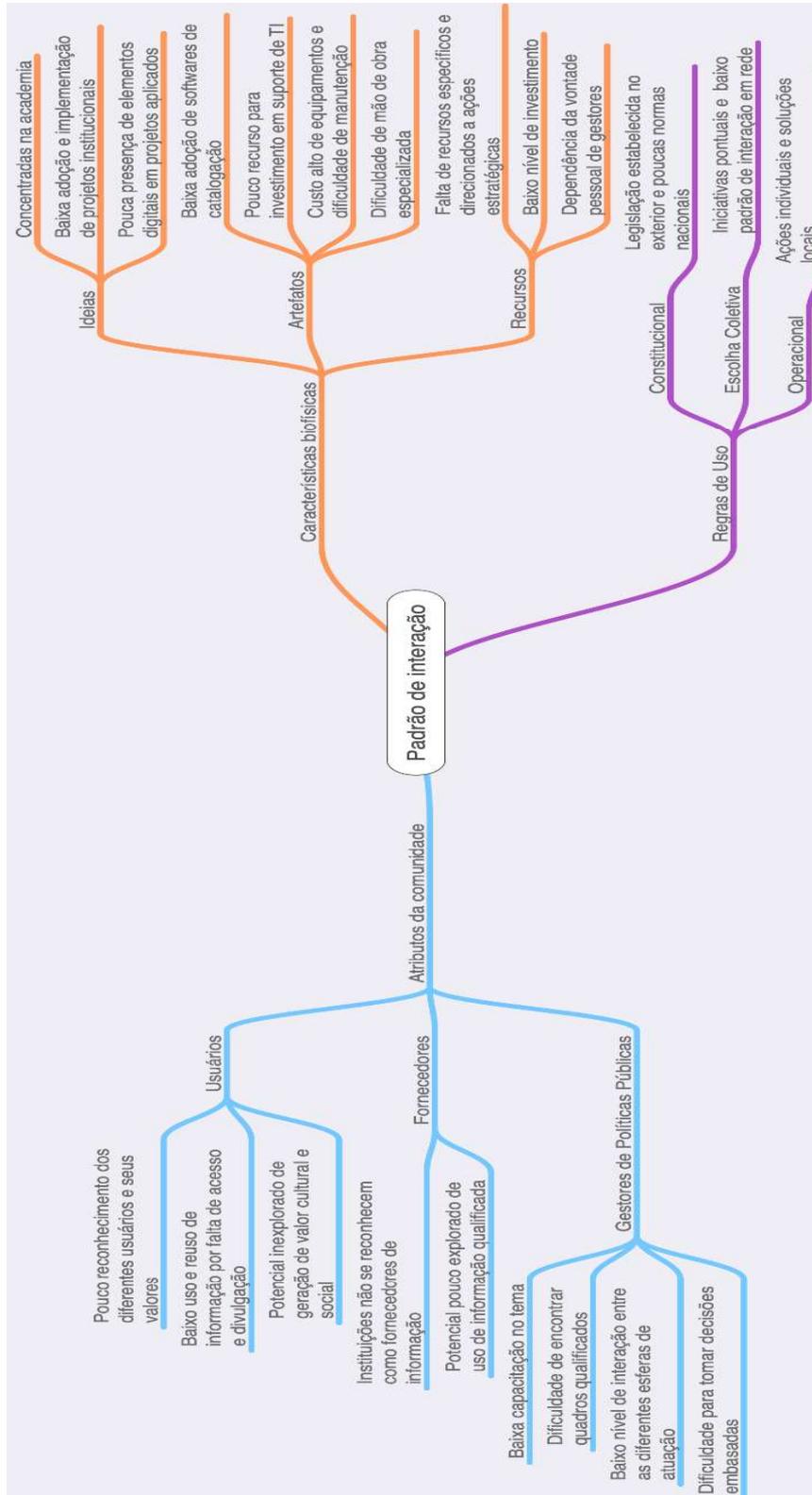
- O contexto dos acervos digitais no Brasil se apresenta de forma desregular. A articulação em rede das instituições memoriais não possui força suficiente e são pouco operativas (PUNTONI, 2017), o que nos leva a um cenário de projetos e ações isoladas;
- Essa falta de conexão e troca informacional acaba por gerar uma série de questões que influenciam de forma negativa a composição integrada desses acervos. Durante anos essas instituições têm desenvolvido semânticas, modelos, formatos e padrões próprios (MARCONDES, 2012);
- O cenário apresenta instituições que se propõem a realizar determinados projetos em um ambiente de recursos escassos, com ausência de parâmetros e sem padronização de modelos de documentação, resultando em projetos com baixa capacidade escalável de interoperabilidade

Feito o levantamento acima, o tópico abaixo fará uma análise das dimensões identificadas de modo a melhor compreender suas relações e influências no contexto da arena de ação.

4.2 Dinâmica social do campo no Brasil: compreendendo os padrões e a arena de ação

O levantamento das características que nos levaram a construção do padrão de interação que, conseqüentemente reflete a arena de ação, nos apresenta um diagnóstico que nos indica como tem sido regida a dinâmica social do campo dos acervos digitais no âmbito brasileiro. A realidade identificada a partir da literatura revisada apresenta um contexto complexo e que demanda atenção em relação ao desenvolvimento dos processos estruturantes das instituições de memória. A seguir, a Figura 4 nos permite uma visão global do contexto por meio da construção de um mapa mental.

Figura 4 - Padrão de interação identificado a partir da aplicação do IAD no contexto dos acervos digitais em rede



Fonte: Elaboração própria

É possível perceber que no contexto das ideias, que permeiam as ações em volta dos acervos em rede, a grande maioria dos temas que deveriam compor o arcabouço desses processos estão ainda concentrados no âmbito acadêmico. Apesar do desenvolvimento acadêmico dessas pesquisas ser fundamental aos aspectos de formação, estruturação e amadurecimento da área, a aplicação prática dos resultados encontrados também carrega um papel importante. A externalização e aplicação das pesquisas a projetos efetivos pode proporcionar ganhos escaláveis às instituições de memória. O cenário identificado pelos padrões de interação nos apresenta uma realidade contrária a mencionada acima, deixando em evidência que a aplicação prática e efetiva dessas pesquisas está ainda em níveis incipientes, o que tem gerado uma presença reduzida de elementos digitais nos projetos institucionais aplicados.

Quanto aos artefatos, que são os artifícios com os quais as instituições operam, há também a percepção de uma conjuntura precária. A incerteza quanto as especificações e o número de objetos que constituem os acervos muitas das vezes pode ser justificado justamente pelo uso reduzido de ferramentas de apoio a gestão, a exemplo, o baixo índice de adoção de softwares de catalogação. Ainda, fator de contribuição à situação relaciona-se ao custo elevado tanto dos artefatos tecnológicos quanto a sua manutenção, o que acaba por postergar as atividades e, conseqüentemente, não priorizando os investimentos na área.

Em relação aos recursos, o elemento nos chama a atenção pelo baixo investimento proposto ao campo dos acervos digitais. Os pontos identificados ao longo da pesquisa apresentam um contexto de resistência por parte das instituições de memória, que seguem operando mesmo com a carência de formação adequada e específica de recursos humanos, além das diversas dificuldades relacionadas a logística de acervos, suporte técnico e entre outros. Aqui, o ponto crucial e que influencia toda essa estrutura é a falta de recursos específicos destinados a área, que torna todo o processo fragilizado e sem força suficiente para avançar a longo prazo.

Agora, olhando pela perspectiva dos atributos da comunidade, nos deparamos com uma dificuldade de reconhecimento dos diferentes públicos e usuários, bem como a apropriação de seus valores potenciais. O fato de a cultura prevalecente ser voltada a um contexto custodial, não favorece as ações de difusão informacional, o que acarreta na baixa divulgação dos acervos e, conseqüentemente, ao seu acesso. Esse cenário, focado na guarda e preservação, acaba por deixar fora de evidência campos que poderiam ser melhores aproveitados pelas instituições, a título de

exemplo os processos de reuso dos objetos e a ativação da indústria criativa. Por conseguinte, é possível identificar um campo com potencial inexplorado pela perspectiva da geração e fruição de valor cultural, social e econômico.

A conexão com os elementos anteriores, que segue em direção às perspectivas da guarda e preservação, indicam que o cenário de composição dos fornecedores apresenta restrições correspondentes aos pontos já mencionados. O processo de identificação e reconhecimento do papel de instituição produtora e fornecedora de informação ainda não é projetado de modo trivial e requer um trabalho de conscientização a partir disso, de modo a otimizar e incentivar a produção de novas produtos informacionais e, sobretudo, alcançar um potencial elevado de uso e difusão de informação qualificada.

Dando continuidade, além de apresentar uma realidade distinta entre as esferas pública e privada, o cenário dos gestores de políticas também se constitui a partir de obstáculos estruturais, sobretudo pela perspectiva da instabilidade institucional política. Entre os impasses identificados, está o baixo índice de interação entre as esferas de atuação, distanciamento este que dificulta os processos de organização e tomada de decisão fundamentadas em diretrizes que possam viabilizar a execução e o apoio de projetos escaláveis. O contexto público da gestão política atual ainda se apresenta de forma vulnerável, sem definição clara de suas ações e com um baixo índice de desenvolvimento e aplicação de projetos já estabelecidos e, por outro lado, no âmbito privado as ações em evidência acabam por favorecer projetos de maior visibilidade, quase sempre, deixando de lado iniciativas que englobem a digitalização de acervos culturais.

O último elemento que constitui o padrão de interação analisado faz referência às regras de uso. Pela perspectiva do contexto constitucional, é possível identificar uma série de recomendações, legislações e normas que regem determinados ambientes culturais e abarcam o cenário dos acervos digitais em rede. Contudo, no contexto nacional o registro de normas nessa magnitude é reduzido e, a grande maioria dos documentos identificados, são estabelecidos em âmbito externo, o que faz com que o cenário brasileiro não seja amplamente favorecido. Pelo ponto de vista da escolha coletiva, o cenário vem sendo regido por iniciativas pontuais, que seguem

operando e desenvolvendo seus projetos, mas, ainda de maneira pouco escalável e com dificuldades no estabelecimento de redes de interação. Esse contexto apresentado acima nos remete a situação identificada na direção operacional que, a partir de todas as deficiências já mencionadas, apresenta um cenário em que instituições de memória têm desenvolvido seus projetos de forma individual, pensando contextos e soluções isoladas, condicionadas a resultados locais e, conseqüentemente, com perspectivas de idealização de um ambiente pensado em formato rede com menor probabilidade de execução.

Diante o exposto, fica ainda mais evidente a importância de se pensar elementos normativos capazes de assegurar o funcionamento orgânico das instituições de memória e seus elementos relacionados. A visão aqui apresentada, que reflete o contexto como um todo, nos mostra que, de fato, a questão da disponibilização de acervos culturais em rede ultrapassa os sentidos determinados pela falta de padronização. A análise apresentada nos apresenta problemas relevantes instituídos no processo estruturante dessas ações. Portanto, para que se comece a pensar o desenvolvimento de uma política para o setor, se faz necessário expandir os horizontes e compreender a urgência de se olhar para o contexto das instituições de memórias e seus elementos constituintes não mais pela perspectivas de pontos e soluções isoladas. É pertinente compreender a carência que esse cenário se encontra no sentido de políticas de fomento e, sobretudo, do olhar pertinente dos gestores federais. Atacar as dificuldades de maneira isolada, como vem sendo feito ao longo dos anos, vai retornar apenas soluções específicas e pontuais, que, dificilmente fará com que os processos de disponibilização em rede desses acervos culturais possam avançar de forma efetiva.

A seguir, serão recuperados os elementos postos em discussão ao longo do trabalho de modo a traçar as compreensões pertinentes até aqui e, de maneira incipente, encaminhar reflexões que possam ser pensadas como contribuições de possíveis soluções para o setor.

5. REFLEXÕES FINAIS

A partir das revisões apresentadas é possível compreender que, apesar dos autores discutirem o tema das políticas para acervos digitais por meio de algumas características específicas, também se torna claro a existência de pontos em comum que vão se entrelaçando ao longo do texto de modo a se construir uma rede de tendências a partir dos elementos destacados pelos autores em razão das iniciativas

desenvolvidas em torno da construção de uma política pública para acervos digitais no âmbito cultural.

Dentre esses pontos considerados comuns, é possível identificar uma compreensão clara a respeito das transformações recorrentes dos aparatos tecnológicos e, especialmente, pela popularização da internet. Assim, os autores compreendem a importância de readequação das instituições memoriais a esse novo contexto social, econômico e cultural, e percebem como ponto de reestruturação a idealização de seus novos processos a partir de uma visão estruturada em formato rede.

Por consequência a esse fenômeno e também das oportunidades resultantes dos meios tecnológicos, as instituições de memória se veem a cada dia mais estimuladas a promover seus acervos com o intuito de uma difusão cultural de maior abrangência. Assim, também como elemento comum, apresenta-se certa inquietação sobre a possibilidade de essas instituições realizarem os projetos de digitalização de seus acervos de forma isolada, sem que exista qualquer movimento de interação com as demais instituições, o que acaba por provocar, posteriormente, a inviabilização da disponibilização desses conteúdos com caráter interoperável.

Ainda, também se torna pertinente uma reflexão a respeito de quais são os elementos que têm dificultado os processos de construção desses acervos em formato rede. A partir da leitura conjunta das referências analisadas é possível compreender que as dificuldades existentes vão além das questões técnicas. Apesar de ser um componente constituinte e imprescindível na composição dos acervos em rede, os parâmetros que envolvem a definição dos elementos técnicos a serem adotados é apenas uma das partes a serem observadas. Identifica-se, também, a necessidade de se estabelecer modelos de governança escaláveis que possam fornecer diretrizes e dimensões analíticas que assegurem um fluxo contínuo e sustentável de funcionamento dessa rede de acervos.

Portanto, como um dos pontos de compreensão acerca da necessidade de uma política pública para acervos digitais, tem-se o estabelecimento de diretrizes que possam nortear a construção e manutenção desses acervos, de modo a apresentar normas, padrões técnicos e, sobretudo, modelos de governança que possam ser adotados como seus elementos estruturantes. Para os autores, existem alguns pontos

que podem ser compreendidos como dificultadores nesse processo de construção da política, sendo possível mencionar a dificuldade de estabelecer políticas a longo prazo, limitações técnica e política, falta de destinação de recursos, heterogeneidade de objetos e, principalmente, a dificuldade de se estabelecer um trabalho conjunto entre a sociedade civil e entidades governamentais e privadas.

Assim, compreendendo a estrutura complexa que envolve o processo de construção dos acervos culturais em formato rede, imaginou-se que uma estratégia viável e que poderia apoiar a construção desse projeto, caminharia em direção a ativação de um modelo de governança. Acredita-se que tal modelo poderá viabilizar um contexto político estratégico capaz de instituir e mediar os processos comunicacionais e normativos necessários entre os atores envolvidos viabilizando, assim, um formato de gestão conectado em torno de um interesse comum - os acervos em rede. Para tanto, buscou-se como referência capaz de convergir os elementos necessários a serem observados e estimular sua operação, a aplicação do *Institutional Analysis and Development Framework – IAD*, estudo desenvolvido por Ostrom (2007).

Conforme já explorado anteriormente, o *Framework* desenvolvido pela autora possui como característica uma alta capacidade de adaptação a contextos distintos. Além desse aspecto, um dos principais pontos que nos induziu a sua utilização foi fato de que a estrutura identificada através da aplicação do IAD nos possibilita uma visão completa do campo dos acervos digitais, nos permitindo enxergar além dos elementos, problemas e soluções isoladas, possibilitando o desenho de ações coordenadas. O IAD foi pensado e aplicado com base na literatura revisada, de modo a apresentar as características relacionadas ao campo e, sobretudo, o relacionamento entre elas, que evidencia o cenário atual da arena de ação, permitindo o desenvolvimento de um diagnóstico da área no contexto brasileiro.

À vista disso, convergindo com os pontos destacados a partir da revisão de literatura, o diagnóstico apontado a partir dos padrões de interação nos remete a um ambiente estruturalmente fragilizado, que carece de um olhar transversal que possa pensar soluções que englobem as diferentes linhas de desenvolvimento.

As ideias que permeiam a contextualização dos acervos em rede, que podem ser relacionados a temas como ciência aberta, dados abertos ligados e interoperabilidade, cultura digital, internet livre e entre outros, em sua realidade prática estão ainda distantes dos processos de formação dos atuais e futuros profissionais. O fato de estes temas não estarem, em grande maioria, inseridos ao contexto de discussão dos cursos de graduação, sobretudo no âmbito da ciência da informação,

fazem com que essas ideias não alcancem força suficiente de circulação. Apesar dos temas estarem em evidência no cenário da pesquisa acadêmica suas essências necessitam ser circuladas a diferentes níveis. Tem-se feito necessário, cada vez com maiores indícios, que tais objetos sejam inseridos em rodas de debates, seminários, eventos e, até mesmo, disciplinas ministradas. Para que estes conceitos possam ser aplicados em projetos práticos, é pertinente e essencial que essas ideias sejam comunicadas aos seus públicos potenciais.

Além desse aspecto de disseminação dos objetos de pesquisa, o cenário identificado apresenta uma série de dificuldades distribuídas em diferentes estágios, entre eles a deficiência de aquisição de artefatos pertinentes ao desenvolvimento das atividades das instituições de memória e, principalmente, a escassez de recursos destinados a área. Tais apontamentos, em grande maioria, podem ser justificados justamente pela dificuldade de se estabelecer políticas a longo prazo e o estabelecimento de normas e recomendações que possam redirecionar e nortear o contexto dos acervos digitais em rede no cenário brasileiro. Ademais, o olhar que vem se perpetuando a partir de uma perspectiva custodial acaba por dificultar os processos de difusão informacional, o que ocasiona efeitos restritivos pertinentes ao contexto da arena de ação.

Os problemas apontados até aqui não são essencialmente desconhecidos entre os atores envolvidos no cenário da idealização de acervos digitais em rede. Ao contrário, grande parte desses elementos já vem sendo discutidos pela comunidade. Entretanto, o diferencial aqui apresentado e, se tornou realizável por meio da aplicação do IAD ao contexto em questão, é a possibilidade de visualização desses elementos dificultadores a partir de uma visão global. Para tanto, diferentemente da forma como vem sendo feito, as soluções a essa série de obstáculos precisam ser pensadas de forma conjunta e não a partir de deliberações pontuais e isoladas, que acabam por não atingir o efeito esperado justamente por não se atentar ao fato de que, para funcionar, os elementos precisam estar efetivamente alinhados na mesma direção.

Dessa forma, ao retomar a pergunta de pesquisa instituída para o desenvolvimento deste trabalho, que se propôs a identificar quais são as dimensões analíticas pertinentes ao desenvolvimento de uma política de acervos digitais em rede

e como elas devem ser estruturadas de modo a contribuir para a composição de tal política, é possível afirmar que os questionamentos foram respondidos por meio dos resultados identificados a partir da aplicação do instrumento analítico utilizado neste trabalho, que se configurou por meio do uso do *framework* proposto por Ostrom (2007). Conforme apresentado na Figura 3, as dimensões analíticas apresentadas, que se constituem a partir dos apontamentos referenciados pela revisão de literatura discutida neste trabalho, nos apresenta um conjunto de elementos estruturantes no âmbito dos acervos digitais em rede e, especialmente, expõe como tais dimensões têm sido evidenciadas e, sobretudo, como devem ser incorporadas ao contexto de análise na construção de uma possível política para o setor.

Em tese, ao se pensar a estruturação de uma política para acervos em rede, é pertinente mencionar que as dimensões identificadas e apresentadas no cenário dos padrões de interação deveriam ser levadas em consideração, de modo a pensar a sugestão de elementos por meio da arena de ação, que se constitui através de uma dinâmica social entre os conjuntos característicos e os padrões de interação, elementos determinantes para os processos de circulação e efetivação das ideias pertinentes a constituição efetiva de tal política.

Permeando um contexto reflexivo, se mostra pertinente, conforme já mencionado, avaliar o ambiente a partir de uma visão transversal. Uma política de acervos digitais em rede deveria se atentar ao campo apresentado de modo a pensar normas, financiamentos, formação, fruição de ideias e, sobretudo, pensar questões relacionadas aos fornecedores usuários e gestores de políticas. A título de sugestão, a política para o setor deveria englobar elementos pensados a partir de uma estrutura relacionada. É preciso pensar caminhos e propostas de capacitação. Para que as ideias relacionadas ao desenvolvimento desses acervos alcancem os contextos de aplicação prática, é necessário que os profissionais estejam sendo formados e capacitados de modo a assegurar essas ações. Além, se faz necessário constituir recursos financeiros a partir de linhas de pesquisas específicas, e não apenas fundamentar e ativar o setor por meio de recursos genéricos que, ao mesmo tempo em que pode vir a viabilizar projetos da área, também acabam por desfavorecer o setor. Para o desenvolvimento de suas ações e projetos, as instituições precisam contar com rubricas destinadas ao investimento em equipamentos, tanto para sua aquisição quanto para sua manutenção, práticas que só funcionarão se pensadas em conjunto. É preciso compreender a importância e a força das ações colaborativas e pensar os movimentos por meio dos sistemas memoriais. De modo a otimizar os

recursos, idealizar soluções em rede para o suporte de TI, pensar a construção de redes de apoio e trocas entre as instituições de memória, com o intuito de fazer com que as soluções e idealizações sejam pensadas não mais de forma isolada, mas a partir de uma composição colaborativa.

Retomando ao contexto da literatura revisada, que nos rememora o sentido de se pensar a constituição de tal política, a questão de maior compatibilidade entre os autores apresentados se constrói a partir da inexistência e da urgência de uma política para acervos digitais no campo cultural. Dessa forma, é possível mencionar que a necessidade de uma política com diretrizes e boas práticas para a construção de acervos digitais se apresenta como consenso entre as instituições de memória e colaboradores da área. Apesar dos percalços ao longo dos processos de construção já iniciados, é necessário compreender e assumir a complexidade dessa ação e pensar estratégias de apoio que possam viabilizar a retomada e continuidade dessa iniciativa. Assim, como entendimento prévio, é possível compreender que tal política deve atentar-se, entre outros, às definições de especificações técnicas, parâmetros de interoperabilidade e, sobretudo, mecanismos escaláveis de governança.

Uma política pode tornar viável a estruturação de acervos digitais sob a perspectiva do elemento rede, fenômeno que pode contribuir com a difusão em escala de acervos distintos de forma conectada e, conseqüentemente, com acesso e alcance universal às referências culturais e sociais existentes no país. É pertinente mencionar, também, a relevância da organização coletiva das instituições de memória e a importância da continuidade do movimento em prol do avanço da concepção da política como documento estruturante para o setor cultural.

Ademais, a partir da identificação da falta de uma política nacional para a construção de acervos digitais, percebe-se a importância e necessidade de reativar os processos de articulação de atores estratégicos que possam fomentar a retomada dos estudos e ações direcionadas à construção dessa política, que poderá contribuir para a concepção de acervos digitais distribuídos em formato rede, viabilizando o acesso a diferentes instâncias, de tal modo a ativar a fruição cultural e, possivelmente, contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Em suma, é possível inferir a partir das análises aqui realizadas, que o primeiro passo para a construção dessa política é recompor os processos estruturantes do setor e, para tanto, se mostra

pertinente o desenvolvimento de ações escaláveis de governança, capazes de integrar os pontos necessários e abrir espaços para a construção de instancias de deliberação entre entidades governamentais, sociedade civil e instituições privadas.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. *et al.* Beyond the Dichotomy between Natural and Knowledge Commons: reflections on the iad framework from the ubatuba open science project. In: CHAN, L.; MOUNIER, P. (Ed.). **Connecting the Knowledge Commons: from projects to sustainable infrastructure**. [S.l.]: OpenEdition Press, 2019. p. 182.
- ANDERSSON, K; HOSKINS, M. Information Use and Abuse in the Local Governance of Common-Pool Forest Resources. **Forests Trees and Livelihoods**, [S.l.], p. 295-312, jan. 2004.
- ARAÚJO, Carlos. O que é ciência da informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014.
- ARQUIVO NACIONAL. **Gerenciamento de Riscos: do planejamento à execução**. 2019. Disponível em:
http://www.arquivonacional.gov.br/images/ASCOM/MANUAL_GERENCIAMENTO_RISCOS_2019_DIGITAL_MIOLO_online.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.
- BALBI, F. M.; ZENDRON, P.; SILVA, G. M. O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 7-67, 2014.
- BARRETO, Â. Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007. Disponível em:
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/506/651>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- BETTENCOURT, A.; MARCONDES, C. H. Elementos para uma política brasileira de acesso integrado, utilização e preservação de acervos digitais em memória e cultura. **PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, n. 16, p. 44-61, 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 3 dez. 2010.
- _____. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em: 06 fev. 2020.
- BUZATO, M. *et al.* Remix, Mashup, Paródia e companhia: por uma taxonomia multidimensional da transtextualidade na cultura digital. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v.13, n. 4, p. 1191-1221, 2013.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. TIC Cultura: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros. São Paulo: cgi.BR, 2019.

CONEGLIAN, C. *et al.* O papel da web semântica nos processos do big data. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v.23, n.53, p. 137-146, set./dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 mai. 2010. Seção 1, p. 1.

CUNHA, M. A necessidade urgente de políticas públicas para os arquivos, bibliotecas e museus. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.12, n.2, p. 290-293, mai./ago. 2019.

DIGITAL PUBLIC LIBRARY OF AMERICA. *About us*. Disponível em: <https://dp.la/about>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DODEBEI, V. Tempos memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. In: AZEVEDO NETTO, C. (Ed.). **Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 44-64. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4_informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

EUROPEANA Creative. Disponível em: <https://pro.europeana.eu/project/europeana-creative-project>. Acesso em: 21 jan. 2020.

EUROPEANA Space. Disponível em: <https://www.europeana-space.eu/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

EUROPEANA. Bem-vindo à Europeana *Collections*. Disponível em: <https://www.europeana.eu/portal/pt/about.html#>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FREIRE, I; REGO, H. Políticas de informação: um olhar sobre os portais de transparência brasileiros. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v.3, n.3, p.47-55, set./dez., 2016.

FUJITA, M. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: LEIVA, I.; FUJITA, M. (Org.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p.17-28.

GALINDO, M. A redescoberta do trabalho coletivo. In: AZEVEDO NETTO, C. (Ed.). **Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 65-96. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4_informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.60-76, jan./abr. 2003.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27- 40, jan./abr. 2002.

GOUVEIA JÚNIOR, M.; GALINDO, M. L.; SOARES, S. M.; NASCIMENTO, N. C. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Em Questão**, v. 21, n. 1, p. 76-95, 2015.

GUEDES, C.; VECHIATO, F. Interoperabilidade entre repositório institucional e sistema acadêmico. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, 2017.

HESS, C; OSTROM, E. **Understanding Knowledge as a Commons: from theory to practice**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. 2013. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha_PGRPMB_web.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.

LAPA, A.; LACERDA, A.; COELHO, I., A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. *Inclusão Social*, Brasília, 2018.

MARCONDES, C. “Linked data” – dados interligados – e interoperabilidade entre arquivos, bibliotecas e museus na web. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis, v.17, n.34, p. 171-192, mai./ago., 2012.

_____. Publicando e interligando acervos digitais na Web através das tecnologias de dados abertos interligados. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.13, 2017.

_____. Relacionamentos culturalmente relevantes para interligar objetos do patrimônio digital na web usando tecnologias de dados interligados. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Londrina, 2018.

MARCONDES, C.; SAYÃO, L. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MARCONI, Marina; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, J.; LARA, P. **La interoperabilidad de la información**. Barcelona: Editorial UOC, 2007. 72 p.

MARTINS, D. As práticas da cultura digital. **Revista do centro de pesquisa e formação**. São Paulo, n.7, p. 51-60, 2018.

MARTINS, D. L.; SILVA, M. F.; CARMO, D. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, v. 24, n. 1, p. 194-216, 2018.

MARTINS, D.; CARMO, D.; GERMANI, L. Museu do índio: estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre Tainacan. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Londrina, 2018.

MARTINS, D; CARVALHO JUNIOR, J. Memória como prática na cultura digital. In: CGI.BR. **TIC CULTURA: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. p. 45-52.

MARTINS, D; CARVALHO JUNIOR, J; GERMANI, L. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memoriais. In: CGI.BR. **TIC CULTURA: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. p. 59-68.

MENDONÇA, A. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In.: MUELLER, S. (Ed.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 149-170.

MEXICANA. Repositorio del Patrimonio Cultural de México. Disponível em: <https://mexicana.cultura.gob.mx/es/repositorio/acerca>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MUSEU da pessoa. Disponível em: <https://www.museudapessoa.org/pt/museu-da-pessoa>. Acesso em: 21 jan. 2020.

NAVARRETE, Trilce. **Europeana as online cultural information service**: study report. [S.l.]: Europeana, 2016.

NEVES, B; AGUIAR, N. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.27, n.3, p. 73-86, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, C.; PARANHOS, J.; SOARES, M. Patrimônio: inclusões e exclusões. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 1-14, mar. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2320/1528>. Acesso em: 21 jan. 2020.

OLIVEIRA, D.; MACULAN, B.; GOMES, M. Equipamentos culturais e políticas públicas: a interoperabilidade em questão. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v.3, n. 1, p. 3-10, jan./abr. 2016.

PINHEIRO, M. Estado Informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.28, nº47, p.61-77, 2012.

PRETTO, N.; ASSIS, A. Cultura Digital e Educação: redes já! In: PRETTO, N.; SILVEIRA, S. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: Edufba, 2008, p. 75-83.

PUNTONI, P. Rede Memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil. In: GOBEL, B.; CHICOTE, G. (Ed.). **Transiciones inciertas: Archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina**. Berlín: Instituto Ibero-Americano de Berlín, 2017, p. 120-152.

REDE MEMORIAL. **Carta de Recife 2.0**, São Paulo, jun., 2012.

_____. **Carta de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, out., 2015.

_____. **Carta de Salvador**, Salvador, jul., 2016.

RUBI, M. Política de Indexação. In: LEIVA, I.; FUJITA, M. (Org.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p.107-120.

SANTOS, F.; FARIAS, M.; FEITOSA, L. Análise de Políticas de Informação em Repositórios Institucionais: bases para a gestão de acervos audiovisuais. **Ciência e Informação em Revista**, Maceió, v.5, n.3, p. 97-108, set./dez. 2018.

SAYÃO, L. Digitalização de acervos culturais: reuso, curadoria e preservação. **Seminário de Serviços de Informação em Museus: informação digital como patrimônio cultural**, São Paulo, 2016.

SEGUNDO, J.; SILVA, M.; MARTINS, D. Revisitando a interoperabilidade no contexto dos acervos digitais. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.29, n.2, p. 61-84, abr./jun., 2019.

SILVA, T. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.1. n.1, p. 8-13, 1991.

SIMÕES, M. *et al.*, OPAC e Repositórios institucionais: uma análise preliminar sob a perspectiva da interoperabilidade. **Cadernos BAD**, n.2, jul./dez., p. 197-202, 2014.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACERVOS DIGITAIS, 2010, São Paulo. Disponível em: <http://culturadigital.br/simposioacervosdigitais/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SOUZA, E. **A curadoria digital e o reuso dos acervos culturais digitais da Rede Web de Museus do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em memória e acervos), Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

TADDEI, R. **Políticas públicas para acervos digitais: propostas para o Ministério da Cultura e para o setor**. São Paulo: [s.n.], 2010.

TOMAÉL, M.; SILVA, T. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, Salvador, 2007.

UNESCO. **Charter on the Preservation of Digital Heritage**. 2003. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 2001. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. **Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel da sociedade**. 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. **Recommendation concerning the preservation of, and access to, documentary heritage including in digital form**. 2015. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=49358&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 06 fev. 2020.

_____. **Vancouver Declaration**. The memory of the world in the digital age: digitization and preservation. 2012. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/unesco_abc_vancouver_declaration_en.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.

VALENTE, M. Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil. In: FREITAS, B.; VALENTE, M. (Org.). **Memórias Digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 7-56